

Adiante!

Campanha arrancou com grande comício em Almada

Ao trabalho, camaradas!



CDU iniciou oficialmente a sua campanha eleitoral para as autárquicas com o vibrante comício realizado na passada segunda-feira, em Almada. Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, e a candidata Maria Emília de Sousa exortaram os apoiantes da coligação a um empenhado trabalho de esclarecimento dos eleitores.

Pág. 5

40.º aniversário

A fuga de Caxias

Passou anteontem o 40.º aniversário da Fuga de Caxias. Há precisamente 40 anos, em comunicado do Secretariado do Comité Central do PCP, dava-se a conhecer, a todo o Partido e às forças democráticas, que se tinham evadido do Forte um punhado de dirigentes e destacados quadros comunistas. A história contada num artigo de Domingos Abrantes e num texto de António Tereso, ambos participantes na Fuga.

Centrais



Médio Oriente

Israel bloqueia a paz

Yasser Arafat acusa Israel de bloquear o processo de paz. O governo de Ariel Sharon iniciou uma campanha contra a Autoridade Palestiniana e prossegue na escalada de violência.

Págs. 23 e 32

Salários em atraso

O regresso da praga

Os salários em atraso estão de volta em Portugal e já começaram a aparecer as bandeiras negras da fome que povoaram os anos oitenta. Os sindicatos estão preocupados e foram a Bruxelas dar o alerta.

Pág. 21

Amadora-Sintra

Política para privados

O pedido de demissão da Administração Regional de Saúde de Lisboa foi suportado por um relatório comprometedor acerca das relações do Estado com a sociedade que gere o Hospital Amadora-Sintra.

Pág. 11

Avante!
Proletários de todos os países
UNI-VOS!

PROPRIEDADE
Partido Comunista Português
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 38 00

ADMINISTRAÇÃO
Editorial «Avante!», SA
Av. Almirante Reis, 90,
7.ª-A, - 1169-161 Lisboa.
Capital social:
15 000 000\$00.
CRC matrícula: 47058.
NIF - 500 090 440

DIREÇÃO E REDACÇÃO
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 71 90/91
Fax: 21 781 71 93
E-mail:
avante.pcp@mail.telepac.pt
Web:
http://www.pcp.pt

Director
José Casanova

Chefe de Redacção
Leandro Martins

Chefe Adjunto
Anabela Fino

Redactores
Carlos Nabais
Domingos Mealha
Gustavo Carneiro
Henrique Custódio
Isabel Araújo Branco
João Chasqueira
Lúcia Calapez
Margarida Folque

Grafismo
José Araújo

Fotografia
Jorge Caria

Secretaria da Redacção
Ivone Dias Lourenço
Noémia Presúncia

DISTRIBUIÇÃO
DISTRIBUIÇÃO ADE'S
Editorial Avante!
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

Alterações de remessa
Até às 17 horas
de cada sexta-feira:
Tel. 218 429 836

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTAPRESS
Delegação Lisboa:
Tapada Nova - Capa Rota
Linhó - 2710 Sintra
Tel. 21 923 99 21
Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B LT 227 - 4470 Maia
Tel. 22 941 76 70

ASSINATURAS
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

TABELA DE ASSINATURAS*
(IVA e portes incluídos)

PORTUGAL
(Contínente e Regiões
Autónomas)
50 números: 9 000\$00
44,90 euros
25 números: 4 600\$00
23,00 euros

EUROPA
50 números: 23 000\$00
114,75 euros

EXTRA-EUROPA
50 números: 33 000\$00
164,60 euros

* Enviar para
Editorial «Avante!»
nome, morada
com código Postal
e telefone
a acompanhar cheque
ou vale de correio.

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
Campo Raso
2710 - 139 Sintra
Depósito legal n.º 205/85



Governo mantém proposta de aumentos salariais de 2,5 por cento.

Resumo

28 Quarta-feira

Carlos Carvalhas participa no Alvitto num encontro com a população • A CGTP entrega na Procuradoria-Geral da República um relatório que põe em causa a gestão privada do Hospital Amadora-Sintra e a própria tutela • Pescadores e associações sindicais queixam-se da falta de incentivos por parte do Governo português e de uma política desmotivadora por parte da União Europeia • A polícia de choque chilena irrompe na sede do Partido Comunista do Chile em Santiago, e detém cerca de 40 dos seus militantes, incluindo a secretária-geral, Gladys Marin, a pretexto de uma alegada ordem de despejo.

29 Quinta-feira

Estudantes de várias faculdades de Lisboa fazem greve às aulas para contestar a actual política de ensino superior • Cerca de 200 trabalhadores da Orgalimpe manifestam-se frente à sede da firma, em Benfica, exigindo o pagamento dos salários em atraso • O Tribunal de Contas considera que o presidente da Câmara da Figueira da Foz, Pedro Santana Lopes, recebeu ilegal e indevidamente cerca de 1500 contos do município • O secretário-geral da Liga Árabe adverte os Estados Unidos de que um ataque ao Iraque acabará com o consenso internacional na luta antiterrorismo.

30 Sexta-feira

O Orçamento de Estado para 2002 é aprovado com os votos do PS, os votos contra da oposição e a abstenção do deputado independente Daniel Campelo • Carlos Carvalhas participa em Portalegre num jantar de apoiantes da candidatura da CDU • O candidato da CDU à Câmara de Sintra, Baptista Alves, mostra a técnicos na área do urbanismo e transportes o «caos» das acessibilidades de e para o concelho • Os estudantes universitários de Coimbra deslocam-se à Assembleia da República para demonstrar a sua contestação às verbas previstas para o Ensino Superior • O comando dos Carabineiros destituiu o coronel Sérgio Garcia, responsável pela evacuação forçada da sede do Partido Comunista chileno, em Santiago.

1 Sábado

A coligação «Amar Lisboa», que integra o PS, o PCP e «Os Verdes», apresenta o seu programa para os próximos quatro anos • O cabeça de lista da CDU à Câmara do Porto, Rui Sá, manifesta-se contra a dispersão dos moradores do Bairro do Aleixo

por vários locais da cidade, caso a autarquia opte pela demolição dos prédios • A CDU enche a sede dos Recreios na Amadora na primeira grande iniciativa da campanha eleitoral, com António Filipe, cabeça de lista à Câmara e com Carlos Carvalhas, a pedir-lhe a reconquista do município • Os talibã entregam na fronteira do Paquistão um jornalista canadiano.

2 Domingo

Carlos Carvalhas acusa, no Porto, António Guterres de «vestir a fatiota de Pinóquio», quando afirma que as autarquias da CDU estão a organizar o «miserabilismo» para manter o eleitorado • Para combater aquilo que consideram ser uma «megalomania» da Edite Estrela, os candidatos à Câmara de Sintra unem-se numa manifestação contra a construção de um parque de estacionamento subterrâneo na Volta do Duche • Cinco mil pessoas enchem as ruas da capital espanhola para se manifestarem contra a globalização e os ataques norte-americanos ao Afeganistão • A polícia palestina prende 75 militantes de grupos fundamentalistas da Jihad islâmica e do Hamas.

3 Segunda-feira

As estruturas sindicais da administração pública declaram-se desapontadas com a falta de uma nova proposta de aumentos salariais por parte do Governo • As faculdades da Universidade de Coimbra encerram por tempo indeterminado, numa acção de protesto contra a redução de verbas do Estado para o Ensino Superior • A Associação Portuguesa de Deficientes denuncia o que está mal no País; no Dia Internacional das Pessoas com Deficiência, a APD diz que a legislação das normas de acessibilidade não está a ser aplicada • Treze mil pessoas abandonam as suas aldeias no centro da ilha indonésia de Sulawesi, após um ataque das milícias islamitas.

4 Terça-feira

Arranca a campanha eleitoral para as eleições autárquicas de 16 de Dezembro; nos 308 concelhos do País, os partidos lançam as suas acções de campanha • Os ministros do Emprego e da Solidariedade Social dos Quinze adoptam, em Bruxelas, um relatório que visa garantir a viabilidade financeira dos regimes de pensões • Helicópteros israelitas disparam cinco mísseis contra o quartel-general do Presidente palestino, Yasser Arafat, em Ramallah, na Cisjordânia • Um acordo para a transição política do Afeganistão é alcançado pelas quatro delegações que participam na Conferência de Bona.

Aconteceu

Ilegalidades na Figueira da Foz

O Tribunal de Contas (TC) considera que o presidente da Câmara da Figueira da Foz, Pedro Santana Lopes, recebeu ilegalmente e indevidamente cerca de 1500 contos do município para pagar quilómetros realizados em viatura própria, durante 1999.

De acordo com o relatório preliminar do TC, não é invocado por Santana Lopes qualquer dado ou fundamento para a utilização de viatura nas deslocações regulares e permanentes que efectuou entre Figueira da Foz/Lisboa/Figueira da Foz ao longo de 1999, pelo que conclui ser ilegal e indevido o pagamento de subsídio de transportes por quilometragem realizada na sua viatura.

O tribunal considera também ile-

gal a constituição da empresa Sodenfor, já que a deliberação da Assembleia Municipal que levou à sua criação não é expressa, referindo-se apenas à alteração de designação.

Sobre a aquisição de serviços à empresa Município de que a Câmara é uma das accionistas, juntamente com outros 60 municípios, o TC afirma que essa despesa é ilegal, uma vez que a autarquia deveria ter realizado um concurso para os fins em causa, não podendo haver um ajuste aquela entidade, por ser parte interessada. O tribunal contesta também a política de subsídios a várias entidades desportivas seguida pela autarquia no exercício de gestão do ano de 1999.



Medicamentos aumentam

O Governo aprovou um aumento médio de 2,5 por cento em todos os medicamentos. Uma subida, que entrou em vigor sábado, e que declara como objectivo a contenção da despesa do Serviço Nacional de Saúde (SNS) com participações, uma medida completada pela descomparticipação de 25 fármacos.

Esta medida enquadra-se num protocolo acordado no início de Outubro entre o Ministério da Saúde (MS) e a Associação Portuguesa da Indústria Farmacêutica (Api-farma). Segundo uma portaria de 14 de Novembro, os fármacos com preço de venda público inferior a mil escudos sofreram um aumento de 3 por cento, os que cus-

tam entre mil e seis mil escudos subiram 2,5 por cento e os que têm custo superior a seis mil escudos aumentaram 2 por cento.

O aumento dos preços foi a contrapartida que o Governo ofereceu aos industriais para poder estipular limites de aumento de mercado dos medicamentos e garantir uma contenção nas despesas da saúde.



Estudantes contra subfinanciamento

As diversas faculdades da Universidade de Coimbra encerraram, na segunda-feira, por tempo indeterminado, numa acção de protesto contra a redução de verbas do Estado para o Ensino Superior.

O protesto foi uma iniciativa da Associação Académica de Coimbra (AAC), em cumprimento de uma decisão tomada na última assembleia magna da academia coimbrã. Humberto Martins, presidente cessante da direcção-geral da AAC,

sublinhou que o Orçamento de Estado, aprovado na sexta-feira, na Assembleia da República, «não garante» o normal funcionamento dos estabelecimentos do Ensino Superior.

Na sexta-feira, uma delegação com dezenas de estudantes de Coimbra reuniu-se na Assembleia da República. Os estudantes realizaram um voto simbólico contra o Orçamento de Estado, como protesto contra as verbas destinadas ao Ensino Superior.



Violações aos direitos dos deficientes

A Associação Portuguesa dos Deficientes (APD) aproveitou o Dia Internacional das Pessoas com Deficiência (segunda-feira) para denunciar as violações aos direitos humanos dos deficientes portugueses.

O ponto alto das comemorações deste dia em Portugal foi em Castelo Branco, onde se realizou o seminário «Os Direitos Humanos e a Pessoa com Deficiência». A APD acusou Portugal de definir as medidas políticas «sem considerar as especificidades das pessoas com deficiência», com a legislação a ser ignorada pela Administração Local e Central.

Os edifícios públicos, passeios, centros de saúde, escolas, entre outros, que mantêm as mesmas características como acontecia antes da aprovação das normas de acessibilidade a edifícios públicos, via pública e equipamentos colectivos, e a situação dos empregos são algumas das situações que preocupam a APD.

A comemoração deste dia ficou ainda marcada pela discussão do tema «Fundamentos Éticos da Igualdade de Direitos», bem como pela atribuição de prémios a entidades que empregaram pessoas com deficiência.

SIDA aumenta em Portugal

Portugal é o único país da União Europeia onde a taxa de incidência de SIDA aumentou entre 1993 e 2000, revelou o Instituto Nacional de Estatística, na passada semana. A taxa de incidência da doença atingiu os 104,2 casos por milhão de habitantes, valor quatro vezes superior à média europeia (22,5).

No ano passado foram diagnosticados em Portugal 764 casos de SIDA, 768 casos de portadores sem sintomas

e 155 casos de complexos relacionados com SIDA. A doença matou 951 portugueses em 2000, menos 29 que no ano anterior.

O INE registou 8232 casos de SIDA entre Janeiro de 1983 e Junho deste ano, 84 por cento dos quais (6891) na população masculina. A mortalidade observada foi de 56 por cento, o que corresponde a 4619 mortes.

O relatório mostra ainda que a maioria dos casos

diagnosticados verificou-se no grupo etário entre os 25 e os 34 anos, com 43 por cento do total.

Os dados do INE surgem num dia depois da Agência das Nações Unidas para a Sida, a Onusida, divulgar o relatório de 2001 onde estima que em 1999 existiam 36 mil portugueses infectados com o HIV. A Comissão Nacional de Luta Contra a SIDA, por seu lado, aponta para perto de 18 mil infectados.

Crónica Internacional

• Jorge Cadima

A Fase 2

A guerra no Afeganistão ainda não terminou. Mas já se fala em novas aventuras militares. Vai-se preparando a opinião pública para aquilo que designam a «Fase 2» da actual guerra imperialista. Alguns dizem que será contra o Iraque, outros falam da Somália, do Sudão ou do Iémen. O vice-presidente dos EUA afirma que há «40 ou 50 países» numa ementa de potenciais vítimas duma agressão norte-americana...

O director do *Diário de Notícias* (que não conseguiu dedicar uma única manchete de 1.ª página às centenas de mortos dos mais recentes atentados terroristas da UNITA) já «votou», num vergonhoso editorial (2.12.01), pela agressão ao Iraque. Parece que ainda não ficou satisfeito com a morte de centenas de milhares de civis (sobretudo crianças) no genocídio silencioso provocado pelas sanções anglo-americanas contra esse país. Seguramente dirá que é tudo culpa de Saddam Hussein. Mas faria bem em ler aquilo que escrevem, num artigo conjunto, dois homens que foram os Coordenadores Humanitários da ONU no Iraque, entre 1997 e 2000, e que se demitiram das suas funções (sacrificando bem remuneradas carreiras na ONU) para não pactuar com esse crime maior dos nossos dias. Escrevem o irlandês Denis Halliday e o alemão Hans von Sponeck (*The Guardian*, 29.11.01): «A verdade inconveniente é que o ocidente está a manter o povo iraquiano refém, de forma a obrigar Saddam Hussein a cumprir exigências que estão sempre a ser alteradas [...] Por quanto mais tempo poderão governos democraticamente eleitos continuar a tentar justificar uma política que pune o povo iraquiano por algo de que não é responsável, [...] na esperança de que os sobreviventes derrubem o regime? [...] Os EUA e o Reino Unido (RU), como membros permanentes do Conselho, sabem perfeitamente que o embargo da ONU funciona em violação dos Acordos da ONU sobre Direitos Humanos, das convenções de Genebra e da Haia e de outras Leis Internacionais. [...] Os dois governos têm-se oposto sistematicamente a permitir que o Conselho de Segurança da ONU [...] avalie o impacto sobre os civis da política de sanções. Sabemo-lo, por experiência directa, pois esses governos procuraram repetidamente impedir-nos de informar o Conselho de Segurança acerca disso. [...] O relatório mais recente do Secretário-Geral da ONU, de Outubro de 2001, diz que o bloqueio dos governos dos EUA e RU a abastecimentos humanitários no valor de 4 mil milhões de dólares é, de longe, o maior entrave à concretização do programa petróleo-por-alimentos. O relatório afirma que, pelo contrário, a distribuição pelo governo iraquiano dos bens humanitários é plenamente satisfatória (tal como já o era quando éramos nós a dirigir esse programa). A morte de umas 5 a 6 mil crianças por mês deve-se sobretudo a água contaminada, falta de medicamentos e subnutrição. A responsabilidade por esta tragédia recai sobre [...] os governos dos EUA e RU, não sobre Bagdade. [...] O que acabamos de descrever não são conjecturas. São os factos indesmentíveis que nós conhecemos por envolvimento directo. Estamos indignados pelo facto de o povo iraquiano continuar a pagar o preço de chorudos negócios de armas e de políticas de potência. Recordamos as palavras de Martin Luther King: "Chega um momento em que o silêncio equivale a traição. Esse momento é agora." Queremos encorajar as pessoas em todo o mundo a protestar contra políticas sem escrúpulos e contra a vergonhosa desinformação sobre o Iraque que é posta a circular por aqueles que sabem a verdade, mas que estão dispostos a sacrificar vidas humanas com argumentos falsos e maliciosos. [...] Os serviços secretos britânico e norte-americano sabem bem que o Iraque foi qualitativamente desarmado, e não esqueceram aquilo que o ministro da Defesa cessante [dos EUA] disse [...]: "o Iraque já não representa uma ameaça militar para os seus vizinhos". [...] Horroriza-nos a possibilidade duma nova guerra conduzida pelos EUA contra o Iraque. As implicações [...] são demasiado sérias para que possam ser ignoradas pela comunidade global.»

Há «40 ou 50 países» numa ementa de potenciais vítimas duma agressão norte-americana



conjecturas. São os factos indesmentíveis que nós conhecemos por envolvimento directo. Estamos indignados pelo facto de o povo iraquiano continuar a pagar o preço de chorudos negócios de armas e de políticas de potência. Recordamos as palavras de Martin Luther King: "Chega um momento em que o silêncio equivale a traição. Esse momento é agora." Queremos encorajar as pessoas em todo o mundo a protestar contra políticas sem escrúpulos e contra a vergonhosa desinformação sobre o Iraque que é posta a circular por aqueles que sabem a verdade, mas que estão dispostos a sacrificar vidas humanas com argumentos falsos e maliciosos. [...] Os serviços secretos britânico e norte-americano sabem bem que o Iraque foi qualitativamente desarmado, e não esqueceram aquilo que o ministro da Defesa cessante [dos EUA] disse [...]: "o Iraque já não representa uma ameaça militar para os seus vizinhos". [...] Horroriza-nos a possibilidade duma nova guerra conduzida pelos EUA contra o Iraque. As implicações [...] são demasiado sérias para que possam ser ignoradas pela comunidade global.»

Os nossos jornalistas e dirigentes políticos que dão cobertura ao aventureirismo militarista do imperialismo estão a brincar com coisas demasiado sérias. E já deveriam ter percebido, depois do tratamento recentemente reservado no Reino Unido aos mais altos dirigentes políticos portugueses, que o seguidismo e a entrega da nossa soberania nem sequer elevam a estatura de Portugal na mesa dos vampiros. Aos lacaios não se guarda respeito. Apenas se dão ordens.

Editorial

QUE GRANDES DEMOCRATAS!

Enganou-se quem pensou e disse que a prática de abuso de poder com fins eleitoralistas atingira níveis inultrapassáveis no decorrer dos governos do PSD chefiados por Cavaco Silva. De facto, se é verdade (e é) que, então, valeu tudo nessa matéria, é igualmente verdadeiro que, com o Governo de António Guterres tem valido tudo e muito mais.

Dando provas de uma descarada falta de princípios, de um profundo desrespeito pelas mais elementares regras democráticas, o Governo de António Guterres procede, há vários meses, a uma monumental instrumentalização do aparelho de Estado e a uma desbragada utilização de recursos públicos em benefício das suas candidaturas. Abusando do poder de que dispõe no Governo, colocando cabeças de lista do PS em lugares eleitoralmente rentáveis, comprando votos para o PS com dinheiros que são públicos, mentindo, caluniando – o partido do Governo procede a uma prática que avilta e subverte a democracia e, como aqui sublinhámos em tempo oportuno, fere gravemente a democraticidade do acto eleitoral de 16 de Dezembro.

“Guterres ouviu o seu boy e gostou. Depois, pegou no discurso feito em Évora e foi repeti-lo em Beja”

Assim, o discurso eleitoralista de António Guterres, carregado de piadas intencionais democráticas e fielmente repetido pelos seus boys, não passa de um acto da mais descabelada hipocrisia.

Supportado nessa hipocrisia, Guterres deu início, no passado fim-de-semana, em Évora e em Beja, à sua anunciada participação na campanha eleitoral. E, diga-se desde já, o Primeiro-Ministro e Secretário-Geral do PS esteve à altura de si próprio: baixo, baixinho...

Na tripla qualidade de Primeiro-Ministro, Secretário-Geral do PS e vendedor de banha de cobra, António Guterres procedeu a uma despudorada exibição de mentira e demagogia que, para além de constituir grosseira manobra eleitoralista, atingiu foros de insulto aos alentejanos em geral e ao eleitorado da CDU em particular. E, como era de prever, os candidatos do PS às câmaras de Évora e Beja, estiveram à altura (mais rigoroso será dizer à baixaza...) do seu chefe.

O pontapé de saída de Guterres foi dado em Évora.

Mentiras, insultos e promessas: eis, em síntese, o discurso por ele ali produzido. Fingindo ignorar a qualidade e a quantidade do trabalho desenvolvido pelos autarcas da CDU em todo o Alentejo (nomeadamente em Évora); fingindo desconhecer dados irrefutáveis que confirmam a superioridade dos eleitos da CDU (nomeadamente em

Évora); assobiando para o ar no que respeita à seriedade e honestidade no exercício do poder que caracterizam a prática dos eleitos da CDU (nomeadamente em Évora); atribuindo aos eleitos da CDU as responsabilidades por problemas existentes no Alentejo que são da exclusiva responsabilidade dos governos do PSD e do PS, ou seja, da política de direita – o Secretário-Geral do PS, escondendo bem escondidos os atropelos democráticos do seu Governo, exibiu de forma exuberante a sua maneira de fazer política e o seu conceito de democracia.

Disse Guterres, em Évora, que as razões da influência maioritária da CDU decorrem daquilo a que – sem ponta de vergonha, sublinhe-se – classificou como «miserabilismo organizado pela CDU para manter o seu eleitorado». E, sempre nu de vergonha, falou das «perspectivas de mudança» e da «necessidade de uma nova mentalidade, distante das lutas antigas, onde os candidatos do PS serão intérpretes desta mudança». O recurso a tais argumentos por parte de António Guterres não surpreende: refere-se aqui, apenas por ser exemplar das entorses democráticas que povoam a sua imaginação.

Carregado de promessas, como é seu jeito de andar, o Primeiro-Ministro repetiu todas as que desde 1995 tem vindo a distribuir. Promessas que são conhecidas de todos os alentejanos e de todo o povo português: lembramo-nos delas nas duas campanhas das legislativas; lembramo-nos do Paraíso que nos foi solenemente garantido; temos na memória o ar sério (isto é, sem rir) com que tais promessas foram feitas... E sabemos o resultado: os trabalhadores portugueses são os mais mal pagos da Comunidade Europeia; as reformas e pensões são as mais baixas; Portugal está no último lugar em todas as áreas importantes... graças ao saber, à capacidade, aos talentos, ou seja, às promessas de António Guterres.

Diz o *Público* que, em Évora, Guterres «deixou claro como a água que se os socialistas ganharem as autarquias, esse apoio (do Governo PS) será maior!»: eis uma... promessa que deixa claro como água, por parte do Primeiro-Ministro, o seu profundo desrespeito pela democracia e pelas regras democráticas.

Por seu lado, o candidato do PS à Câmara de Évora – que apresentou como seu objectivo uma «virança» (é conhecida a sua experiência pessoal em matéria de rentáveis «viranças»...) –, com a mesma desvergonha da do seu chefe, afirmou que uma «vitória do PS em Évora» seria qualquer coisa só comparável «ao 25 de Abril». A invocação do 25 de Abril, feita por tal pessoa e em tais circunstâncias, sendo insultuosa para o 25 de Abril, atinge foros de escândalo democrático se se tiver em conta que quem tal diz acumula o cargo de presidente da CCR com o de candidato à Câmara – numa prática reveladora de um conceito de democracia e de transparência que se situa nos antípodas dos valores do 25 de Abril.

Guterres ouviu o seu boy e gostou. Depois, ajeitando a madeixa que não precisa ser ajeitada, pegou no discurso feito em Évora e foi repeti-lo em Beja – onde o cabeça de lista do PS à Câmara é... o ex-governador civil... Que grandes democratas!

Actual A propaganda e a notícia

• José Casanova

Não surpreende mas merece registo a forma como a generalidade da comunicação social trata a campanha eleitoral da CDU. Não surpreende porque não é novidade: sempre assim foi e tudo indica que assim vai continuar a ser – sabendo-se que na CDU se encontram as forças que defendem os interesses dos trabalhadores e que a comunicação social dominante é propriedade de grandes grupos económicos e financeiros. (Em todo o caso, valeria a pena, um dia, analisar em pormenor esta questão e, através de exemplos concretos, pôr na a manipulação e a mistificação que percorrem a forma e o conteúdo da maior parte das notícias divulgadas sobre a CDU e os tratos de polé a que muitas dessas notícias são, por vezes, sujeitas.)

Atente-se neste exemplo: o *Diário de Notícias* de ontem «informa», na sua primeira página, que «Socialistas

têm trunfos no Alentejo» e que «PS aposta na conquista à CDU das câmaras de Sines, Grândola e Santiago» – e remete o leitor para páginas interiores onde, presume-se, irá encontrar a justificação de tal título, ou seja: dados confirmando o optimismo «rosa» gritado na primeira página.

No interior do jornal, depara o leitor com três reportagens (aliás, três reportagens onde é visível a preocupação de informar com rigor e verdade) feitas nos três referidos concelhos. Lendo as reportagens fica o leitor a saber que: «à medida que se aproximam as eleições cresce a convicção de que ainda não é desta que o PS arrecada à CDU a vila de Sines»; fica o leitor a saber que: «das três câmaras do litoral alentejano, Grândola é

aquela em que a direcção do PS deposita menos esperanças de vitória»; fica o leitor a saber que, em Santiago do Cacém, «apesar da recepção pouco calorosa (da população à campanha do PS)», apesar de os candidatos do PS «não terem ouvido grandes palavras de incentivo»... «o PS acredita que pode vir a ganhar as eleições»...

Isto é: nas páginas interiores do *Diário de Notícias*, a repórter diz-nos o que viu e ouviu – e o que viu e ouviu aponta claramente para a vitória da CDU naqueles três concelhos do litoral alentejano; na primeira página do jornal, *alguém nos informa* que o PS «tem trunfos no Alentejo e aposta na conquista» das câmaras desses concelhos...

É grande, grande a distância existente entre a «informação» da primeira página e a reportagem das páginas interiores – tão grande como a distância que há entre a **propaganda** e a **notícia**.

Diário

Homens e bombas

• Aurélio Santos

Quando iniciava esta nota ouvi na rádio a notícia de que ao saírem da sua escola um jovem foi morto e 70 ficaram feridos por um dos bombardeamentos com que o Estado de Israel está massacrando o Povo da Palestina. Noutro extremo do Mundo, os bombardeiros americanos continuam massacrando as populações do Afeganistão. Será assim, com estas formas de terrorismo de massas, que se combate o terrorismo?

«Guerra ao terrorismo» é a cobertura ideológica do momento para cobrir objectivos de dominação e opressão. Durante a Guerra Fria foi-o a «defesa da civilização ocidental e cristã», que serviu de cobertura ideológica para os pactos de guerra (NATO, SEATO) e para as guerras da Coreia e do Vietname, tal como a «Aliança para o Progresso» cobriu as intervenções norte-americanas na América do Sul e os massacres de Pinochet no Chile. E foi em nome dos direitos humanos que foi destruída a Jugoslávia e massacrada a Sérvia.

A História da Humanidade está cheia de justificações hipócritas para as acções mais cruéis e injustas. A «expansão da Fé e do Império» foi bandeira do império colonial português, e justificação dos massacres espanhóis no México e no Peru, o direito à «liberdade do comércio» a razão invocada pelo colonialismo inglês para a «guerra do ópio» com que a Grã-Bretanha impôs à China a importação do ópio que ela produzia na colónia da Índia. E para Hitler a reivindicação do direito ao «espaço vital» e da «superioridade da raça ariana» serviu de lema para a invasão

da Europa Ocidental e da União Soviética. Mas não está o governo israelita aplicando a lógica de Hitler contra o Povo da Palestina? Não estarão a agir da mesma forma como nos EUA se consumou a talvez maior «limpeza étnica» da História, com o extermínio da população índia?

«Terroristas» era como os nazis classificavam os combatentes da Resistência nos países ocupados. «Terroristas» era como o fascismo salazarista chamava aos movimentos de libertação das colónias portuguesas.

Com o lema de «combate ao terrorismo» está a promover-se o desmantelamento dos passos dados desde o fim da II Guerra Mundial, no sentido de uma ordem internacional assente na paz, na solidariedade entre os povos e no respeito pelas suas soberanias. São rasgados como papéis sem valor as aquisições do Direito Internacional, os princípios da Carta das Nações Unidas e as funções das suas Instituições.

Estaremos perante uma irresistível e irreversível marcha atrás? Certamente não. Como em todas as curvas da História, será a intervenção humana o factor decisivo para a salvaguarda e avanço do processo civilizacional. E nessa luta a nossa participação, dos comunistas, tem presença segura e indispensável, como teve em todas as grandes causas da Humanidade ao longo do século XX.

Os Homens são mais importantes do que as bombas.



Se escrever... não beba

• Leandro Martins

Aproximam-se, em passinhos embrulhados em lâ por causa do frio que faz, os dias festivos que no final do ano marcam os calendários cá da terra. Vem aí o Natal e o Ano Novo e, conforme o costume, os convívios familiares, as celebrações alegres, tudo bem regado com o tinto daqui e o espumante dali, o álcool de mais além. É também costume a gente parar um pouco antes de levar o copo à boca e meditar nos conselhos que nos dão – se conduzir não beba. É um facto que os acidentes ocorrem em larga percentagem por causa da percentagem de álcool no sangue.

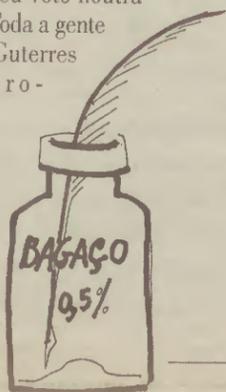
Preparava-me eu para juntar a minha voz às prudentes falas dos que advogam alguma contenção nas libações festivas, quando um par de acontecimentos veio perturbar-me as boas intenções.

O primeiro deles foi a suspensão por dez meses, pedida pelo Partido Socialista, da taxa de 0,2 a aplicar aos condutores pelo decreto-lei do Governo do... Partido Socialista.

Recapitulemos. O Governo de Gu-

terres produziu, à revelia da opinião dos representantes do povo, uma legislação fundamentalista que não tem comparação nos países europeus, a não ser em dois. Para nosso mal, legislava no âmbito das suas competências e, como de costume, a mostrar-se à União Europeia como mais papista que o papa. O escândalo, porém, da contra-medida, foi ela ter sido apresentada pelo mesmo PS de que o Primeiro-Ministro é secretário-geral. Toda a gente percebeu – em vésperas de eleições e de natais, a taxa de 0,2 era mais que impopular. Vitivinicultores, condutores e outros eleitores ameaçavam ir botar o seu voto noutra garrafa. Toda a gente viu que Guterres

Primeiro -



-Ministro e Guterres secretário-geral se entenderam para retirar aos adversários razões para beberem a festejar vitórias. Daí a escandalosa cambalhota PS.

Mas o segundo acontecimento perturbador foi o desvairado ataque de certa comunicação social, desferido sobre os deputados no seu conjunto – com as abstenções exceções de meia dúzia. O *Diário de Notícias*, por exemplo, fez manchete – **Voto assassino**, escreveu. E, em editorial, excepcionalmente assinado pela **Direcção**, deu o mote a telejornais e rádios por todo o País – o de que «Portugal violou recomendação comunitária»...

Quer isto dizer que os países da União que têm taxas permitidas de 0,8 ou de 0,5 têm à frente uma cambada de assassinos? E como se pode «violar» uma **recomendação**? E para que serve a campanha? Para mostrar o Governo, puro que nem água da fonte, acima de qualquer suspeita?

O slogan para a quadra, afinal, deveria ser: **Se escrever... não beba**. Mesmo que não haja por aí uma alta autoridade de balão em riste.

Frases

“Como os ministros das Finanças gostam normalmente de baptizar os seus orçamentos com um “slogan” sugestivo, só nos lembramos de um que é capaz de ilustrar a actual condução das finanças públicas portuguesas: “o Orçamento dos três D – des-cuido, desnorte e descrédito”.”

(Sérgio Figueiredo, Público, 29.12.01)

“A flexibilidade é uma bela palavra. Mas vejam o que é que a flexibilidade pode envolver: ausência de protecção [dos trabalhadores] face aos despedimentos. Vocês pedem flexibilidade numa altura em que as grandes empresas registam prejuízos de grande magnitude, vocês querem transformar os trabalhadores em dependentes.”

(Gerhard Schroeder, chanceler da Alemanha, dirigindo-se no Parlamento à oposição de direita, idem)

“Assistimos a uma curiosa situação em que os candidatos socialistas têm como grande preocupação sacudir o Governo do capote.”

(Eduardo Prado Coelho, Público, 30.11.01)

“A mando do professor Marcelo Rebelo de Sousa, como bem notou Manuel Alegre, e em obediência ao jogo de aparências e ao terror da demagogia populista, que tanto caracterizam a nossa vida política, os deputados mantiveram-se em prisão domiciliária.”

(Miguel Sousa Tavares, idem)

“São precisamente essas divisões [entre os países ricos e os países pobres, entre o Norte e o Sul] que alimentam hoje o terrorismo internacional e que criam as condições que poderão provocar novos conflitos à escala planetária.”

(Boutros Boutros-Ghali, ex-secretário-geral da ONU, *Diário de Notícias*, 30.11.01)

“Olhar para os últimos séculos de vida da Humanidade é esclarecedor: nenhum direito, nenhuma liberdade, nenhum passo no caminho da democracia foi dado pelo sistema capitalista, mas sempre contra ele.”

(Ruben de Carvalho, idem)

“O eng.º Guterres provou à saciedade que não merece confiança. É uma rolha à deriva dos grupos de pressão, de conveniências momentâneas e mesmo – ou principalmente – das facções do PS. Não existe uma política fiscal, como não existe qualquer espécie de política, excepto uma vaga vontade de sobreviver.”

(Vasco Pulido Valente, idem)

“Em teoria, todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão. Na prática, porém, esse direito está reservado apenas a uma ínfima parte de pessoas, entre as quais os jornalistas e os colaboradores dos órgãos de informação.”

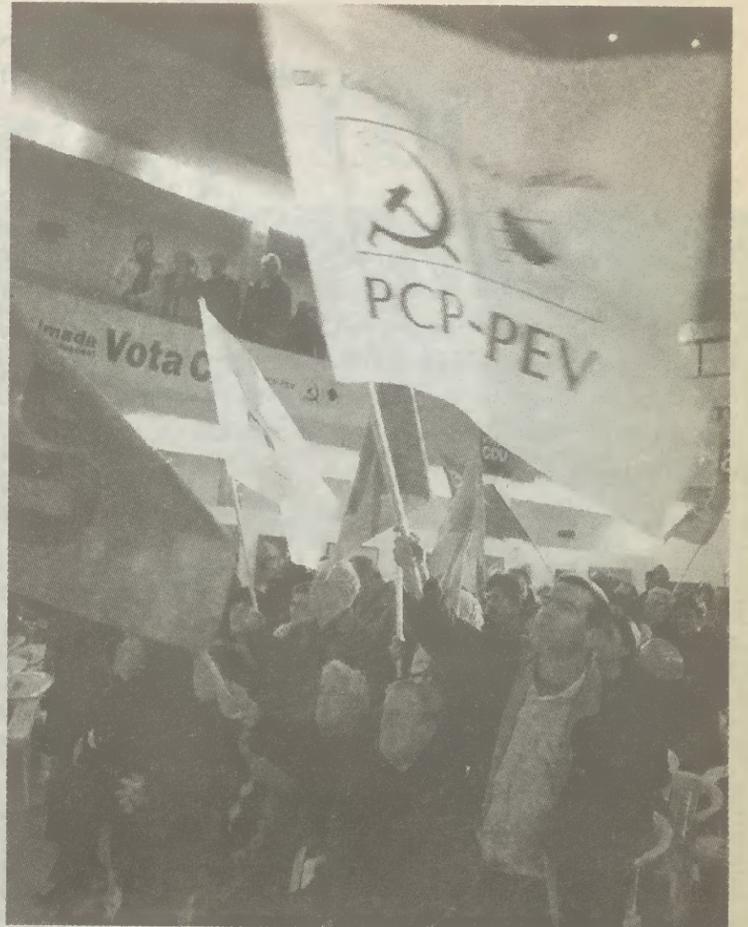
(Estrela Serrano, *Diário de Notícias*, 03.12.01)

“O que se provou com a suspensão da taxa de alcoolemia é que Guterres, que nunca foi temido pelos deputados socialistas, parece agora nem sequer ser amado. E é isto, mais que qualquer outra leitura de natureza subjectiva, que incomoda o primeiro-ministro.”

(Manuel Carvalho, Público, 03.12.01)

“Ser líder parlamentar do PS deveria ser dos empregos mais bem pagos em Portugal, tal é a dificuldade de encontrar vectores comuns a tantas vontades próprias.”

(Ioão Morgado Fernandes, *Diário de Notícias*, 01.12.01)



Campanha arranca com grande comício em Almada

«Ao trabalho, camaradas!»

Carlos Carvalho e Maria Emília de Sousa pediram aos apoiantes da CDU que se empenhem muito, nos dias que faltam até às eleições, no trabalho de esclarecimento dos eleitores. Porque à CDU interessam os votos conscientes.

A CDU abriu a sua campanha eleitoral numa Incrível Almada completamente cheia. Apresentado pelo presidente e candidato à Assembleia Municipal, José Manuel Maia – que afirmou que, com a CDU, Almada deixou de ser o concelho do «lado de lá» e passou a ser o concelho do «lado certo, do lado esquerdo do Tejo» –, o comício

juntou centenas de apoiantes.

«Queremos que os que votarem CDU o façam com consciência»

Na sua intervenção, Carlos Carvalho afirmou que, pelo trabalho realizado, pelo incentivo que a CDU faz à participação das populações e pela capacidade que tem de ouvir críticas, sugestões e propostas, «podemos pedir, de cabeça erguida, o voto aos cidadãos». «E, daqui até ao dia

16, vamos com força, com determinação e confiança, dirigirmo-nos à sensibilidade e à inteligência dos cidadãos, procurando o voto consciente», apelou o secretário-geral do PCP, antes de deixar o alerta para que, em Almada, «não haja abstenção, para que nenhum voto falte, para que todos os votos se somem, pois também os votos que tivermos agora são muito importantes para uma viragem à esquerda na política nacional». Uma viragem tão mais necessária, considera, quanto mais se ouve falar em falências, em atraso, em quebras no investimento, «em consequência de uma política errada». Neste qua-

dro, «não é de pouca importância termos nas autarquias homens, mulheres e jovens, como aqui em Almada, que dêem garantias de estar ao lado do povo nas horas boas e nas horas más, nas pequenas e nas grandes lutas». É desta diferença – o estar quotidianamente ao lado das populações, conhecendo os seus problemas e tudo fazendo para os resolver – que a CDU assume na sua propaganda, afirmou Carlos Carvalho. Ao contrário de outros, «não nos dirigimos aos trabalhadores, aos reformados, às populações só em tempo de eleições para pedir votos». É por isso que, chegando a campanha, «as pessoas não nos

dizem “só cá vêm quando há eleições”, dizem isso aos outros, mas não à CDU».

Combater a mentira...

Considerando os 398 candidatos da coligação às autarquias de Almada como «um grande exército de Paz, um exército que ama os outros e luta pela sua cidade», Maria Emília de Sousa, presidente e candidata à Câmara Municipal de Almada, lembrou que este tem um papel fundamental na campanha eleitoral. «Até ao dia 16, não podemos sossegar», disse a candidata. «Temos que sair para a rua com o nosso programa e esclarecer.» Porque «nós não queremos um voto qualquer, queremos um voto consciente. Queremos que os que votarem CDU no dia 16 o façam com a consciência de que a CDU é o melhor para si e para a sua família», disse a autarca, que deixou o desafio a todos os presentes: «Ao trabalho, camaradas!, para que no dia 16, todos escolham em consciência». Mas, até lá, avisou, «hão-de haver mentiras e elas já começaram a surgir». «Se as eleições fossem hoje», afirmou, com base nos dados de que dispõe, a CDU em Almada «teria 56 ou 58 por cento dos votos, mas nós sabemos que até ao momento de pôr o papel na urna, há muita maneira de confundir a cabeça das pessoas e, por isso,

temos todos que sair para a rua, para o combate».

... e a demagogia

Antes das intervenções do secretário-geral do PCP e da candidata à presidência da Câmara, Heloísa Apolónia,

dirigente do Partido Ecológico «Os Verdes», tinha já revelado que o Partido Socialista, na Assembleia da República, votou contra todas – todas! – as propostas do PCP e do PEV para investimentos no

distrito de Setúbal, no âmbito do PIDDAC.

A deputada contou também que reúne frequentemente com jovens dirigentes associativos de todo o País e que, sempre que recebe jovens de Almada, estes são unânimes na apreciação positiva que fazem do trabalho da autarquia.

Vanessa Silva, da Juventude CDU, lembrou que «vivemos no concelho com a maior e mais completa rede de equipamentos municipais de juventude do País» e afirmou que o projecto da CDU tem provas dadas e é a «nossa melhor arma contra a demagogia daqueles que aparecem agora com ideias soltas, em papéis coloridos, fingindo ter propostas» para a juventude. «É por este projecto que 70 jovens comunistas, ecologistas e sem filiação partidária dão a cara, integrando as listas da CDU, assumindo o compromisso, com todos os jovens do concelho, de continuar este trabalho.»

Como se faz a diferença

«Vamos andar de Metro em Almada»

Carlos Carvalho e Maria Emília de Sousa foram unânimes em considerar que a CDU é a única força política que não vale pelas promessas, mas pelo trabalho realizado. O secretário-geral do PCP deu em seguida três exemplos de como o Partido Socialista promete e não cumpre.

Carvalho referiu o caso da Amadora, em que o PS prometeu que levaria o Metro até àquele concelho. Quatro anos depois, o Metro não só não chegou à Amadora como o PS na Assembleia da República rejeitou a proposta do PCP de incluir no PIDDAC o

início das obras do Metro da Amadora.

Política semelhante teve o PS no Barreiro, ao rejeitar, novamente com proposta do PCP, a passagem desnivelada no Barreiro – antiga proposta da CDU, que PS e Governo prometem fazer muito tempo. Mais curioso é que, neste caso, o próprio candidato do PS à presidência da autarquia, Emídio Xavier, que é deputado, votou com o seu partido.

Também Almada, onde o PS faz das acessibilidades a sua grande «bandeira», viu rejeitadas pelo partido do Governo todas as propostas do PCP – devida-

mente orçamentadas, pois «nós não somos demagogos» – para melhorar as acessibilidades no concelho. «A isto chama-se ter duas caras, uma na rua, com as populações, e outra nos gabinetes», acusou o secretário-geral comunista.

Maria Emília de Sousa referiu que fazer a diferença é fazer o contrário do que fazem os socialistas, é lutar pela melhoria das condições de vida da população, mesmo que isso implique exceder as competências da autarquia. Foi isso que foi feito em Almada, nas questões da segurança, onde, as esquadras da PSP e o quartel da GNR avançaram e avançarão apesar da

passividade do executivo. Tal como os centros de saúde e as escolas secundárias.

É também graças à insistência da autarquia que «em 2005 já andaremos de metro em Almada» e que em 2006 a Costa estará rehabilitada «com garantias para todos», caméristas ou moradores. Outro exemplo da atitude da autarquia prende-se com a construção de duas ETAR's, no valor de 6 milhões de contos – com direito a fundos comunitários – dos quais o Governo cedeu, até agora... zero. Mesmo assim, as obras estão em andamento e as estações estarão prontas em breve.

Ana Teresa Vicente, candidata da CDU
à presidência da Câmara Municipal de Palmela, ao Avante!

Continuar o futuro

O Avante! solicitou a Ana Teresa Vicente, vereadora e candidata da CDU à presidência da Câmara de Palmela, um depoimento sobre o concelho a que se candidata. Afirmado que Palmela atingiu um elevado grau de satisfação das necessidades, Ana Teresa confia nos eleitores para continuar a obra.

«Continuar o Futuro é o lema da candidatura da CDU para prosseguir, nos próximos quatro anos, o trabalho que temos desenvolvido no concelho de Palmela e que consiste exactamente em criar, nos mais diversos domínios, as condições para que o futuro de todos mantenha e reforce a qualidade de vida que tem feito do nosso concelho um dos territórios mais atractivos do País, do ponto de vista económico, social e cultural.

«Atingimos um elevado grau de satisfação das neces-

O concelho de Palmela é «um dos territórios mais atractivos do País»

sidades básicas, em matéria de infra-estruturas, de bases para o desenvolvimento social e cultural, de crescimento económico e ordenamento do território. Apostamos agora no reforço da qualidade de vida, da qualidade do espaço urbano e rural e da qualidade do serviço público, consolidando este ciclo de desenvolvimento. E, neste sentido, temos como prioridade a qualificação do nosso trabalho em três grandes direcções – as Infra-estruturas, o Ambiente e Ordenamento do Território, a Educa-

ção e o Desenvolvimento Social.

«Neste nosso território de mais de 400 quilómetros quadrados, a densidade populacional é a mais baixa da Área Metropolitana de Lisboa. Novos equipamentos colectivos e infra-estruturas – entre as quais nos orgulhamos de uma rede de Estações de Tratamento de Águas Residuais sem paralelo na nossa região – projectos educativos, culturais e desportivos têm contribuído para um desenvolvimento equilibrado, onde convivem o espaço rural e o urbano.

«O espaço urbano não ultrapassa os sete por cento do território e está organizado em pequenos núcleos com dimensão humana, onde os edifícios não vão além dos quatro pisos, onde as relações de vizinhança e solidariedade entre as pessoas continuam a ser possíveis. O espaço rural, que integra vastas

áreas naturais protegidas, tem sido consolidado, com a revitalização e promoção de alguns dos seus produtos tradicionais, como o vinho e o queijo, e a instalação de novas indústrias e actividades económicas geradoras de emprego.»

Garantir o equilíbrio

«São estas características que fazem do concelho de Palmela um espaço procurado quer por novos moradores, quer por novos investimentos. O desafio que se nos coloca é exactamente o de garantir que o seu inevitável desenvolvimento se verifique de forma equilibrada e qualificada.

«Em matéria de infra-estruturas, vamos consolidar, expandir e, em alguns casos, renovar as existentes, nomeadamente, ao nível da rede viária, do abasteci-



Ana Teresa Vicente

mento de água e saneamento, dos serviços urbanos, dos equipamentos colectivos e da segurança e protecção dos municípios.

«O ambiente será um dos eixos estruturantes do concelho e a sua promoção e qualificação passará por quase todas as áreas da actividade municipal. A consolidação e qualificação do ordenamento do território passará pela revisão, de forma participada, do PDM, com o objectivo de manter as áreas urbanas actuais, reforçar a inserção do nosso território na área metropolitana e incluir os planos e cartas sectoriais, designadamente, de saneamento básico, rede

viária, equipamentos e educação.

«A prioridade estratégica que constitui para nós a educação traduzir-se-á no investimento no parque escolar e na promoção de projectos em parceria com a comunidade educativa, de forma a criar condições qualificadas de desenvolvimento social e pessoal que preparem as novas gerações para o futuro.

«Porque acreditamos que o futuro se constrói com a participação de todos, e essa tem sido uma das linhas mestras do trabalho da CDU em Palmela, sabemos que podemos contar com a confiança dos eleitores do concelho para Continuar o Futuro.»

Na passada segunda-feira Campanha começou no distrito de Setúbal

A campanha começou na passada segunda-feira, com Carlos Carvalhas a participar numa série de iniciativas em vários concelhos da região de Setúbal.

Em Almada realizou-se um almoço – especialmente voltado para mulheres eleitas, candidatas e activistas da CDU – no restaurante do Castelo, de onde se abre um soberbo panorama sobre o Tejo e a cidade de Lisboa. Carlos Carvalhas presidiu à confraternização, na qual participaram também Maria Emília de Sousa, presidente da Câmara, José Manuel Maia, presidente da Assembleia Municipal, os dirigentes regionais do PCP Jorge Pires, Manuel Valente e Manuela Pinto Ângelo e, entre outros, a sindicalista Luísa Ramos. Esta explicou que aquele conclave, enquadrado

na campanha da CDU, constituía uma manifestação pública de solidariedade para com a luta das mulheres por uma vida melhor.

Carlos Carvalhas referiu que, nestas autárquicas, cresceu o número de mulheres nas listas da CDU. «No entanto – frisou –, ainda não estamos satisfeitos. As mulheres terão que ser activistas de corpo inteiro!»

A presidente da Câmara de Almada afirmou que, no PCP, nunca se sentiu discriminada por ser mulher e que a «grande preocupação é trazer às nossas fileiras mais mulheres». Aliás, já nestas eleições, a percentagem de mulheres nas listas da CDU, no concelho de Almada, subiu de 23 para 28 por cento. «Mas havemos de chegar aos 50 por cento», garan-

tiu. Em seguida relatou as grandes batalhas travadas e vencidas pela sua autarquia, e que são o metropolitano de superfície e o programa Polis, destinado a recuperar a zona costeira do concelho. «O programa Polis não nos foi oferecido de bandeja, fomos nós que o arrancámos ao Governo», realçou.

Maria Emília exortou toda a gente a votar no dia 16, de modo a que a CDU «alcance uma maioria reforçada», não para «esmagar seja quem for, mas para não perdermos tempo. É que o relógio da Costa já está a andar!».

Antes, a cabeça de lista da CDU à Câmara de Almada, participou, com muitos outros candidatos do concelho, numa arruada por Almada Velha, onde contactou com a população e com o comércio local.

Obras contam-se pelos dedos

Ao jantar, o secretário-geral esteve em Sesimbra – após ter participado numa arruada pelas ruas do Barreiro – com cerca de quatrocentos activistas e simpatizantes da CDU. Carvalhas afirmou que o «melhor que poderia acontecer a Sesimbra era a retoma da Câmara pela CDU», possível «devido à confiança que as populações depositam» na coligação. No entanto, contrariamente a outras forças, designadamente o PS, a «CDU prefere perder votos falando verdade do que ganhar votos semeando mentiras», referiu.

«Porque prometeu e não fez, o Partido Socialista vai ter que enfrentar o tribunal da opinião pública que são as eleições» – começou por declarar Augusto Pólvora, o candidato da CDU à presidência da Câmara. E, cáustico, não deixou pedra sobre pedra da gestão socialista da autarquia de Sesimbra, cuja acção denotou um claro divórcio com a população.

«Não há um só projecto desta Câmara que tenha sido discutido com a população.» Apesar de ter disposto de 10 milhões de contos a mais do que o mandato anterior da CDU, a verdade é «que sobram os dedos de uma mão para contar as obras concluídas pelo actual executivo». Aliás, lembrou que as obras mais importantes propagandeadas pelo PS foram lançadas pela CDU. A finalizar, realçou que «temos projectos e gente competente para os levar à prática».

À noite, o secretário-geral esteve no comércio da Incrível Almadense.

Odivelas Ir para a rua mobilizar

Durante as próximas duas semanas, a palavra de ordem é sair para a rua, mobilizar o eleitorado e convencer cada vez mais pessoas a votar na CDU, afirmou, no passado sábado em Odivelas, o secretário-geral do PCP.

Carlos Carvalhas, que afirmou que «até ao lavar dos cestos é vindima», acusou o Governo de ter feito tralfulhice no caso da suspensão da lei que fixava a taxa máxima de alcoolémia em 0,2 por cento e reafirmou a sua convicção de que «votar na CDU é dar uma resposta negativa ao PS que quer acabar com os passes intermodais, é dizer não à proposta de aumentar a função pública em apenas 2,5 ou três por cento».

Já Natália Santos, candidata à presidência da autarquia pela CDU, acusou o candidato do PS – o presidente da Comissão Instaladora, Manuel Varges – de tentar demarcar-se deste

Governo, embora tenha estado ao longo de toda a existência do município de Odivelas, a «curvar-se» perante ele.

Natália Santos destacou em seguida, de entre as 104 medidas apresentadas pela coligação para o concelho, que a CDU se empenhará na erradicação completa das barracas e reivindicará da Administração Central a construção da esquadra da PSP em Odivelas e do Hospital de Loures-Odivelas, não sem antes deixar bem claro que estas medidas são realizáveis, até porque, afirmou, não fará «promessas mirabolantes».

Outro compromisso deixado pela candidata da CDU prende-se com a realização de duas auditorias, uma no início do mandato e outra passados quatro anos, «para apurar a situação em que o concelho se encontra actualmente e depois de um mandato autárquico».



A campanha eleitoral da CDU começou em Almada, num jantar dedicado às mulheres (Foto de Júlia Dinis)

Carlos Carvalho no Barreiro

Mil e duzentos no jantar da CDU

Mil e duzentos apoiantes da CDU juntaram-se num jantar, no Pavilhão da ex-Quimigal, para ouvir Carlos Carvalho e os candidatos à presidência das autarquias do Barreiro – Carlos Maurício, para a Câmara, e Helder Madeira, para a Assembleia Municipal.

● José Augusto – texto

● Reinaldo Rodrigues – foto

Após os momentos de animação, no período consagrado às intervenções, Carvalho acusou o Governo de ser inconsequente nas medidas que diz tomar e não toma e de

condução da sua política parlamentar. Na verdade, as manobras socialistas orientadas para a aprovação, na Assembleia da República, das suas orientações económicas

ultrapassa tudo o que se poderia considerar de admissível, afirmou o secretário-geral.

Carlos Maurício, o candidato CDU à presidência da Câmara do Barreiro, depois de afirmar que, com a CDU, a «modernidade e o progresso do Barreiro são uma realidade», passou a expor o programa da coligação para o concelho, programa que assenta em cinco áreas prioritárias: modernidade, cultura, segurança, saúde e ligação ao Tejo. Trata-se, afirmou Maurício, de um «projecto colectivo», que será materializado através de um estilo de trabalho próprio, caracterizado por uma administração autárquica mais participada. Ao todo, são 48 os projectos que a CDU defende para «dar um novo e vigoroso impulso ao progresso e modernização do Barreiro», alguns dos quais o candidato destacou, como o Plano Estratégico de Desenvolvimento

Sustentável do concelho, «determinante para o futuro do Barreiro que será elaborado através de um fórum participado pela comunidade local». No entender do candidato, este plano

«reflete o querer dos barreirenses e define as estratégias de desenvolvimento do concelho do Barreiro». Outro, é o plano de reconversão da Quimiparque, que é propriedade

do Estado português. Carlos Maurício advoga que a CDU «não se pode manter alheia à falta de uma estratégia sustentável da administração central sobre o futuro dos cerca de 300 hectares deste território

Para além do secretário-geral do PCP e dos candidatos da CDU ao concelho do Barreiro, estiveram presentes, no grande jantar do passado dia 29, Pedro Canário, mandatário distrital da candidatura CDU, vários dirigentes do PCP e das forças que compõem a coligação e muitas figuras conhecidas das mais variadas áreas da vida nacional.

Um dos momentos altos do jantar foi a apresentação das personalidades que, no concelho do Barreiro, apoiam a coligação.

Francisco Cabrita e Eduardo Quaresma, treinadores de basquetebol, Filipa Cara d'Anjo, campeã ibérica de tiro, Carlos «Boia», ex-remador olímpico, José Augusto, Bento, Mário João e Carlos Nunes, antigos futebolistas do Benfica, Manuel Aguiar, presidente da Associação de Atletismo de Setúbal, Mike Plowden, ex-basquetebolista, Rúben Ferro,



A aposta da CDU de realizar uma grande iniciativa a duas semanas das eleições autárquicas foi ganha

da antiga CUF, com características únicas no país». Pretende-se que, futuramente, a Quimiparque seja geradora de riqueza, tenha centros produ-

tores de energia renovável – solar, das marés, eólica, fotovoltaica – e um centro tecnológico de investigação, entre outras coisas.

Cultura é liberdade

A gestão CDU vai encarar a construção da passagem desnivelada da Rua da Recosta – «embora o PS não tenha aprovado a obra no OE para 2002» –, da ETAR como «obra fundamental para a qualidade ambiental do Barreiro e dos rios e para o desenvolvimento do concelho», que está orçada em 6 milhões de contos e espera aprovação há três anos no Ministério do Ambiente.

A Câmara CDU vai continuar a «melhorar condições de utilização dos municípios» da zona ribeirinha, Alburrica e Mexilhoeiro e reabilitar o Barreiro antigo, através de intervenções «mínimas e prioritárias em prédios muito degradados, recorrendo a programas nacionais». Por outro lado, Carlos Maurício garantiu que a CDU conti-

nuará a «dinamizar 10 planos de desenvolvimento da cultura», que abrangem áreas como o ensino, a música, o desporto, o teatro e as artes plásticas. Tudo isto porque, para a CDU, «cultura é liberdade!».

O candidato não tem dúvida de que a «CDU é a única força política capaz de apresentar e concretizar um tal Programa Eleitoral». É que, lembrou, a «CDU dá garantias de cumprir», apresenta «trabalho realizado e obra feita», os seus eleitos «honram os compromissos, cumprem os mandatos, trabalham com seriedade». Porque, sublinhou ainda Carlos Maurício, a CDU apresenta-se «com uma equipa renovada, com candidatos profundamente conhecedores do concelho, competentes, trabalhadores, honestos e que amam o Barreiro».

Muitos apoios

campeão nacional de full-contact, Carlos Calado, campeão nacional de salto em comprimento, e Sérgio Rocha, mestre internacional de xadrez, são alguns dos nomes ligados ao desporto que apoiam a CDU neste concelho da Margem Sul.

Ligados à música e às artes surgem muitos nomes conhecidos como Carlos do Carmo, o escultor Cabrita Ramos, os cantores Filipa Pais e Camané, o actor André Gago, e os músicos Francisco Naia, João Gil, Jorge Palma, José Alberto Cunha, José Salgueiro, Paulo Carvalho, Sérgio Godinho, Rui Veloso, Zé Pedro e Vitorino.

O hino da CDU do concelho do Barreiro tem letra de Deolinda Saraiva, música de Paulo Cavaco e arranjos deste e de Paulo Carvalho e foi interpretado por Paulo Carvalho e Cláudia Antunes.

Amadora

A alternativa indispensável

«A nossa campanha está a afirmar a CDU como a única alternativa à gestão do PS

nos últimos quatro anos, alternativa não apenas possível, mas indispensável»,

afirmou António Filipe, cabeça de lista da CDU à Câmara Municipal da Ama-

dora, no comício realizado no passado sábado, em que participou também o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalho.

Para o candidato, isto sente-se até pelo «desvario propagandístico, de publicidade enganosa», levado a cabo pelos socialistas que, mesmo não tendo cumprido as promessas que fizeram, voltam a fazê-las. António Filipe destacou ainda que esta publicidade enganosa – paga pelo dinheiro dos contribuintes, pois é feita pela Câmara – revela a ausência de obra, pois quem faz não precisa de mentir.

António Filipe assumiu como prioridades algumas das questões que o PS não resolveu ou, até, contribuiu para piorar. «Conosco, haverá lugar para todos»,

assumiu, referindo-se à participação de todas as forças políticas, bem como da população, nas decisões da autarquia, ao contrário do que fez – e faz – o PS. António Filipe compromete-se ainda que «nunca usaremos os cargos para promover clientelismos de mandatários ou chefes de gabinete».

Como prioridades, a CDU apresenta uma sua velha – mas actual – bandeira: a erradicação das barracas, que prosseguia a bom ritmo, até ser interrompida em 1997, pela vitória do PS. A criação de espaços verdes – não se criou um único em quatro anos –, a melhoria da recolha do lixo e a defesa do carácter público dos serviços prestados pelas autarquias são causas pelas quais a coligação se baterá. Do

Governo reivindicará melhores serviços de saúde e de segurança.

O candidato da CDU prosseguiu, questionando: «O alinhamento com o Governo valeu a pena? Há Metro? Há CRIL, Há Tribunal?» E prosseguiu com a convicção de que se juntou a «incompetência com a falta de vontade». A terminar, o candidato lembrou que, do pouco que se fez no concelho, ou foram obras do poder central ou projectos que vinham do tempo da gestão CDU. «Vamos acabar com isto», disse, apelando para que se relance um projecto autárquico «capaz de colocar a Amadora no caminho do progresso, do desenvolvimento e da qualidade de vida», o projecto da CDU.



De nada valeu à Amadora ter uma Câmara da mesma «cor» que a do Governo, afirma a CDU

Acção da CDU caracteriza-se pela proximidade dos eleitos às populações, disse Rui Sá, no Porto

Atender aos problemas do povo

A CDU assinalou, no domingo passado, a abertura da campanha autárquica no Porto com um comício realizado no Cinema do Terço, que teve a participação do secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas.

O Cinema estava repleto de apoiantes e activistas da CDU que acolheram com entusiasmo a participação musical dos Navegante e assistiram à projecção multimédia dos candidatos da CDU aos municípios do distrito do Porto.

A primeira intervenção política do comício foi protagonizada por André Ferreira, do PEV, que realçou a necessidade de serem concretizadas políticas integradas de protecção e evolução ambiental, realçando a preocupação que a CDU evidencia nesta matéria.

Rui Sá, candidato da CDU à Câmara Municipal do Porto, caracterizou o espírito e o estilo da CDU, definindo as linhas essenciais de trabalho da Coligação e da intervenção dos seus eleitos. A eleição de autarcas da CDU nos

órgãos de poder local valoriza, como ficou patente na intervenção do candidato ao município portuense, o exercício do poder local democrático, aproxima as instituições das populações, ajuda à concretização das suas aspirações e ao cumprimento das suas necessidades.

Eleição de autarcas CDU valoriza exercício do poder local democrático

A proximidade dos eleitos da CDU às populações e a ligação profunda aos seus problemas constitui também marca caracterizadora da acção da Coligação, evidenciando, na opinião de Rui Sá, uma opção política democrática fundamental para a sobrevivência do Poder Local.

Trafalhices do PS

Na sua intervenção, Carlos Carvalhas reagiu à ofensiva autárquica de António Guter-

res no Alentejo, particularmente em Évora, onde os socialistas estão apostados em retirar a Câmara à CDU, ambição difícil de concretizar dado o apoio fortíssimo dos eborenses ao actual presidente da Câmara Municipal, Abílio Fernandes, que, com a sua equipa, fez de Évora uma cidade-modelo.

Na verdade, segundo Carlos Carvalhas, as câmaras da CDU vão muito à frente das socialistas, avanço que é atestado não por comunistas mas por «revistas da especialidade e documentos oficiais do Governo».

Comentando, ainda, a afirmação proferida por António Guterres, no sábado, em Évora, segundo a qual no Alentejo a CDU dominava à custa «de um certo miserabilismo mantido pelo PCP», o dirigente comunista considera que o que o secretário-geral do PS devia dizer é que «a administração central tinha muito a aprender com a gestão autárquica da CDU» e que «se não fosse a CDU, a situação seria bastante diferente do que é naquela região tanto no saneamento e no desenvolvimento como nas



«A administração central tem muito a aprender com a CDU», disse Carvalhas

actividades desportivas e culturais».

«Uma traulhice» é, igualmente, na opinião do dirigente comunista, o comportamento do Governo na questão da taxa de alcoolemia.

De facto, começando por avançar com «uma decisão radical», impondo a taxa de 0,2 sem terem efectuado os necessários estudos nem ter em conta o país em que vivemos e a sua cultura, mais tarde, «quando começaram os protestos dos viticultores, dos agricultores e dos camionistas contra a irracionalidade da medida» (e atendendo aos poucos dias que nos separam das eleições), «combinaram com o grupo parlamentar a suspensão da

legislação no Parlamento, enquanto o Governo a mantinha». Ou seja, «jogam nos dois carrinhos e ficam de bem com as duas clientelas», ironizou Carlos Carvalhas.

Aliás, esta medida pode comparar-se, segundo o secretário-geral do PCP, com o que aconteceu no caso da reforma fiscal, «primeiro aprovada com a ajuda da esquerda» e depois suspensa «para contentar os senhores da banca».

Sintra

«A verdadeira sondagem é a 16 de Dezembro»

«A verdadeira sondagem será realizada no dia 16 de Dezembro», afirmou a CDU de Sintra numa nota de imprensa emitida com o objectivo de comentar as recentes sondagens, que dão a vitória ao PSD com uma ligeira vantagem sobre o Partido Socialista, remetendo a CDU para terceira força política.

Sobre os resultados que lhe são atribuídos, a CDU lembrou que, nas últimas eleições, as sondagens «efectuadas pela comunicação social também atribuíram à CDU per-

centagens desta ordem que não se vieram, de todo, a verificar».

A coligação alertou ainda para a alegada vocação do PSD para «salvador da pátria». Já nas anteriores eleições isto sucedera, não tendo o candidato do PSD chegado a tomar posse e os seus vereadores sido apenas «fiéis servidores de Edite Estrela e da governação do PS». Portanto, a única diferença é que desta feita, as sondagens dão a vitória ao PSD, «isto porque ninguém acredita na candidata do PS que manifesta comple-

ta incompetência para governar o concelho, e submete os interesses do município e da sua população aos interesses da especulação imobiliária, hipotecando assim a qualidade de vida dos munícipes e o futuro das gerações vindouras».

A CDU entende que, sendo a segunda força política do concelho, é a que tem as melhores condições de disputar a vitória nas eleições, até porque é a única força política que não está comprometida com o atraso do concelho, porque Sintra já teve na pre-

sidência da Câmara tanto o PSD como o PS com e sem maioria absoluta e o «que não mudou foi a política e as opções para o concelho».

«Além do mais estas sondagens, que pretendem dar legitimidade à bipolarização entre a candidatura do PS e do PSD, passaram por cima de um facto objectivo. É que 41 por cento dos entrevistados não sabem se irão votar, logo não se manifestaram a favor de ninguém, e que 14,1 por cento dos inquiridos estão indecisos. Isto por si só diz tudo.»

Aljezur

Trocar princípios por nada

«Com a CDU, os interesses do concelho não são moeda de troca», afirmou a CDU de Aljezur na nota de imprensa, emitida no fim do mês passado, intitulada «A irresponsabilidade não pode pôr em causa o futuro de Aljezur». No documento, a CDU critica o Governo por não ter contemplado na sua proposta de investimentos para 2002 grandes projectos para o concelho algarvio, como o IC4 Lagos-Sines, a Barragem das Cercas, o programa especial de recuperação urbanística do Vale da Telha ou o Quartel dos Bombeiros de Odeceixe. A CDU considera ainda que a autarquia, ao contrário do que foi apregoado, perdeu capacidade reivindicativa. E responsabiliza por esta situação, para além do Governo, o actual presidente da Câmara, Manuel Marreiros, eleito pela CDU e que se recandidata ao cargo — mas nas listas do Partido Socialista —, que «deixou cair esses projectos essenciais para o futuro do concelho», seja «porque perdeu a sua independência relativamente aos órgãos governa-

mentais e da administração central, ou a troca de algum alcatrão de propaganda eleitoral».

Noutro documento sobre o mesmo assunto, intitulado «Os primeiros «ganhos» estão à vista», a CDU de Aljezur considera — numa alusão ao presidente da Câmara — uma «estreia brilhante», para quem justifica a sua «falta de princípios como forma de trazer mais benefícios para a terra», a redução dos investimentos públicos no concelho para apenas 50 mil contos, contra o milhão do ano passado.

A coligação considera que o PS já conseguiu o que queria, roubar o candidato à CDU e que relega tudo o resto — o desenvolvimento do concelho, os problemas por resolver, os anseios da população — para segundo plano. Face a isto, a CDU acredita que a população do concelho não se deixará humilhar e considera que Aljezur precisa de uma câmara «séria e independente e não subjugada a projectos pessoais ou de outras entidades exteriores».

Setúbal

Artistas apoiam CDU



Largas dezenas de artistas de Setúbal expressaram o apoio à candidatura da CDU naquele concelho, num jantar no passado dia 30 de Novembro, numa conhecida colectividade setubalense. Para além dos artistas, das mais diversas formas de expressão, estiveram presentes vários dirigentes dos partidos que compõem a CDU e muitos candidatos da coligação no concelho, incluindo o cabeça de lista à Câmara, Carlos de Sousa. O candidato fez uma breve intervenção onde destacou os principais pontos do programa cultural para o concelho de Setúbal, um programa que põe a tónica no incentivo à criação e na oferta diversificada.

Carris

A obtenção de salários dignos é um objectivo «justo e necessário» nas próximas negociações do Acordo de Empresa, afirma a Festru/CGTP, num comunicado aos trabalhadores da Carris. A federação renova o alerta contra «a intenção do Governo, administração e seus afilhados, de continuação do desmantelamento da Carris, entregando partes da empresa aos privados», recorda que a inflação está a subir e os salários estão a desvalorizar-se e a distanciar-se das médias europeias (o comunicado inclui um quadro com o salário médio mensal em cada um dos 15 países da UE). De acordo com o que foi aprovado nos plenários, a Festru propôs à administração uma actualização salarial mínima de 50 euros (10 024 escudos) ou 7 por cento. A proposta sindical prevê ainda a criação de anuidades sem limite, substituindo as actuais diuturnidades.

Construção

A proposta sindical de revisão do contrato colectivo da construção civil e obras públicas, aprovada pela federação da CGTP no sector, está em discussão nas estruturas sindicais e entre os trabalhadores. «É enfadonho ouvir repetidamente do patronato, à mesa das negociações, que o sector não dispõe de condições económicas que suportem um crescimento real dos salários», protesta o Sindicato da Construção, Mármore e Madeiras e Materiais de Construção do Sul. Em comunicado aos trabalhadores, o sindicato reafirma que «não existem razões objectivas que justifiquem os baixos salários praticados» e recorda «os elevados lucros que as principais empresas do sector acumulam todos os anos». Os salários contratuais correspondem a um terço dos salários médios europeus, afirma o sindicato, apelando à união dos trabalhadores, portugueses e imigrantes. A proposta sindical exige um período normal de trabalho de 35 horas semanais, mil escudos de subsídio de refeição, 25 dias úteis de férias, promoções automáticas em três categorias profissionais e novas cláusulas sobre direitos colectivos, designadamente em matéria de quotização sindical, higiene e segurança no trabalho e formação profissional. A tabela salarial proposta começa no salário mínimo nacional, para as três categorias mais baixas, e indica 151 200 escudos para o nível mais alto. Nas empresas que pratiquem salários acima da tabela, o aumento mínimo não deverá ser inferior a 9 contos.

Têxteis

Uma campanha de esclarecimento, divulgação e mobilização dos trabalhadores, em torno da acção reivindicativa para 2002, foi realizada pela Fesete/CGTP, na penúltima semana de Novembro, mobilizando centenas de activistas desde Aveiro até ao Minho.

Estrondosa derrota na eleição da CT Mexia fora da Petrogal

Nas eleições, em que participaram mais de 70 por cento dos trabalhadores, a lista que se identificava com a política da administração e integra vários directores e directores-gerais apenas elegeu 1 representante na CCT.

A lista unitária, com cerca de 85 por cento dos votos, elegeu os restantes dez membros da Comissão Central de Trabalhadores e todos os 33 membros das subcomissões que funcionam em 11 locais de trabalho.

«Os trabalhadores condenaram, desta forma esmagadora, a política de gestão da actual administração, presidida por António Mexia, e reclamam do Governo a sua demissão», afirma a Fequimetal/CGTP, num comunicado que divulgou antontem. A federação quer ver à frente da Petrogal «outra administração, que dê garantias» em três áreas:

- «uma nova gestão, que promova urgentemente os investimentos necessários à dinamização e modernização da Petrogal, impedindo a sua entrada ao capital estrangeiro»;

- «a defesa dos postos de trabalho e a manutenção dos vínculos laborais»;

- «a melhoria das condições de trabalho e a consolidação dos direitos laborais e das regalias sociais».

Nos resultados provisórios das eleições de 28 e 29 de Novembro, divulgados sexta-feira pela Comissão Eleitoral, a Lista A (unitária) conta-

va 1451 votos e a Lista B 211 (eleição para a CCT, uma vez que a Lista A foi a única que se apresentou a sufrágio nas subcomissões). Os resultados definitivos vieram aumentar ainda mais a diferença: 1508 votos para a Lista A, 216 para a Lista B, 30 votos brancos e 29 nulos.

A estrutura da CGTP que integra os sindicatos do sector (Sinorquifa e Sinquifa), num comunicado que intitulou «Força, Petrogal!», considera que «a extraordinária participação dos trabalhadores da Petrogal na eleição da sua CT representa, neste momento difícil da vida da empresa, um grandioso exemplo de vitalidade democrática e confirma a existência de uma forte vontade colectiva de defender, dinamizar e engrandecer o sector petrolífero ao serviço da economia nacional».

Ao mesmo tempo, o resultado da votação constitui «uma veemente e esmagadora condenação da gestão praticada pela administração de António Mexia». A federação nota que «nunca, no nosso país, se tinha assistido a esta surpreendente novidade, de uma administração pretender referendar pelos trabajado-



Aqueles que resistem e lutam por uma Petrogal ao serviço do País receberam um forte voto de confiança dos trabalhadores

res a sua política de gestão, autocandidatando-se a um órgão de classe». Em vez do «projecto de uma administração submetida aos interesses da ENI e que consubstancia o prosseguimento da ofensiva destruidora da empresa», os

trabalhadores optaram claramente «pelo projecto daqueles que continuam a reclamar uma Petrogal ao serviço do País».

Depois de ser «espectacularmente derrotada» nas urnas, a administração de

António Mexia «só tem um caminho a seguir: o caminho da rua», conclui a Fequimetal, anunciando que vai propor à CT a organização conjunta de um encontro nacional de trabalhadores da Petrogal.

Greve na Portucel deu frutos mal começou

No grupo Portucel teve lugar sexta-feira o primeiro de dois dias de greve, marcados pelo Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Celulose, Papel, Gráfica e Imprensa, para exigir melhores salários, redução do horário, comparticipação nos lucros e defesa dos direitos.

A direcção do sindicato informou que, nas instalações de Cacia (unidade fabril vocacionada para a produção de pasta branqueada de eucalipto, para aplicações especiais) a greve atingiu os 75 por cento de adesão, com a paralisação total de vários sectores.

Na Portucel Tejo, em Vila Velha de Ródão, a greve foi suspensa, «porque a empresa com-

prometeu-se a prosseguir as negociações e encontrar forma de desbloquear a situação».

Nas instalações de Setúbal (uma fábrica de pasta branqueada de eucalipto e uma fábrica de papel), foi adiado de sexta-feira para ontem, 5 de Dezembro, o primeiro dia de greve, refere a nota divulgada pelo sindicato à comunicação social, devendo ser marcada, em data a definir, a segunda paralisação.

Também os trabalhadores da Portucel Embalagem decidiram fazer um dia de greve, que deveria ser marcado segunda ou terça-feira, contra a proposta de aumento salarial de apenas 2,5 por cento, apontada pela administração desta empresa.

Os operários da Portucel Recicla, em Mourão, desactivada devido à construção da Barragem do Alqueva, estão também a estudar formas de luta, em virtude de a administração querer congelar os salários até ao início da laboração da nova fábrica. Um dirigente do sindicato salientou, em declarações à Agência Lusa, tratar-se de um processo que demoraria cerca de três anos, já que ainda nem começaram as obras para a construção da nova fábrica.

Ao contrário do que sucede com a Portucel Embalagem e Portucel Recicla, as empresas do grupo Portucel são de capital maioritariamente público.

Avanço positivo no Recheio

A cadeia de comércio grossista Recheio, do grupo Jerónimo Martins Retalho, comprometeu-se a respeitar as liberdades sindicais e cumprir o contrato de trabalho que vigora na empresa, disse o dirigente sindical Manuel Guerreiro, considerando positiva a reunião de antontem com responsáveis da empresa.

A negociação de um novo contrato de trabalho, em Julho motivou os protestos do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal. «A empresa chegou a impedir as actividades sindicais, devido à interferência do departamento de Recursos Humanos, mas depois das mudanças concretizadas neste sector, julgamos que o problema está sanado», declarou o dirigente do CESP – ele próprio vítima, há poucas semanas, da prepotência do gerente da loja Recheio de Caldas da Rainha.

Quanto ao contrato de trabalho negociado com a Associação de Distribuição de Produtos Alimentares

(ADIPA), a Recheio «reconheceu que é obrigada a cumpri-lo, pelo menos no que respeita aos nossos associados», explicou Manuel Guerreiro, citado pela Lusa. O problema surgiu quando a empresa decidiu desfiliar-se da ADIPA para tentar aplicar um contrato de trabalho firmado por outra associação patronal, a Associação Nacional de Comércio de Produtos Alimentares. Ora, salienta Manuel Guerreiro, «só se pode negociar um novo contrato quando o actual deixar de vigorar».

A luta desenvolvida pelo sindicato e pelos trabalhadores, com insistentes acções nos «cash & carry» e uma concentração nas Amoreiras, onde está instalada a sede do grupo, travou as pretensões patronais. Este combate foi valorizado por Manuel Guerreiro, que considerou que houve antontem «um avanço muito significativo para a resolução do problema».

Para 19 de Dezembro ficou agendada nova reunião. O Recheio emprega cerca de 1600 pessoas, em 30 lojas.

Carreira docente desbloqueada com 35 mil assinaturas e uma greve

Em Setembro, quando os professores regressaram de férias, descobriram que o Ministério da Educação decidira bloquear a progressão na carreira docente, assim como a aplicação de novos índices salariais, a partir de 1 de Outubro. Em 18 de Outubro, confrontado com o problema, o ministro informou a Fenprof de que a situação estaria resolvida a partir de Novembro. Porém, passados oito dias, uma nova circular dava o dito por não dito e mantinha o bloqueamento.

A federação, entretanto, lançou um abaixo-assinado exigindo o desbloqueamento e «em apenas duas semanas», como salienta num

comunicado, reuniu 35 mil assinaturas e entregou-as no ME, a 23 de Novembro. Nessa reunião, os representantes do ME não conseguiram informar a delegação sindical sobre os motivos do bloqueamento, e afirmaram desconhecer até quando se manteria a situação.

No primeiro dia útil após a entrega do abaixo-assinado, que também era a véspera da greve nacional da Administração Pública (na qual os professores incluíram, como exigência, o desbloqueamento), chegou às escolas um ofício «curiosamente datado de 21», onde se esclarece que as progressões serão finalmente desbloqueadas, embora

«devagarinho», como comenta a federação.

Assim, durante Dezembro serão pagos os vencimentos já de acordo com os novos índices salariais, e alguns retroactivos dos novos índices. Para Janeiro ficam os pagamentos relativos a mudanças de escalão e retroactivos das mudanças ocorridas em 2001, mas bloqueadas.

Sublinhando que «os professores conseguiram, com a sua exigência e a sua acção, que fosse desbloqueada a carreira (progressões e índices)», a Fenprof apela a que se mantenham «atentos à concretização do faseamento».

Corte Inglês mostra debilidades

A abertura ao público do centro comercial *El Corte Inglés* na Av. António Augusto de Aguiar, em Lisboa, veio «evidenciar muitas das debilidades estruturais que afectam o comércio em Portugal» e «as incapacidades de certos representantes patronais de topo», comentou a direcção nacional do CESP/CGTP, que aproveitou o dia 23 de Novembro para criticar os patrões que «surtem na comunicação social a reclamar estacionamento para as camionetas à porta das lojas, o que afastaria de todo os transeuntes e clientes, ou dizem que não podem abrir porque estão impedidos pelas normas dos contratos colectivos de trabalho». O sindicato afirma que o novo centro comercial «insere-se numa lógica de optimização das tradicionais vantagens das grandes unidades comerciais», à qual «se associa de forma criativa a melhor das características e vantagem do chamado comércio tradicional – o atendimento personalizado». Salienta o CESP que nesta nova unidade tal atendimento «será feito por profissionais mais qualificados, melhor remunerados e por isso mais motivados e estimulados com os seus proventos, em parte indexados aos resultados das vendas».

Lamentando que «nos contratos de trabalho assinados, *El Corte Inglés* insere um conjunto de ilegalidades e venha exigindo práticas avessas às normas e leis em vigor em Portugal», o sindicato recorda que «a generalidade das grandes unidades comerciais, instaladas em Portugal, aposta nos baixos salários (60, 70 e 80 contos por mês), precariedade sem direitos, ausência de formação e de valorização do trabalho e do trabalhador», enquanto «dão prémios de vendas às altas hierarquias, que “cobram” constantemente trabalho suplementar não remunerado à massa dos trabalhadores e não pagam nem cumprem os direitos», o que gera «falta de incentivo e de motivação».

As unidades comerciais de dimensão relevante (denominação oficial das chamadas grandes superfícies) «continuam a viver das contrapartidas dos contratos de compra e venda, que lhes garantem resultados financeiros mais elevados que as suas congéneres europeias», denuncia o CESP, apontando os bónus em dinheiro, em espécie e em trabalho, a venda dos espaços e localizações privilegiadas e «outras habilidades que impõem aos fornecedores ilegalmente, distorcendo as regras de concorrência, em vez de apostarem na estabilidade, formação e motivação dos seus profissionais, melhorarem o atendimento e os serviços, e reduzirem preços».

CGTP acusa Durão Barroso de praticar terrorismo político contra a Segurança Social

Novo cálculo e contas velhas

O PSD «quer desacreditar o sistema público e atacar a sua estabilidade, para entregar ao poder financeiro os dinheiros da Segurança Social», responde a central, reagindo às declarações de Durão Barroso na semana passada.

O tema foi o novo sistema de cálculo das pensões, uma das matérias constantes do acordo subscrito na Concertação Social por todos os parceiros, à excepção da CIP, e que resultará num diploma a discutir brevemente. Ao contrário do que afirmou o dirigente máximo do PSD, a alteração «não determina uma quebra de pensões». «Para muitos trabalhadores, haverá melhoria, porque o novo modo de cálculo é mais favorável, devido a uma mais adequada revalorização dos salários e ao aumento da taxa da formação anual da pensão», refere-se na nota de imprensa, distribuída a 28 de Novembro e subscrita pela Comissão Executiva e pelo secretário-geral da CGTP. Como exemplo de outras situações em que os trabalhadores serão favorecidos, a central aponta os frequentes casos em que os salários que servem de base aos descontos para a Segurança Social não acompanham a inflação.

Mais justiça

O novo método de cálculo «é desfavorável para quem manipular a formação da pensão», e a CGTP recorda que defendeu, desde o início, a alteração, «por razões de justiça social», uma vez que «a pensão deve reflectir todo o esforço feito pelo trabalhador ao longo da sua vida contributiva».

Conhecendo situações em que o valor dos salários descontados se concentra no período de cálculo das pensões (nos últimos 10 a 15 anos) e que muitos trabalhadores

independentes descontam apenas um salário mínimo e aumentam os valores declarados no período de cálculo da pensão, a CGTP considera que «não é justo que os que cumprem as suas obrigações, que são a generalidade dos trabalhadores, venham a ter pensões inferiores a quem manipula», sendo esta «uma injustiça que favorece sobretudo os que têm maior capacidade económica».

Por outro lado, «a alteração do cálculo pode ter efeitos financeiros importantes, devido ao facto de os trabalhadores passarem a ter um forte estímulo para cumprirem plenamente com os seus descontos para a Segurança Social», o que «constitui também um factor essencial de sustentabilidade financeira do sistema público».

O novo cálculo «vai também impor que os trabalhadores e o Estado desencadeiem um forte combate às formas ilegais de retribuição do trabalho e ao trabalho clandestino».

«É por tudo isso que o PSD está contra o que foi acordado e recorre à pura demagogia», acusa a Intersindical Nacional, frisando que «o problema não está na nova fórmula de cálculo – a que o PSD se não opôs». «O problema está em que o PSD quer ver a Lei de Bases da Segurança Social revogada, porque não contempla os seus objectivos de privatização, e por isso está a usar uma campanha terrorista contra o novo sistema de cálculo estabelecido no acordo que a CGTP-IN subscreeu e prepara-se desesperadamente para uma ofensiva, sem paralelo, con-



Por uma questão de justiça, o valor da pensão deve ser calculado com base em toda a carreira contributiva do trabalhador

Compromisso com garantias

O acordo assinado na Concertação, explica a CGTP, «limita-se a fixar um compromisso sobre a regulamentação» do cálculo das pensões, «com salvaguarda de todos os princípios estabelecidos»:

– Foram garantidos os direitos adquiridos e em formação.

– Acordou-se que todos os beneficiários com o período de garantia formado (15 anos) podem sempre escolher a melhor de três pensões, entre as quais a actual e a antiga. Esta mesma possibilidade existe para todos os que se reformarem entre 2002 e o final de 2017.

– Existe um período de transição que vai até 2017 mas que, em termos práticos, pode alargar-se até 2040.

– Foi melhorada a revalorização dos salários, passando a considerar-se a inflação e uma parte do aumento dos salários descontados para a segurança social.

– A taxa de formação anual da pensão foi melhorada para os beneficiários com 20 e mais anos de contribuições, beneficiando

todos os trabalhadores nestas condições, particularmente os que têm mais baixas remunerações.

É nosso!

Os milhares de milhões de contos da Segurança Social «são dinheiros dos trabalhadores» e «constituem uma maquia muito apetível para o capital». A CGTP-IN reafirma que «empenhar-se-á fortemente na acção de esclarecimento e mobilização necessárias para que o acordo que subscreeu tenha aplicação efectiva, bons resultados para o sistema e melhorias para os trabalhadores e reformados, que bem necessitam e merecem».

A nota conclui prometendo que a *Inter* e os trabalhadores portugueses «darão luta sem tréguas às teses assistencialistas e privatizadoras da Segurança Social e conseguirão derrotar a pretensão de introduzir o tecto contributivo e os objectivos a ele associados».

tra a Segurança Social», denuncia a *Inter*.

«Para que a verdade seja reposta», recorda-se que o texto acordado regula a passagem a um cálculo com base em toda a carreira contributiva, de acordo com os princípios estabelecidos na Lei de Bases, nomeadamente:

– a conservação dos direitos adquiridos e em formação,

– a aplicação do novo cálculo de um modo gradual e progressivo,

– a revalorização dos valores das remunerações, que servem de base ao cálculo das pensões,

– e a possibilidade de estabelecer a diferenciação positiva das taxas de substituição a

favor dos beneficiários com mais baixas remunerações, desde que respeitado o princípio da contributividade.

A CGTP lembra que «na Assembleia da República não houve oposição em relação a esta matéria, na votação na especialidade», ficando-se o PSD pela abstenção, nessa altura.

Sindicatos contestam regulamento para as pescas

O novo Regulamento de Inscrição Marítima, que entrou em vigor dia 23 de Novembro, «não contempla nenhuma das propostas apresentadas pelo sector da pesca, nomeadamente pela federação», e contém alterações que vêm «satisfazer interesses organizados instalados da marinha mercante, prejudicando seriamente os trabalhadores e criando situações que põem em risco a salvaguarda da vida humana no mar» – afirmou a Federação dos Sindicatos do Sector da Pesca.

Numa conferência de

imprensa dada na sede da CGTP, na véspera do início de aplicação do novo RIM, a federação apontou fortes críticas ao decreto-lei que o instituiu. Falando em nome de oito sindicatos, a federação exigiu a imediata revogação do DL 280/01 e a criação de uma comissão tripartida para a elaboração de um novo regulamento.

Desde já, o Governo ficou responsabilizado pelas consequências que possam resultar da aplicação do RIM contestado, quer para a segurança no mar, quer para o futuro do sistema de for-

mação profissional público no sector e a estabilidade das relações profissionais a bordo.

A declaração distribuída aos jornalistas contém uma tão detalhada quanto severa crítica ao RIM agora vigente, começando pela forma incorrecta como está elaborado (o decreto-lei deveria conter questões básicas e ser regulamentado por portarias) e terminando numa dúzia de «enormidades» que derivam da aplicação do novo regime.

Ao Instituto Marítimo Português e ao seu presidente é

conferida «uma excessiva concentração de poderes». A federação entende ainda que «as competências atribuídas ao IMP no sector da pesca deveriam transitar para a direcção-geral das Pescas e Aquicultura». Por outro lado, «as funções tradicionalmente atribuídas ao Sistema de Autoridade Marítima são reduzidas ao mínimo, passando a Marinha a funcionar quase como um arquivo de papel», quando deveria manter as atribuições relativas à actividade e segurança marítima.

«Em todo o diploma, são

omitidos, pura e simplesmente, os sindicatos, que têm tradicionalmente um papel fundamental de fiscalização e de moralização», protesta a federação, condenando o facto de ser expressamente previsto no RIM o recurso a agências de recrutamento e a liberalização do embarque de não marítimos. A consagração do acesso de entidades privadas à formação profissional provocará o esvaziamento do ensino público, dando resposta «aos interesses organizados que já estão instalados ou se perfilam».

Astória

Uma vigília de dirigentes sindicais, a denunciar que o Hotel Astória, de Coimbra, proíbe os recepcionistas de trabalharem sentados, foi interrompida por um agente policial, que identificou o porta-voz do grupo, a pedido da administração, informou a Agência Lusa. Organizado na passada sexta-feira, dia 30 de Novembro, pelo Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Centro, o protesto visou alertar a opinião pública para a atitude do hotel, com recurso a um megafone e à distribuição de um comunicado a quem passava junto ao estabelecimento. O agente da PSP solicitou a identificação e morada ao presidente do sindicato, Alfredo Lourenço; quando questionou até que horas tencionavam permanecer junto ao hotel e se iriam «ficar em vigília», o sindicalista esclareceu que «já estamos». Desde Agosto, acusou o sindicalista, os recepcionistas são proibidos de efectuar tarefas sentados, o que é uma «atitude desumana, repressiva e absurda», não só pelos seis trabalhadores afectados directamente, mas pela medida em si.

Imigrantes

Só com visto de trabalho obtido antecipadamente podem permanecer em Portugal cidadãos estrangeiros que pretendem cá estabelecer residência, de acordo com uma nota do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, citada segunda-feira pela Lusa. A nota do SEF surge na sequência da publicação do relatório da previsão anual das oportunidades de trabalho para o ano 2001, que estabelece as necessidades de mão-de-obra do País. «Com a entrada em vigor da Resolução do Conselho de Ministros (na sexta-feira passada) que publicou tal relatório, a concessão de autorizações de permanência passou a revestir natureza excepcional», pelo que os estrangeiros que pretendam residir em Portugal «devem previamente fazer-se munir do adequado e necessário visto consular», que poderá revestir a forma de um visto de trabalho ou visto de residência. O SEF declara que continuará a passar autorizações de permanência a todos os estrangeiros que já residam e trabalhem em Portugal, cujo contrato tenha, ou aguarde, visto da Inspeção-Geral de Trabalho, conforme o estabelecido pelo decreto-lei n.º 2/2001. A CGTP condenou oportunamente o princípio da contingência, afirmando que a simples instituição de um sistema de quotas nacional não impedirá a entrada de estrangeiros, para aqui trabalharem ilegalmente e sem qualquer possibilidade de legalização, prolongando a exploração do trabalho clandestino e exercendo ainda maior pressão sobre o nosso mercado de trabalho.

Exigidas responsabilidades no Amadora-Sintra

Política para privados

O pedido de demissão dos responsáveis da Administração Regional de Saúde de Lisboa foi suportado por um relatório esclarecedor e comprometedor, acerca das relações do Estado com a sociedade que gere o Hospital Amadora-Sintra, notam a CGTP-IN e a Federação Nacional dos Médicos.

A CGTP entregou no dia 28 uma cópia do relatório ao Provedor de Justiça e ao Procurador-Geral da República, salientando que o documento contém informações e factos susceptíveis de merecerem a intervenção de ambas as entidades.

A incompatibilidade da administração com o ministro da Saúde teve a ver com a manutenção da actual relação contratual entre o Estado e a sociedade gestora do Hospital, que é considerada «ruinosa» para o Serviço Nacional de Saúde. A transferência de dinheiro do Ministério da Saúde para o Hospital ultrapassa largamente o previsto no contrato de concessão da gestão, o que leva a CGTP a reclamar «o apuramento de responsabilidades por esta delapidação do erário público».

Segundo é referido no relatório, entre 1996 e 2000, o Estado gastou mais 22,1 milhões de contos com o Hospital Amadora-Sintra: transferiu 61,1 milhões de contos, quando estava previsto transferir 39 milhões de contos.

Para a CGTP, «estes dados são um escândalo nacional».

Mais despesas

A FNAM chamou a atenção da comunicação social, no dia 29, para algumas questões referidas no relatório elaborado pela ARS de Lisboa. A federação começa por notar que a anuidade (16 milhões de contos, a que ainda acrescentam juros de mora) apresentada pela sociedade gestora para cobrança ao Estado, no ano 2000, mais do

Correia de Campos dizia há dois anos o contrário do que faz agora como ministro

que duplicou o preço global com que se apresentou a concurso (7,8 milhões de contos). O crescimento médio anual foi de 22,2 por cento, no Amadora-Sintra, enquanto no mesmo período o Hospital Garcia de Orta (de gestão pública) apresentou uma taxa de crescimento da despesa de 7,8 por cento.

Ainda na comparação com o Hospital de Almada, a administração da ARS concluiu que a anuidade reclamada, no ano 2000, pela sociedade gestora do Ama-



O Estado paga mais pela gestão privada do Grupo Mello no Hospital Amadora-Sintra do que pela gestão pública no Garcia de Orta

dora-Sintra excede em cerca de 48 por cento a dotação de exploração do Garcia de Orta para aquele ano.

Também a CGTP repara que, «de acordo com o relatório de comparação entre os hospitais Garcia de Orta e Amadora-Sintra, elaborado pelo Instituto Nacional da Administração, então presidido pelo Prof. Correia de Campos, a evolução da produção não é significativamente distinta», o que signi-

fica que, «para uma idêntica produção de cuidados de saúde em quatro anos, o Ministério da Saúde pagou muito mais dinheiro à empresa privada que gere o Hospital Público de Amadora-Sintra do que ao Hospital Público Garcia de Orta, com uma gestão pública». «Isto só vem demonstrar que a gestão privada de hospitais públicos fica mais cara ao Estado do que a manutenção de uma gestão pública, ainda que

aperfeiçoada e melhorada», comenta a CGTP, que reclama «a discussão transparente sobre a gestão e os dinheiros gastos com o Hospital de Amadora-Sintra». A presente situação contém «motivo de paragem das intenções do ministro da Saúde relativamente à concessão da gestão de mais hospitais públicos a consórcios privados e à transformação de hospitais em empresas públicas», afirma a central.

Governo marca passo nas negociações salariais

O Governo manteve segunda-feira a sua proposta de actualizações salariais de 2,5 por cento para o próximo ano, alterando apenas a proposta de aumento mínimo, de 3 mil para 3500 escudos (17,50 euros). O ministro Alberto Martins disse aos jornalistas que esta proposta não será a última e salientou que o aumento de 500 escudos (2,50 euros) na proposta de aumento mínimo é muito superior a 2,5 por cento e abrange cerca de 95 mil trabalhadores. Garantiu, citado pela Lusa, que o objectivo do Governo continua a ser assegurar que os trabalhadores não percam poder de compra.

As estruturas sindicais da Administração Pública mostraram-se desapontadas com a falta de uma nova proposta do Governo e a Frente Comum admitiu novas acções de protesto. Para Paulo Trindade, dirigente da Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública (que integra três dezenas de estruturas da CGTP e sem filiação em centrais), a reunião de dia

3 foi apenas «uma forma de marcar passo». «O Governo continua a não dar resposta a nenhuma das questões importantes para a Frente Comum», disse o sindicalista, reafirmando a necessidade de recuperar o poder de compra perdido pelos trabalhadores e de aproximar as remunerações dos portugueses às dos assalariados europeus.

Paulo Trindade, que falava aos jornalistas no final de uma reunião negocial que não durou mais do que 30 minutos, acusou o Governo de estar a protelar as negociações, porque sentiu o descontentamento dos trabalhadores na greve de 27 de Novembro e sabe que no dia 16 o PS pode ser penalizado pelos eleitores atingidos por tal atitude. A Frente Comum garante que promoverá uma acção pública ainda durante este mês, se o Governo continuar a ignorar o descontentamento dos trabalhadores.

Esta foi a quinta ronda negocial, em termos de calendário, mas a terceira em ter-

mos negociais, porque nos dois primeiros encontros o Governo não apresentou qualquer proposta salarial. A próxima ronda negocial realiza-se no dia 12, mas o Governo já deixou transparecer que admite a possibilidade de uma outra série de reuniões com os sindicatos, no dia 19, já depois das eleições autárquicas.

A Frente Comum aprovou, em cimeira sindical realizada a 28 de Setembro, a exigência de aumentos salariais de 6 por cento, com a garantia de um aumento mínimo de 7600 escudos (38 euros). O subsídio de refeição deverá subir para 1100 escudos (5,4 euros). Os sindicatos da Frente reivindicam também que na actualização salarial do próximo ano sejam consideradas a recuperação do poder de compra perdido nos dois últimos anos, a equiparação à média salarial europeia e a eliminação da diferença entre o salário mínimo nacional e o salário mínimo da Func

Retalhos escandalosos

Um relatório de estudo comparativo entre os hospitais de Almada e Amadora-Sintra, elaborado há pouco mais de 2 anos pelo Instituto Nacional da Administração, presidido por Correia de Campos, concluiu que a evolução da produção não era significativamente distinta, recorda a CGTP. A FNAM, por seu turno, pergunta como se explica que, naquele estudo, se afirmasse que o Garcia de Orta era mais dispendioso, o que os números agora desmentem. O relatório da administração demitida contém mais uma série de informações, que a federação refere e de que deixamos aqui alguns retalhos:

- a sociedade gestora fez a actualização da anuidade desde o primeiro dia de vigência do contrato de gestão, e não ao fim do primeiro ano, como é norma;
- os preços actualizados não têm fundamento nos instrumentos de regulação do contrato; não é encontrada a necessária autorização do Conselho de Ministros nem qualquer decisão da ARS sobre acréscimo de despesas;
- desapareceram documentos relativos a certas decisões e anexos do caderno de encargos; vários documentos existentes são contraditórios;
- em 1997 a tutela aceitou uma proposta da então direcção da ARS, que se traduziu na anulação do crédito sobre a sociedade gestora; foi, entretanto, paga uma verba avultada para realização de obras, o que não estava previsto no contrato;
- nestes 5 anos, o Estado terá desembolsado entre 140 e 145 milhões de contos;
- não foi apresentado o relatório e contas de 2000 nem é encontrado na ARS o de 1999;
- são conhecidos vários casos de pessoas que passaram de membros da ARS e seus representantes no hospital Amadora-Sintra para funcionários da sociedade gestora; o próprio secretário de Estado da Saúde que negociou o contrato de gestão é, há alguns anos, um dos principais administradores do Grupo Mello para a saúde.

Trabalhadores açorianos dos portos excluídos do decreto que permite aposentação com 30 anos de serviço

Pôr fim às discriminações

O Coordenador do PCP/Açores, José Decq Mota, dirigiu ao ministro da República para os Açores uma carta a propósito da não aplicação na Região do decreto-lei 467/99 que estabelece medidas para a racionalização dos meios humanos dos portos.

Trata-se de um diploma que, aplicado às Administrações Portuárias e Institutos Portuários, deixa de fora os portos açorianos, geridos por Juntas Autónomas. Entretanto, as medidas que o enforçam, inseridas no processo de modernização da actividade portuária, permitem a aposentação dos trabalhadores dos portos com 30 ou mais anos de serviço ou com mais de 60 anos de idade e pelo menos 20 anos de serviço, prerrogativa que permanece até 31 de Dezembro de 2002 e de que os trabalhadores açorianos não estão a beneficiar.

Contudo, no quadro das «audições aos órgãos de Governo Próprio», o Governo da República ouviu a Assembleia Legislativa Regional sobre o projecto de Decreto-Lei que aplicaria nos portos dos Açores as medidas previstas no Decreto-Lei 467/99 de 6 de Novembro, que esta considerou posi-

vo, merecendo também o parecer favorável dos sindicatos representativos.

José Decq Mota lembra que apesar do parecer da Assembleia Legislativa Regional ter sido pedido «com urgência», foi total o «silêncio» que desde então recaiu sobre esta matéria e sublinha o facto de não ter «quaisquer dúvidas» em afirmar que os trabalhadores dos portos dos Açores «estão a ser discriminados de forma totalmente inaceitável».

É, aliás, com o objectivo de pôr fim a essas discriminações que José Decq Mota solicita ao ministro da República que desenvolva «com toda a urgência», as diligências necessárias para que se faça justiça. Por outro lado, como o dirigente comunista acentuou, tais discriminações entre trabalhadores do mesmo País «só interessam àqueles que procuram minar a unidade natural que existe entre todos os portugueses».

Uma luta justa

No mesmo dia em que se dirigiu ao ministro da República, o Grupo Parlamentar do PCP, através de requerimento, pediu também ao Governo Regional informações pormenorizadas sobre os conhecimentos de que o Governo Regional dispõe acerca das razões que levaram o Governo da República a suspender a aprovação do Decreto-Lei que estende aos Açores as medidas do Decreto-Lei 469/99 e, ainda, que diligências tomou no sentido da sua efectiva aprovação.

Mais, os comunistas pretendem saber que medidas pensa o Governo Regional tomar face à «estranha» demora na aprovação de um diploma que diz respeito à região e tem o apoio dos representantes dos trabalhadores e o parecer favorável da Assembleia Legislativa Regional.

Porém, como refere o coordenador do PCP/Açores na carta ao ministro da República, «mais do que pedir informações» é sobretudo necessário que, no momento em que os trabalhadores desenvolvem uma luta contra esta discriminação, «se acentue e sublinhe a justeza dessa luta» e se reforce a clara afirmação de que «o problema tem que ser resolvido com urgência».



Racionalizar os meios humanos nos portos, nisiste o PCP

Montijo

PS

«agrava saúde» à população

A CDU do Montijo distribuiu um comunicado em que acusa o Partido Socialista de travar a satisfação dos serviços de saúde à população do concelho. Em causa os investimentos a incluir no PIDDAC, por proposta do Grupo Parlamentar do PCP. Os deputados comunistas propuseram a inclusão do plano de um projecto plurianual para construção do Novo Hospital Distrital Montijo/Alcochete, com a dotação global de mais de cinquenta mil contos, proposta esta inviabilizada pelo voto negativo do Partido Socialista.

Inviabilizada também pelo grupo parlamentar socialista foi também a extensão do Centro de Saúde para as freguesias de Sarilhos Grandes, Atalaia e Alto Estanqueiro/Jardia.

«Ao contrário das promessas eleitorais da direcção local e da presidente da Câmara, Maria Amélia Antunes, o Partido Socialista agrava as condições de saúde dos montijenses», afirma a coligação, que assume que irá continuar a «tudo fazer para que o concelho de Montijo seja dotado das infra-estruturas de saúde de que necessita e a que tem direito».

▼ CAMARADA FALECIDO

José Soares Pinho

Natural de Santa Iria de Azóia, onde era muito estimado, faleceu, no dia 30 de Novembro, o camarada José Soares Pinho, de 87 anos. Operário fabril na situação de reformado, foi membro das estruturas de trabalhadores da Cavan e encontrava-se organizado no local de residência.



Aos familiares e amigos do comunista falecido, o colectivo do «Avante!» montijo-lu saluda as suas condolências.

Vila Franca de Xira

No fundo da tabela ambiental

Uma revista especializada em ambiente publicou na semana passada um ranking de concelhos, contendo 18 critérios de avaliação com uma forte componente do sector de urbanismo e ordenamento do território, o qual classificou o concelho de Vila Franca de Xira em 254.º lugar entre os 275 municípios do continente. A CDU considera que esta «má classificação» vem ao encontro das preocupações que a coligação manifestou durante o presente mandato, «mas que infelizmente não mereceram acolhi-

mento entre a maioria PS/PSD na Câmara Municipal». A CDU destaca algumas das preocupações levantadas, nomeadamente a não construção das duas ETAR's, de Vila Franca de Xira e Alverca, ambas aprovadas pelo Ministério do Ambiente e com candidaturas feitas – ou prestes a serem formalizadas – ao II Quadro Comunitário de Apoio. Para a coligação, a «má gestão dos SMAS, com uma crescente redução dos investimentos e uma baixa taxa de concretização dos investimentos planea-

dos», não contribui em nada para o avanço em matéria de saneamento.

O facto da revisão do Plano Director Municipal não ter avançado, quatro anos passados sobre a definição da Comissão de Revisão, que não apresentou qualquer trabalho, é «bem revelador da forma como a Câmara Municipal tratou a gestão do território, preferindo andar ao sabor dos interesses imobiliários e circunstanciais». A expansão urbana para além do definido no PDM e a alteração deste no sentido de

construir mais habitação – que já é em número mais que suficiente para as necessidades da população – mereceram da CDU forte contestação.

«É necessário colocar o nosso concelho no lugar que merece e tem direito», afirmou a CDU que relembra que, num estudo semelhante realizado em 1997 – quando a CDU dirigia a autarquia –, com base em 10 critérios com forte peso do sector do saneamento básico, classificou a CDU «num honroso 10.º lugar».

„Falta de informação lesa emigrantes

Face às deficiências em matéria de segurança social que afectam os trabalhadores ao serviço da Embaixada e Consulados portugueses nos EUA, o deputado do PCP Rodeia Machado apresentou na Assembleia da República um requerimento ao Governo, questionando o Ministério dos Negócios Estrangeiros sobre como e quando pensa resolver estes problemas.

Na verdade, estes trabalhadores não podem inscrever-se

na segurança social dos EUA, por força da convenção existente e da falta de coberturas por parte de Portugal, nomeadamente em matéria de saúde, vendo obrigados a recorrer a seguros privados muito dispendiosos, sendo que, para agravar a situação, até a curta participação que provinha do MNE para estes seguros tem deixado de ser paga.

Entre outros requerimen-

tos, Rodeia Machado apresentou, ainda, na Assembleia da República, no passado mês de Novembro, dois requerimentos sobre questões que dizem respeito às Comunidades Portuguesas.

Um deles baseia-se em notícias vindas a público sobre a existência de muitos ex-emigrantes que, por deficiente ou falta de informação das instituições da segurança social portuguesa, não usufruem de direitos da segurança social francesa e não rece-

bem, por isso, os benefícios a que têm direito. O outro questiona o Governo sobre o pagamento de uma verba à Federação das Associações Portuguesas da Alsácia, Associação que promoveu uma iniciativa sobre questões europeias por proposta insistente do Cônsul de Portugal em Estrasburgo, e não teve qualquer participação ou resposta por parte da DGACCP para o pagamento das despesas efectuadas.

LEIXÕES

Que ligação a Leça?

A intenção da Administração dos Portos do Douro e Leixões (APDL) de substituir a actual ligação rodoviária entre o porto de Leixões e a marginal de Leça da Palmeira - até hoje assegurada por «ponte móvel» - por um túnel construído sob o porto tem suscitado grande controvérsia, designadamente pelo facto de não existir (ou não se conhecer) quaisquer estudos de impacto ambiental de tal solução.

Tendo, ainda, em conta que o presidente da Câmara de Matosinhos renegou, contrariamente ao que sempre defendeu, este mesmo projecto, o deputado do PCP Honório Novo dirigiu ao Governo um requerimento no sentido de saber se existe realmente, por parte do Ministério do Equipamento Social a intenção de prosseguir com o projecto de construção do túnel sob o porto de Leixões ou se, em alternativa, está a estudar uma outra solução menos controversa do ponto de vista ambiental e de impactos urbanísticos e de tráfego - que poderá, inclusive, ser a ponte móvel - para garantir a ligação a Leça da Palmeira.

VILA NOVA DE GAIA
Sanatório Marítimo do Norte

Também a situação do Sanatório Marítimo do Norte, situado na orla marítima do Concelho de Vila Nova de Gaia, freguesia de Valadares, mereceu a atenção de Honório Novo. A verdade é que apesar de o Sanatório ter sido há já bastantes anos doado ao Estado para a criação de uma terceira unidade do Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia, ainda não se vislumbra a concretização desse objectivo, condição da doação do edifício ao Estado.

Assim, visando conhecer a situação do antigo Sanatório Marítimo do Norte e o grau de cumprimento que o Estado está, ou não, a dar ao compromisso que assumiu, quando da doação daquele edifício, o deputado Honório Novo apresentou ao Governo mais um requerimento onde pede que lhe seja informado que projectos está o Ministério da Saúde a desenvolver no Sanatório Marítimo do Norte e se vai ou não ser concretizado o objectivo de constituir nesse edifício uma unidade do Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia?

EMIGRAÇÃO

Ultrapassar impasse

Na votação final do Orçamento do Estado, o PS rejeitou todas as propostas apresentadas pelo PCP para reforço do apoio às Comunidades Portuguesas em variadas matérias, nomeadamente para o CCP, recenseamento eleitoral, ou para o início de um verdadeiro censo da população portuguesa que reside no estrangeiro, sendo que no caso do reforço de verbas para o ensino do português no estrangeiro, também o PSD optou pela abstenção.

Entretanto, no último dia de Novembro, o PCP apresentou, na Assembleia da República, um Projecto de Lei de alteração à Lei 48/96, permitindo ao Conselho Permanente do CCP a marcação das próximas eleições e a ultrapassagem do impasse criado com a suspensão ilegal pelo Governo daquele processo eleitoral.

O Projecto de Lei aproveita, ainda, para introduzir alterações relativas aos círculos eleitorais por consulado, sem prejuízo, contudo, da apresentação posterior de uma proposta mais abrangente.

Democracia e poder económico
Uma velha tese do PCP

Sucederam-se nos últimos tempos um conjunto de ataques à Assembleia da República (AR), aos «deputados», aos políticos. Como sempre, metendo tudo no mesmo saco. Como sempre, com abordagens superficiais e parcelares.



Agostinho Lopes
Membro da Comissão Política

Ex-ministros e candidatos a ministros, ex-deputados e deputados, políticos reformados, definitiva ou provisoriamente, aproveitando o desrort do Governo, a sua política zigzague (mas sempre na faixa da direita), aproveitando deslizos parlamentares, transfigurados em comentadores e cronistas da vida política portuguesa, de que o Marçal e o Marcelo são expoentes, à mistura com alguns jornalistas profissionais, malharam forte e feio na «classe política» e instituições do regime democrático.

Aproveitando a novela da Lei de Programação Militar (LPM), o debate do Orçamento do Estado (OE), o inconcebí-

quando «não são políticos», e autênticas lâmpadas fundidas quando são ministros, deputados, secretários-gerais, etc., etc., são conhecidas. Novas leis eleitorais, círculos uninominais, redução do número de deputados, duas câmaras, executivos municipais de uma só cor, regulamentação ao pormenor da vida interna dos partidos (cotas, estatutos, etc.) e alterações sobre alterações das leis das finanças dos partidos, das campanhas eleitorais, das normas das incompatibilidades... E de quando em quando, lembram-se do regimento da AR. E é evidente que se «esquecem» de referir o objectivo final do seu persistente e permanente reformismo institucional. Um sistema bipolarizado, à semelhança dos EUA e do Reino Unido, com dois partidos monopolizadores de todo o Estado, espécie de seguro do grande capital contra sobressaltos do eleitorado.

O admirável é que, às vezes, acordando lúcidos, refiram o poder dos lobbies sobre a democracia portuguesa, as decisões dos governos, as resoluções e legislação produzidas na AR. Mas nunca levam a sua reflexão mais adiante, questionando a origem desse «poder» e a força desse poder na «governança» deste País. Aceitaram até com entusiasmo a Nova Ambição para Portugal, da Associação Empresarial Portuguesa. Má «governança» que, piedosa e regularmente, lamentam nas suas crónicas de estilo.

Não tentam sequer explicar como é que uma AR anarquicamente fragmentada por 230 ou 150 campelos, vai funcionar melhor, vai ser mais eficiente, vai ter deputados mais «profissionalizados», mais perto dos eleitores, dos problemas e do País. Deputados menos dispostos a intermediar os poderes da finança e do imobiliário.

E não levam a sua reflexão sobre os lobbies até ao fim porque tinham de ir bater a uma porta que não querem abrir. A porta do poder do grande capital na vida política nacional. E nem sequer tentam explicar o que sucederia com uma assembleia de campelos porque sabem, de ciência certa, o caciquismo infrene de tal situação desencadearia.

Não é por distração ou ignorância que os «nossos cronistas» de serviço assim procedem.

Povo expropriado

Mas é uma oportuna e conveniente distração com a LPM, a TAS e as peripécias da aprovação parlamentar do OE, que os leva a nada referir da verdadeira expropriação feita à AR pelos poderes fácticos - o poder dos grupos económicos nacionais e transnacionais e do capital financeiro - com a prestimosa colaboração do governo PS e a alegre e colaborante participação do Grupo Parlamentar do PS, na liquidação da reforma dos impostos sobre o rendimento (IRS e IRC).

Os nossos cronistas distraídos não deram pelo frete feito em matéria de saúde, com decisões orçamentais que abrem caminho à gestão privada e participação de capital privado num importante conjunto de unidades hospitalares do Serviço Nacional de Saúde, dando assim satisfação aos Mello, Monjardino e outros. OE que prossegue uma linha privatizadora de empresas e funções do Estado, expropriando-o não só de capacidade financeira e instrumentos económicos, como reforçando o poder do capital sobre o futuro da sociedade portuguesa. Expropriando assim o povo português e as instituições do regime democrático do comando soberano da sua vida e futuro.

E assim, distraídos, não deram pela entrada em cheio desses poderes fácticos nas eleições autárquicas.

Com apoios descarados! Recordemos aquela empresa privada de Braga que, inocentemente, levada pelo seu muito amor à cidade, desatou a implantar um conjunto de outdoors elogiando o desenvolvimento e a qualidade de vida do município que, só por acaso, houve quem confundisse com a propaganda do presidente-candidato Mesquita. E sabe-se como o problema foi sanado «democraticamente», com a afixação a um canto do placard da informação de que se tratava de publicidade!...

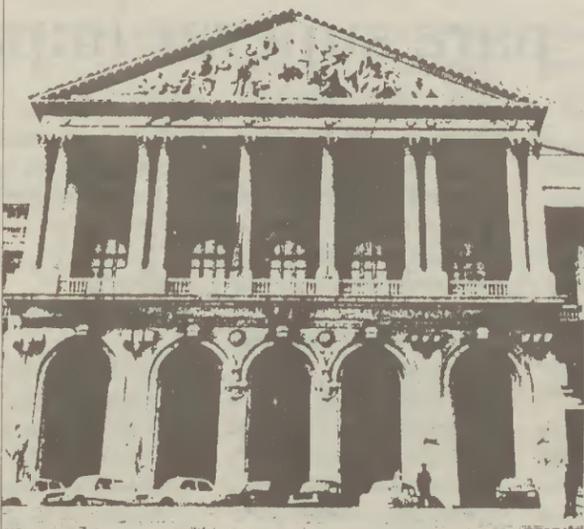
Com apoios sub-reptícios, clandestinos, empolando os gastos eleitorais de alguns candidatos à presidência de câmaras até ao inimaginável!

Perversidade persiste

Não duvidamos da importância do aperfeiçoamento de regras e normas do regime democrático - no funcionamento das instituições, na plena assunção pelos deputados das suas funções de legisladores e fiscalizadores, na transparência, rigor e controlo democrático do uso dos dinheiros públicos, no alargamento da intervenção e participação dos cidadãos, das populações, na coisa pública... Mas não se criem e alimentem ilusões demagógicas e populistas de que assim serão superados os obstáculos, as desfigurações e os entorses que as profundas desigualdades económicas presentes na sociedade portuguesa hoje introduzem ao seu funcionamento democrático. E que, em particular, ultrapassem a perversidade da subordinação do poder político ao poder económico, desenvolvida e consolidada pela política de direita do governo PS.

De facto, vimos assistindo à confirmação de uma velha tese do PCP. A democracia convive mal com o poder do grande capital. Dissemos, antes e durante a Revolução de Abril, que não haveria democracia plena sem a liquidação do poder dos monopólios. Assim como previmos e prevenimos que a reconstituição dos grupos do grande capital arrastaria, inevitavelmente, ataques, desfigurações e golpes no regime democrático. Há que tirar ilações da constatação de as dez famílias mais ricas do País comandarem 25% do PIB, ou de os seis maiores grupos portugueses (SONAE, Galpenergia, Jerónimo Martins, EDP, BCP e PT) deterem, em conjunto, um volume de negócios de 5 mil e quinhentos milhões de contos, qualquer coisa como 27% do PIB!

“A democracia convive mal com o poder do grande capital”



vel comportamento do Governo em torno da Taxa de Alcoolemia no Sangue (TAS) 0,2 g/l e, sobretudo, aproveitando gulosamente o «tempo de antena» que televisões, rádios e jornais, «sempre na onda», lhes garantem, fizeram o gosto ao dedo. Acertam contas antigas de rivalidades no governo, desenvolvem os seus jogos de intriga e poder no interior dos partidos, disseram «eu estou cá», em compasso de espera, perfilando-se para um lugar à mesa do poder, uma pasta de primeiro ou segundo ministro, a presidência de um Instituto Público que seja, quando este poder rosa implodir, completamente apodrecido. Ou, pura e simplesmente, asseguram e embolsam os pecúlios do seu industrioso trabalho mediático. Que as empresas do que «está a dar» pagam bem esta produção.

Um seguro do capital

As soluções há muito propagandeadas, por estes autênticos talibã do regime democrático, verdadeiros iluminados

Colapso nas receitas e falta de rigor do Governo na base do 2.º rectificativo aprovado pelo Parlamento

Uma mentira orçamental

Tal como previsto, o PS, contando com a ausência do deputado Daniel Campelo, fez aprovar o 2.º orçamento rectificativo do ano em curso. Como ideia central a reter do debate sobressai a de que esta alteração, que teve os votos contra de todos os partidos da oposição, ficou a dever-se ao descontrolo das contas.

Provado foi, nomeadamente, que as razões e argumentos invocados pelo Governo não eram totalmente verdadeiros nem ajustáveis à realidade. Houve claras omissões e sobretudo a tentativa de camuflar aspectos que objectivamente põem a nu as fragilidades governativas em matéria de previsão quanto à evolução da nossa economia.

Lino de Carvalho, em nome da bancada comunista, chamou mesmo ao documento «uma mentira orçamental, que só desprestigia as instituições e o País» e acusou o Governo de «falta de rigor» e de apresentar valores que configuram «uma deliberada intenção de enganar a Assembleia da República».

Apontado pelo ministro das Finanças e pela bancada do PS, como razão imperativa para este orçamento rectificativo, foi a quebra de receita. Não querendo compensá-la com um corte nas despesas, como fizeram em Junho no primeiro rectificativo, restava

ao Executivo assumir o aumento do endividamento.

Manter as aparências

E foi isso que o titular das Finanças veio pedir à Assembleia da República, isto é, autorização para um aumento do endividamento do Estado em mais 446 milhões de contos. Só que cerca de uma centena destes milhões de contos não se encontram

justificados pela perda de receitas, sejam fiscais ou de outro tipo.

Por uma razão, segundo Lino de Carvalho, simples. É que o Governo, uma vez que já ultrapassou o nível de despesas correntes autorizado pela Assembleia, teria obrigatoriamente neste rectificativo de propor uma alteração aos mapas da despesa com vista a, eventualmente, transferir verbas das Despesas de Capital para as Despesas Correntes.

Ora isso o Executivo não quis fazer, deliberadamente,

segundo o deputado comunista, com medo das críticas à sua direita. Por outras palavras, não quis fazer ondas, o mesmo é dizer, «manter o défice aparente dentro dos limites do bom aluno», sem questionar os critérios decorrentes do sacrosanto Pacto de Estabilidade

Quebra de receitas

Outro aspecto para o qual a bancada do PCP chamou a atenção prende-se com o facto de cerca de 40 por cento da quebra de receita fiscal, estimada pelo Governo em cerca de 200 milhões de contos, estar relacionada com o IRC. Invocou o Executivo o quadro internacional e a crise económica. Se isso explica alguma coisa, está, contudo, longe de explicar tudo, segundo Lino de Carvalho, para quem as verdadeiras razões são outras. E uma das explicações para a quebra na cobrança da receita fiscal, do seu ponto de vista, tem a ver com a «sobreevaliação das receitas» no OE de 2001 com vista a criar «um cenário de ficção para procurar esconder o défice real por causa do Pacto de Estabilidade».



A quebra de receita fiscal foi na ordem dos 200 milhões de contos, 40 por cento dos quais é relativa ao IRC

Outra explicação não menos importante, na perspectiva do PCP, está no laxismo com que tem sido encarada pelo Estado a cobrança da receita fiscal e o combate à evasão e fraude fiscais. «Conhece-se o escândalo que representa a fraquíssima tributação efectiva do sistema financeiro – 12,9 por cento em 2000 – e o facto de um terço da sua poupança fiscal ter origem nas operações realizadas através do off-shore da Madeira»,

lembrou a propósito Lino de Carvalho, antes de acusar o Governo de nada ter feito para «atacar frontalmente este escândalo».

Lembrada por Lino de Carvalho foi também a «gritante falta de meios» com que se debate a Administração-Geral Tributária e o seu pessoal para o combate à evasão e à fraude fiscais. Em resumo, as razões do défice que estão na base do Orçamento Rectificativo não

foram o resultado de uma opção por mais despesa de investimento (a verdade é que houve uma quebra do investimento do Estado em cerca de 100 milhões de contos, menos 12,7 por cento do que estava orçamentado) nem por mais despesa social, mas, como sublinhou Lino de Carvalho, o resultado de «um colapso do Estado na arrecadação de receita fiscal e, em particular, no combate à evasão e à fraude fiscais».

Conselho das Comunidades Portuguesas PCP apresenta projecto para superar impasse

Carvalhas desafia Guterres a visitar a Molin

O PCP voltou a exigir a pronta intervenção do Governo no sentido de ser encontrada uma solução para a Molin, única empresa portuguesa produtora de material escolar e de desenho. Foi o próprio Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas, na sua qualidade de deputado, a reclamar medidas em requerimento dirigido ao Executivo após uma visita realizada às instalações daquela empresa há cerca de quinze dias.

No texto, igualmente subscrito pelo deputado Honório Novo, o dirigente comunista reiterou o desafio já anteriormente feito no decurso da sua visita à empresa para que também António Guterres tome a iniciativa de ali se deslocar.

Se o fizer, assinala, poderá aperceber-se das «potencialidades desta unidade produtiva» e, por outro lado, da sua magnífica localização, alvo do apetite dos especuladores imobiliários. Mas também da situação dramática em que se encontram os seus mais de 150 trabalhadores que em Julho passado foram mandados para casa, em resultado da decisão de cessar a laboração da empresa, quando havia uma importante carteira de encomendas, uma das quais, para o Brasil, obrigou à laboração de três turnos em pleno.

Como é referido no requerimento, na base da decisão de parar de forma inesperada e súbita a empresa tanto pode estar a sua má situação financeira originada por uma decisão errada de investimento na África do Sul como pelo acumular de dívidas a que se juntou o facto de o IAPMEI ter inviabilizado a sua recuperação. Seja qual for a razão, uma coisa é certa: os trabalhadores em nada contribuíram para este estado de coisas e, por isso, não desistem de lutar pela salvaguarda dos seus postos de trabalho e pelo futuro da empresa.

Contribuir para superar o actual impasse em que o Governo colocou o Conselho das Comunidades Portuguesas, permitindo nomeadamente que este órgão proceda à marcação da data das eleições para um novo mandato, eis, em síntese, um dos principais objectivos de um projecto de lei do PCP.

Na base desta iniciativa legislativa, entregue no final da semana transacta no Parlamento, está sobretudo a preocupação do Grupo comunista quanto ao próprio futuro daquele órgão, sobre o qual «paira uma nuvem negra», depois da decisão governamental de suspender o processo eleitoral marcado para o dia 25 de Novembro, em desrespeito pela Lei em vigor.

E que originou um impasse cuja responsabilidade exclusiva, no entender do PCP, é do Governo e designadamente do secretário de Estado, João Rui Almeida, a quem acusa de ter proferido declarações que revelam má-fé e que em nada contribuem para a sua resolução.

Em comunicado, o Grupo Parlamentar do PCP afirma ainda que a proposta do PS na Assembleia da República de criar uma comissão parlamentar mais não é do que um expediente que, na prática, só iria prolongar a actual situação por um período indeterminado de tempo.

Alvo da crítica da bancada comunista é também a atitude do PSD, a quem acusa de ter uma posição pouco clara e de nenhuma iniciativa ter adop-

tado até ao momento, pese embora a afirmação da sua deputada Manuela Aguiar que diz ter um anteprojecto.

Melhorar o funcionamento

Para o PCP, neste contexto, era chegada a hora de agir. Com este diploma, que introduz alterações à Lei que criou o Conselho das Comunidades Portuguesas (Lei n.º 48/96), os deputados comunistas visam ainda, para além da referida marcação de eleições – e sem a pretensão de alterar profundamente – corrigir aspectos da lei vigente que possibilitem um melhor funcionamento e a uma representação mais ampla das comunidades.

Como é, por exemplo, o caso, entre as várias apresentadas, da proposta relativa à existência dos círculos eleitorais por países ou grupos de países. Este quadro tem sido alvo de crítica da generalidade dos conselheiros e das comunidades, por, num plano, como é sublinhado na nota preambular, «favorecer a concentração de portugueses nos países com vários consulados», e, noutro plano, por ter criado círculos eleitorais com um número de países e áreas geográficas tão dispersas que é «humana e financeiramente impossível a um conselheiro deslocar-se durante o mandato de quatro anos a todos os países». Ora é esta situação que o projecto comunista agora corrige ao permitir, designadamente, uma representação por áreas consulares.

Destaque merecem ainda as propostas que vão ao encontro da opinião de muitos conselheiros no que respeita a matérias como a periodicidade de reuniões, a eleição, funcionamento e competência do Conselho Permanente, à faculdade de haver recurso, no âmbito do processo eleitoral, para a Comissão Nacional de Eleições e à inelegibilidade de eleitores que exercem funções em organismos oficiais portugueses.



Importa reforçar a ligação entre Portugal e as comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo

Assembleia da República aprova Orçamento de Estado Aos interesses dos trabalhadores o PS disse nada

O processo de aprovação do Orçamento de Estado para 2002 chegou ao fim. Sem honra e sem mérito. A viabilizá-lo, sem novidade, esteve o voto Campelo. A perder ficaram os trabalhadores e o País. Satisfeitos ficaram a direita e os poderosos interesses económicos.

Deste Orçamento se pode dizer, aliás, que não houve proposta em sede de especialidade que lhe beliscasse o carácter ou a natureza de classe das suas opções. Como sublinhou, na sua declaração final, o deputado comunista Agostinho Lopes, em causa, neste Orçamento, estavam «orientações para o investimento público e para a redistribuição da riqueza nacional», estavam interesses económicos e sociais; «divergentes e contraditórios».

Desse binómio falou o parlamentar comunista. Para exemplificar como o Governo, se o quisesse, poderia ter optado por dar resposta às justas lutas dos trabalhadores por melhores salários e pela qualidade do emprego, ou à luta dos estudantes do superior por uma universidade melhor, ou à luta dos reformados por pensões minimamente condignas. Como poderia ter ido ao encontro das preocupações de importantes sectores do pequeno e

médio empresariado, sujeitos - lembrou-o o deputado do PCP - ao «abocanhar das margens de lucro e do mercado pelos grandes

destes sectores que o Governo deu ouvidos. A todos eles, bem como às propostas do PCP para corrigir e melhorar o PID-DAC ou para garantir um Serviço Nacional de Saúde público de qualidade, a bancada do PS, como sublinhou Agostinho Lopes, «disse nada».

O Orçamento agrava as desigualdades sociais e as assimetrias regionais

cedendo às suas pressões e chantagens. Ter anuído, designadamente, aos seus intentos em matéria de reforma fiscal - mutilando-a -, ao seu insaciável desejo de ver privatizado o maior número de funções e sectores do Estado, ou à sua

Por isso a radical oposição da bancada comunista a este Orçamento de Estado, bem como às Grandes Opções do Plano. Duro nas críticas, Agostinho Lopes acusou o Governo de, por obediência aos ditames do Pacto de Estabilidade, ter empolado e fantasiado os cenários económicos, ter iludido os problemas financeiros de médio e longo prazo, atra-

vés da desorçamentação sistemática, e de ter manipulado números e índices.

Em síntese, na opinião de Agostinho Lopes, este é um Orçamento que «agrava as desigualdades sociais e as assimetrias regionais», não respondendo «aos problemas centrais da economia nacional, e, em particular, dos sectores produtivos».



Na redistribuição da riqueza nacional há fartura para o capital e migalhas para os trabalhadores

grupos da distribuição e da finança».

Não foi porém a nenhum

Com a agravante, em contraponto, de ter dito «tudo» aos grandes grupos finan-

ciários, cedendo às suas pressões e chantagens. Ter anuído, designadamente, aos seus intentos em matéria de reforma fiscal - mutilando-a -, ao seu insaciável desejo de ver privatizado o maior número de funções e sectores do Estado, ou à sua

Suspensão da taxa de 0,2

«Uma solução defeituosa para responder à irresponsabilidade, ligeireza e ignorância com que o Governo abordou o problema.» Nestes termos classificou o deputado comunista Agostinho Lopes a proposta do Grupo Parlamentar do PS que suspende por dez meses a taxa de alcoolemia no sangue de 0,2 g/l.

Esta proposta, que prevê também a criação de uma comissão técnica de acompanhamento, foi aprovada no final da passada semana com os votos favoráveis do PS, PSD, CDS e PCP, a abstenção de os «Verdes» e o voto contra do BE.

Para Agostinho Lopes, que falava no plenário da Assembleia da República, o correcto teria sido o próprio Governo suspender a TAS 0,2g/l até à «realização dos estudos que fundamentasse ou não a sua admissão».

Não o tendo feito, o expediente encontrado pela bancada socialista «surge como um caminho possível para responder ao problema», desde que - e essa é uma condição, na perspectiva do PCP - ao fim de dez meses «sejam tomadas as decisões ajustadas ao trabalho e conclusão da comissão para acompanhamento e avaliação».

Projecto do PCP vertido em Lei Em defesa do Tapete de Arraiolos

A Assembleia da República aprovou, por unanimidade, na semana transacta, o diploma que cria o «Centro para a Promoção e Valorização do Tapete de Arraiolos».

O Grupo Parlamentar do PCP, que desde 1990 vem pugnando pela concretização deste objectivo, através

da apresentação de sucessivas iniciativas legislativas, vê assim finalmente materializadas em Lei as suas diligências. O que o levou a congratular-se com a aprovação da nova Lei, que, recorde-se, vem culminar o processo iniciado nesta sessão legislativa com a apresentação de um projecto de

lei da autoria dos deputados do PCP.

Em comunicado, o Grupo comunista afirma que a criação do Centro para a Promoção e Valorização do Tapete de Arraiolos «passará a ser o instrumento que faltava aos bordados de Arraiolos, importante espécime do artesanato alentejano, para a

sua promoção e valorização no plano nacional e internacional».

Com sede em Arraiolos, entre outras atribuições, ao Centro compete estabelecer a classificação, organizar o processo de certificação e ainda promover, controlar, certificar e fiscalizar a qualidade, genuinidade e demais preceitos de produção do Tapete de Arraiolos.

Cabe-lhe, ainda, de acordo com o articulado do diploma, incentivar e apoiar a actividade da respectiva tapeçaria e defender a sua denominação de origem contra os processos de falsificação e contrafacção que se têm multiplicado nos últimos tempos, designadamente a partir do estrangeiro.

Para o efeito, o Governo tem agora 60 dias para nomear a Comissão Instaladora do Centro, que será constituída por representantes dos ministérios do Trabalho, da Economia, da Cultura, da Câmara Municipal de Arraiolos e das Associações de Produtores de Tapetes.



Os tapetes de Arraiolos são um ex libris do artesanato alentejano

Região Demarcada do Douro

O PCP quer ouvir no Parlamento várias instituições e associações durienses sobre a reforma que o Governo quer introduzir ao modelo da Comissão Interprofissional da Região Demarcada do Douro.

Um pedido de audição nesse sentido foi já formalizado pelos deputados Agostinho Lopes e Lino de Carvalho em carta dirigida ao presidente da Comissão Parlamentar de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas.

A justificar esta iniciativa, de acordo com a missiva, estão os receios quanto aos impactos negativos que poderão recair sobre milhares de vitivinicultores durienses em resultado das alterações institucionais da Região Demarcada do Douro.

É, aliás, público o desagrado manifestado por alguns dos principais organismos e associações da região quanto

à forma tardia e desadequada como foram chamados a intervir no processo.

Daí que a bancada do PCP entenda que compete à Assembleia da República, tendo em conta inclusivamente o papel que tem desempenhado no acompanhamento e elaboração das normas que regem o Douro, encetar diligência no sentido de «procurar o máximo consenso possível» em torno da referida proposta de reforma.

As instituições e associações a ouvir no Parlamento, segundo a proposta do PCP, são as seguintes: Comissão Interprofissional da Região Demarcada do Douro; Casa do Douro; Instituto do Vinho do Porto; Associação de Lavradores de Pinhão; Associação de Viticultores Engarrafadores de Vinhos do Porto e Douro; AVIDOURO, União das Adegas Cooperativas da Região Demarcada do Douro.

• Domingos Abrantes

A fuga de Caxias

Passou anteontem o 40.º aniversário da Fuga de Caxias. Há precisamente 40 anos, em comunicado do Secretariado do Comité Central do PCP, dava-se a conhecer a todo o Partido e às forças democráticas que «às 10 horas da manhã do dia 4 de Dezembro 1961 se tinham evadido do Forte de Caxias os camaradas Francisco Miguel, José Magro, Guilherme da Costa Carvalho, membros do Comité Central, e os destacados militantes António Gervásio, Rolando Verdial, Ilídio Esteves, Domingos Abrantes e António Tereso».

Esta fuga de Caxias, vulgarmente conhecida pela fuga no «carro blindado de Salazar», realizada quase dois anos depois da fuga do Forte de Peniche, donde se evadiram nove camaradas, incluindo Álvaro Cunhal, constituiu mais uma importante vitória do Partido e uma séria derrota para o fascismo e o seu aparelho repressivo que, como é sabido, tinha sido montado essencialmente para desarticular e liquidar a actividade do PCP, a força mais determinante na resistência à ditadura fascista.

O regresso à liberdade e consequentemente à participação activa nas fileiras do Partido e na luta clandestina de um número tão significativo de quadros funcionários constituiu um importante reforço do Partido e um estímulo à luta antifascista, num momento em que aumentavam as dificuldades do regime em resultado do eclodir da guerra colonial, da perda das colónias portuguesas na Índia, do ascenso da luta de massas traduzida em acções reivindicativas em dezenas de empresas, nos protestos de soldados e famílias contra o envio de tropas para a guerra, nas lutas estudantis, nas manifestações populares contra a burla eleitoral, acções a que a ditadura respondia com o intensificar da repressão.

A situação fazia aumentar as responsabilidades políticas do Partido na organização e na dinamização da luta de massas contra a ditadura e no desenvolvimento do esforço para unir e impulsionar a acção das forças democráticas, forças que viram e saudaram a fuga de Caxias igualmente como uma vitória sua. A «fuga de Caxias» revestiu-se além do mais de um enorme simbolismo, pelo facto de os evadidos do Forte de Caxias terem utilizado, para alcançar a liberdade e voltar à luta clandestina contra o regime, um carro blindado — um potente *Chrysler* — que se encontrava guardado na garagem da cadeia, carro esse que em tempos tinha sido utilizado para segurança e tranquilidade do ditador Oliveira Salazar.

Um património ímpar

As várias fugas de comunistas das prisões fascista são muito justamente consideradas como parte integrante do património ímpar da luta do PCP contra o fascismo, pela liberdade e pela democracia. O sucesso da fuga no carro blindado, coroando um longo, persistente, metódico e criativo trabalho de preparação e em que foi necessário resolver complexos e difíceis problemas, tendo em conta as condições em que se realizou — utilização de um carro da cadeia que foi preciso pôr a funcionar, fazê-lo chegar a uma área muito restrita a que os camaradas evadidos estavam limitados, no interior mais interior do Forte, o facto de a fuga se ter efectuado à luz do dia e observada desde o primeiro ao último segundo por carcereiros e guardas da CNR fortemente armados — só se tornou possível por assentar na capacidade

de organização e na determinação dos comunistas. O sucesso da fuga foi igualmente o resultado do trabalho de uma Direcção partidária existente na cadeia, que, considerando que fugir, para recuperar o seu lugar nas fileiras da luta activa do Partido, devia ser considerado por todos os camaradas como uma verdadeira tarefa, acabou por ver coroado de êxito o seu trabalho. Sendo certo que a fuga foi o resultado do empenhamento e da determinação colectiva do conjunto dos camaradas que nela participaram e de outros camaradas que haviam sido transferidos para outras cadeias, mas que foram dando a sua contribuição enquanto estiveram no Forte de Caxias, não podemos deixar de salientar o papel de José Magro, um camarada que, com o entusiasmo, a confiança e a persistência que punha na realização das tarefas partidárias, deu uma contribuição inestimável para o sucesso da fuga que há 40 anos se tornou um grande acontecimento na vida do Partido e da longa e heróica luta antifascista.

Os carcereiros «dão uma ajuda»

A Pide e o aparelho prisional sabiam, certo e seguro, que os presos ditos perigosos, os quadros responsáveis do Partido, não deixariam de procurar forma de fugir. Daí as medidas especiais de segurança e

vigilância adoptadas em relação a esses presos, medidas entre as quais se incluíam a limitação à circulação interna e o isolamento em relação a outros presos, medidas que, além do mais, tinham igualmente por objectivo dificultar o trabalho de direcção da organização dos presos.

O que os carcereiros não podiam imaginar era que seria a partir de uma das suas medidas de segurança que finalmente se iriam criar as condições que permitiriam concretizar a ideia de fuga.

Depois da fuga de Peniche, apossou-se dos carcereiros uma autêntica paranóia securitária, refazendo e desfazendo regularmente a composição das salas dos presos funcionários do Partido. Foi precisamente quando os carcereiros, com o objectivo de dispersar a concentração dos presos ditos perigosos numa só sala e os distribuir por diferentes salas do Forte onde se encontravam outros presos, que o camarada José Magro teve o rasgo audacioso de ganhar o camarada António Tereso para a difícil e arriscada tarefa de se fingir «rachado», passando-se para o campo do inimigo, com vista a ganhar liberdade de movimentos no interior da cadeia de modo a poder fornecer informações sobre o Forte, nomeadamente sobre pontos «fracos» susceptíveis de possibilitar fugas.

Como é sabido, o camarada Tereso desempenhou-se desta tarefa com enorme

talento e muita coragem moral. Se não era (e não foi) fácil convencer os carcereiros da repentina abjuração dos seus ideais, não era igualmente fácil para o camarada Tereso viver permanentemente sujeito ao desprezo dos seus camaradas e das famílias que deveriam ignorar em absoluto a tarefa de Partido assumida por António Tereso.

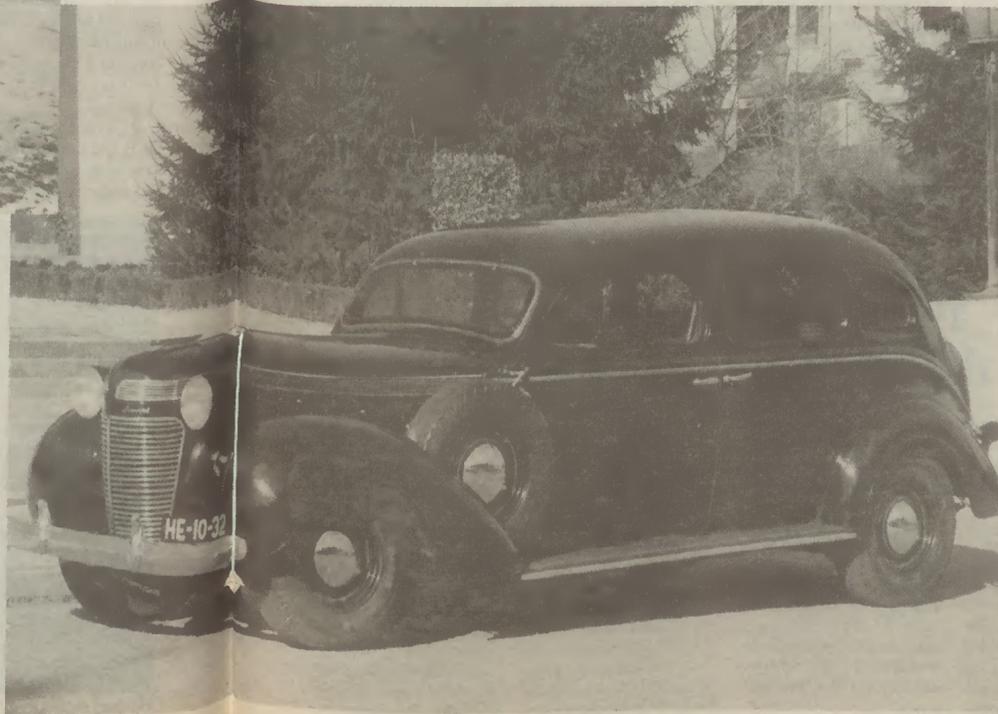
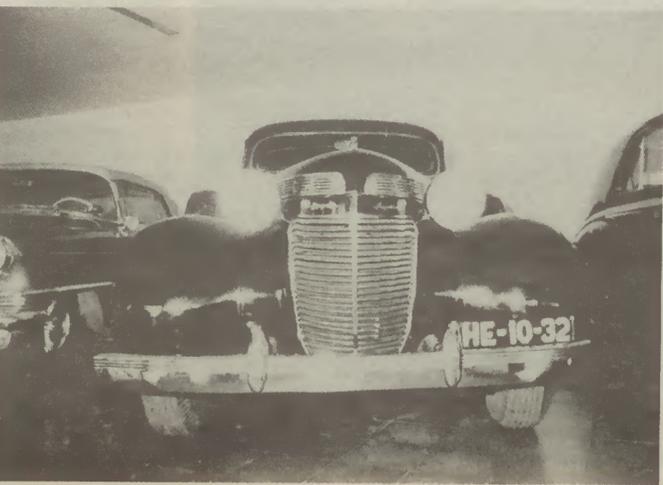
A chave da fuga — o carro blindado

Não cabe neste trabalho a descrição de muitos pormenores sobre esta fuga do Forte de Caxias. Assinalam-se apenas alguns aspectos relevantes das condições em que ela ocorreu.

Depois de consolidada a função de «rachado» e quando Tereso já disfrutava de uma «ampla» liberdade de movimentos no interior da cadeia, mereceu da confiança que o director do Forte, na altura o inspector, da Pide, Gomes da Silva, depositava nele, o camarada Tereso descobriu, arrumado na garagem, o carro blindado. Foi então que lhe ocorreu que, se pudesse pôr o carro a funcionar, poderia estar ali a chave para se realizar uma fuga com sucesso.

Tratou-se de uma proposta de grande audácia. Tereso, depois de recuperado o carro, exibiu-o várias vezes na parada do Forte aos seus camaradas candidatas a fugitivos, mas só muito lentamente — apesar

«Quando, enfim, me aproximei dele, vi um autêntico blindado. O vidro tinha entre 25 e 30 milímetros de espessura; a chapa, 5. Pesava 4500 quilos e estava equipado com um motor de 8 cilindros em linha» (António Tereso in *Fuga de Caxias no carro blindado do Salazar*)



da urgência, na medida em que se aproximava o fim do tempo de prisão do próprio camarada. E assim foram sendo dadas respostas às muitas incógnitas que o projecto encerrava. Como conseguiria levar o carro, sem levantar suspeitas, ao local do recreio, único sítio a que os presos tinham acesso em conjunto, mas onde nada justificava que o carro fosse?

E como seria possível entrar no carro quando era sabido que o recreio decorria sob o olhar e a presença permanente de guardas armados?

E, se até aí tudo corresse pelo melhor, contando naturalmente com o factor surpresa de uma acção que se devia desenvolver em apenas alguns segundos, como fazer sair da cadeia um carro carregado de presos, mantendo-se o portão exterior fechado? Teria o carro capacidade para rebentar com o portão? E como evitar o perigo de, ao se destruir o portão, o carro levar à sua frente as famílias de presos que se concentravam ali, do lado de fora da cadeia, enquanto esperavam a hora das visitas, famílias que, por motivos de rigoroso secretismo da fuga, não podiam ser avisadas do que se estava a preparar? Paciente e metodicamente foram-se encontrando as soluções para cada uma das várias incógnitas, embora a «prova dos nove» só pudesse ser conhecida na hora e no momento da fuga, bem como a resposta à maior de todas as incógnitas. E se o carro não fosse mesmo blindado? E, mesmo sendo-o, suportaria o enorme potencial de fogo disparado a tão curta distância?

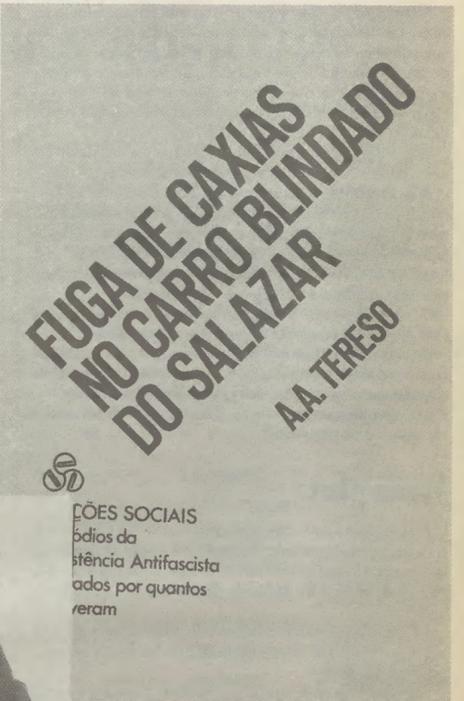
As interrogações eram legítimas. A resposta comportava enormes responsabilidades, pelo que é compreensível que se tenha, ainda na véspera, equacionado a decisão de se realizar a fuga mantendo-se, depois de reflexão colectiva e responsável, a decisão de fugir. Naturalmente que a decisão comportava muitos riscos, mas havia uma enorme confiança no resultado, no plano da fuga longa e minuciosamente estudado e preparado, um plano que, obrigando a frequentes «comunicações» com o camarada Tereso e a rigorosa compartimentação, se havia mantido em completo segredo. Finalmente, na manhã do dia 4 de Dezembro de 1961, sabendo cada um dos camaradas as tarefas que lhes cabiam para que a fuga fosse coroada de sucesso e se pudesse regressar ao posto de combate para reforço do Partido, iniciou-se a fuga, não sem alguns imprevistos, o maior dos quais foi aparecer à hora de se iniciar a fuga e no local para onde devia seguir o carro blindado, uma carrinha da Pide que foi buscar às casamatas presos para interrogatório.

Tudo ficou a postos para as 9 e 30 de segunda-feira.

Uma carrinha que inesperadamente aparece e, em vez de esperar à porta do ático, se meteu no pátio para onde os camaradas iriam ter o recreio deixou-me em suores frios.

Mas saiu, e eu fui buscar o carro blindado.

Entre em marcha atrás pelo túnel. Foi um momento intenso, de um nervosismo que não se pode imaginar. E talvez por isso, já cá em cima, o carro resvalou um pouco para a valeta, porque as pedras estavam molhadas e o pneu um tanto careca. E não conseguia tirá-lo dali, pois o carro patinava. Sentia uma aflição... Tive de meter um calço de madeira e nisso me ajudou o meu colega Ribeiro, da Carris, que me disse: - Mas que andas tu a fazer? - Agora não me digas nada! E lá arranquei de onde estava, em marcha atrás, para levar o carro para o sítio desejado. Uma vez no local, as coisas passaram-se nestas fases: Primeiro: os camaradas começaram a protestar porque eu



António Alexandre Tereso foi o camarada encarregado de preparar o carro — um *Chrysler* à prova de bala que se dizia ter sido oferta do Hitler a Salazar — e de conduzir para a liberdade com os outros membros do PCP. Para isso teve de se fazer passar por traidor, certamente o maior sacrifício que o Partido lhe pediu. E António Tereso conta tudo como foi, num livrinho publicado logo em 1974, de que hoje recordamos o seguinte excerto:

estava a interromper-lhes o recreio; Segundo: o guarda pensava que eles tinham razão, mas não intervinha porque eu era o motorista do director; Terceiro: os camaradas rodearam o carro, sempre a protestar, e ele pensou que me vinham bater e preparava-se então para intervir.

Foi então que o camarada Magro gritou: - Golo!

E num abrir e fechar de olhos todos estavam dentro do carro: o José Magro, o Francisco Miguel, o António Gervásio, o Domingos Abrantes, o Guilherme da Costa Carvalho, o Ilídio Esteves e o Verdial de triste memória. O carro arrancou velozmente e o guarda, ao verificar, já sem dúvidas, que não era para me baterem mas para fugirem, fez-me sinal para parar. Apointei o carro na direcção dele para o amedrontar ou mesmo para o passar a ferro se não se desviasse.

Ele preferiu desviar-se mas, como não contou com a valeta, desequilibrou-se e caiu. O tempo que levou a levantar-se e a armar a espingarda foi aquele que nos levou até junto do portão do túnel. Mais um portão a transportar e esse estava fechado. Porém, o carro arrombou-o, sem que lá dentro sentíssemos sequer algum choque.

As balas em nós eram como chuva. A minha maior preocupação era defender os pneus. Se fossem atingidos era o fim da aventura. Encostei-me ao sopé esquerdo do talude, sempre a ouvir o matraquear do tiro. Na minha frente vi mulheres e crianças que fugiam espavoridas com tanto tiro. Carreguei no acelerador e com tanta gana que, vinte minutos depois já tinha largado o carro; três e três minutos e estava escondido em casa. Foram vinte e três minutos entre o portão de saída do forte e a chegada à casa que os camaradas me tinham indicado como esconderijo.

Solidariedade com Cuba

A Direcção da Associação de Amizade Portugal-Cuba fez entrega ao embaixador de Cuba de um donativo no valor de dois mil e quinhentos dólares. Um gesto que corresponde ao início de uma campanha de solidariedade, de recolha de fundos e medicamentos, com o objectivo de ajudar a minorar os terríveis efeitos do ciclone Michelle que, recentemente, atingiu aquela ilha.

O furacão atingiu oito províncias cubanas e a Ilha da Juventude (metade do país), correspondendo a 53% da população.

Apesar de terem sido antecipadamente evacuadas 700 mil pessoas, há cinco mortes a lamentar. Os prejuízos foram enormes. Dezenas de milhar de casas ficaram danificadas e mais de duas mil foram destruídas. Houve centenas de empresas destruídas, assim como pouco menos de quatro centenas de escolas e muitas dezenas de hospitais e policlínicas.

As comunicações, a electricidade e a agricultura, assim como o turismo, foram particularmente afectados.

Os EUA informaram que ofereceriam alguns bens para atenuar a situação. Agradecendo o gesto, Cuba comunicou que não necessitava de ajuda, mas que os EUA autorizassem que empresas cubanas comprassem alimentos e medicamentos a empresas norte-americanas.

Tarifa plana

A Comissão dinamizadora do Movimento Tarifa Plana de acesso à Internet promove, amanhã, uma sessão de lançamento e formação deste movimento. A iniciativa terá lugar no auditório da Biblioteca Municipal do Barreiro, entre as 21h00 e as 23h00.

A Comissão realça que este movimento conta com o apoio de todos os vereadores eleitos pelas diferentes forças sociais e políticas, no Barreiro.

São objectivos deste encontro, reactivar a luta em torno da aplicação imediata da Tarifa Plana de acesso à Internet e perspectivar iniciativas, a ter lugar a partir de Janeiro de 2001.

Um Natal mais solidário

«Por um Natal mais solidário» é o lema de uma campanha de solidariedade com os bombeiros, organizada em cada Natal, e que assinala este ano o 20.º aniversário.

O objectivo desta iniciativa é aproximar as populações dos seus corpos de bombeiros da área de residência, quer sejam voluntários, municipais ou profissionais, através de gestos de solidariedade que poderão ser uma inscrição como sócio, ou um simples telefonema para os quartéis, na noite de consoada, com votos de Boas Festas.

A ideia, segundo um dos fundadores da Comissão de Natal dos Bombeiros Portugueses, é «sensibilizar as pessoas para que se aproximem mais dos bombeiros» e, na altura das festas «vão até aos quartéis da área de residência e depositem uma lembrança simbólica ou até mesmo uma simples palavra de alento».

Os bombeiros alertam entretanto para o facto de não se efectuar qualquer pedido ou recolha de fundos.

Cooperativas de Habitação

A União das Cooperativas de Habitação e Construção Económica do Concelho de Setúbal (UCHEDES) denuncia, em comunicado de imprensa, a falta de apoio, nos últimos 16 anos, por parte da Câmara Municipal de Setúbal.

A UCHEDES refere, concretamente, a falta de terrenos para a promoção da habitação cooperativa, demoras incompreensíveis na aprovação de projectos, dificuldades nas licenças de construção, falta de apoio na legalização de bairros com mais de 20 anos, apropriação abusiva de terrenos anteriormente concedidos às cooperativas, falta de parcerias e apoios mútuos, não pagamento de compromissos e dívidas, ocupação de espaços públicos sem quaisquer contrapartidas.

A União das Cooperativas exige o seu reconhecimento como parceiro nas questões de urbanismo, um gabinete técnico especializado para questões de cooperativismo, descentralização dos serviços através de protocolos, áreas de conhecimento adequados ao crescimento de programas habitacionais cooperativos que incluam equipamentos sociais, desportivos e culturais, reconhecimento do trabalho voluntário, discriminação positiva.

JCP contra a guerra

A Comissão Regional do Litoral Alentejano da JCP compromete-se a desenvolver «todos os esforços no sentido de mobilizar os jovens e a população portuguesa na luta contra o terrorismo e contra a guerra, pela paz no mundo».

Em nota de imprensa, os jovens comunistas alentejanos afirmam que «o combate ao terrorismo é necessário, devendo apoiar-se nas regras do direito e nomeadamente respeitando o direito internacional e as liberdades cívicas de cada país, combatendo as suas raízes: a desigualdade, a pobreza, os conflitos regionais fomentados pelas grandes potências».

A JCP opõe-se ao envolvimento de Portugal na escalada da guerra, «criticando a atitude de claro alinhamento do Governo português com as decisões e acções da administração norte-americana».

«Os Verdes» comentam relatório da OCDE sobre desempenho ambiental de Portugal

O país legal e o país real

A falta de aplicação e cumprimento da legislação existente é um problema de fundo na área do ambiente. Como em muitas outras.

«Os problemas ambientais em Portugal não são consequência de má legislação, mas antes da falta de aplicação e cumprimento da legislação existente.» Este um dos aspectos do relatório da OCDE relativo ao desempenho ambiental de Portugal, destacado por «Os Verdes», que frisam o abismo que separa o país legal do país real.

Em nota de imprensa sobre o relatório da OCDE, o partido ecologista indica contudo algumas lacunas, em particular no que se refere às opções políticas do Governo.

Por exemplo, o relatório realça o desempenho de Portugal no sector da água, referindo a cobertura de ETAR no país, mas ignora o número escandaloso de ETAR que não funciona, ou funciona em más condições, e que ronda os 96% da totalidade desses equipamentos.

No que respeita ao conjunto dos planos de ordenamento do território, não menciona os que, ao abrigo da legislação aprovada, deviam estar concluídos e em aplicação, ou a maioria dos Planos de Ordenamento das áreas protegidas, cuja falta algumas zonas classificadas já determina, nos termos legais, a sua desclassificação.

Ou, relativamente ao aumento significativo das áreas classificadas, esquece-se de avaliar essa classificação que, na verdade, não tem correspondido a uma verdadeira conservação e valorização.

Consequências negativas da política ambiental

Em muitas áreas, entretanto, o relatório reconhece as consequências negativas da política ambiental praticada por sucessivos governos.

Destaque, por exemplo, para a não dissociação entre as pressões da poluição atmosférica e o crescimento económico,

mantendo-se assim a lógica de que para crescer é preciso poluir.

A falta de medidas internas adequadas para a emissão de gases com efeito de estufa, os poucos progressos registados na melhoria da eficiência energética e mesmo a utilização de subsídios em matérias prejudiciais ao ambiente, são outros aspectos focados.

São também abordadas questões como

a intensa urbanização das zonas costeiras, o grave problema da contaminação das águas, o abandono agrícola, com consequente despovoamento do interior, redução da floresta tradicional e preocupante realidade dos fogos florestais. E ainda a situação da gestão de resíduos, agravada com a sua crescente e elevada produção.

A concluir, «Os Verdes» sublinham que, «com os recursos financeiros que tivemos à nossa disposição era possível ter feito mais e melhor pelo ambiente em Portugal e pela defesa da saúde e da qualidade de vida das populações».



A redução da floresta tradicional tem consequências negativas

Camada de ozono diminui em Portugal

A camada de ozono em Portugal diminuiu mais de nove por cento nos últimos 30 anos, o que representa riscos para a saúde pública e para o meio ambiente.

De acordo com os dados do Instituto de Meteorologia, a camada de ozono sobre Portugal Continental diminuiu 9,1 por cento nas últimas três décadas, o que leva a um aumento de cerca de 10 por cento das radiações ultravioletas, que podem causar cancro da pele e cataratas.

A Convenção de Viena e o Protocolo de Montreal - nos finais da década de 80 - traduzem as primeiras preocupações internacionais nesta área.

O Protocolo de Montreal impõe limites e restringe o uso de substâncias que degradam a camada de ozono. Mas, na União Europeia, o novo regulamento para travar a degradação da camada de ozono impõe mediadas mais severas.

Possível aumento dos fogos florestais

Portugal é o país europeu com maior percentagem de terra de qualidade baixa, maior risco de erosão e possível aumento dos problemas com fogos florestais, conclui o Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável (CNADS).

«O pinhal predominante, desde que deixou de ter aproveitamento da resina, do mato para camas de gado e fabrico do composto para o sistema agrícola, de ter limpeza de ramos e mato para energia, passou a ser um sistema profundamente desequilibrado grandemente responsável pela proliferação dos fogos», lê-se no documento elaborado pelo CNADS. As áreas afectadas por fogos florestais têm vindo a aumentar desde o início dos anos 70, de uma forma geral em todos os países do sul da Europa e também na região oriental da bacia do Mediterrâneo. Mas a zona de maior incidência em toda esta área é o noroeste da Península Ibérica, «com destaque para o centro e norte de Portugal».

JCP exige suspensão da Reforma Curricular

«Os consecutivos adiamentos da Revisão Curricular no Secundário, não são solução. É tempo de o ME a suspender de vez.» Esta a posição da JCP, agora reassumida face à decisão do Ministério da Educação de adiar a Revisão Curricular por mais um ano.

Os jovens comunistas consideram que «a solução é a participação efectiva da comunidade educativa, é a resolução de verdadeiros pro-

blemas como a inexistência de uma avaliação contínua, é a valorização de um ensino secundário público, gratuito e de qualidade».

Em comunicado de imprensa, a Comissão Política da Direcção Nacional da JCP lembra a luta que envolveu mais de 200 mil estudantes e sublinha que, aquando da apresentação da Revisão Curricular, apontou um conjunto de erros estruturais.

A organização das duas diferentes vias de ensino é um dos alvos da crítica da JCP, que considera que «esta reorganização do ensino tecnológico e geral no ensino secundário acentua o carácter elitista deste, pois cria dois tipos de ensino: o de 1.ª e o de 2.ª, os só para trabalhar e os só para estudar».

A JCP critica ainda o 13.º ano, como «uma falsa medida, na tentativa de resolver o problema da falta de perme-

bilidade que deveria existir à partida entre os cursos», e a descontinuidade da avaliação, acentuada pelo facto de passar a haver apenas dois momentos de avaliação quantitativa.

Relativamente à carga horária, os jovens comunistas sublinham que a sua diminuição é insignificante, com o tempo que irá ser dispendido com a área-projecto, a diminuição do tempo de férias e as aulas de 90 minutos.

Solidariedade com as mulheres julgadas na Maia

Uma lei injusta, retrógrada e absurda

A despenalização da interrupção voluntária da gravidez até às 12 semanas é, neste momento, uma exigência fundamental da *Plataforma pelo Direito de Optar*. Que assume mesmo um carácter de urgência, face à dramática situação vivida pelas 17 mulheres que estão a ser julgadas na Maia por prática de aborto ilegal.

Na recta final de um julgamento que já não se acreditaria ser possível, a solidariedade com as 17 mulheres,

res neste megaproceto, assume dimensão internacional. Entretanto, a Plataforma pelo Direito de Optar

(que nomeadamente integra o PCP e a Associação para o Planeamento da Família - APF) mantém-se presente no Complexo Desportivo da Maia e renovam-se os apelos à subscrição da Declaração que exige a aprovação de uma lei que despenalize o aborto até às 12 semanas.

Em comunicado divulgado a semana passada, o Movimento Democrático de Mulheres (MDM) lembra a

situação dramática destas mulheres, sobre as quais pesa a ameaça de uma pena de prisão até 3 anos (mesmo que suspensa), vítimas de um processo que «já lhes provocou danos irreparáveis» e coloca de novo em evidência «o desajustamento de uma lei injusta, retrógrada e absurda em pleno século XXI. Uma lei que alimenta um negócio à custa da clandestinidade que pro-

voca. Uma lei que envergonha a sociedade portuguesa pela sua manifesta falta de sintonia com o enquadramento jurídico em vigor na maioria dos países da Europa e com as recomendações do Parlamento Europeu».

É urgente despenalizar

Vinte mil a quarenta mil é o número de abortos clandestinos realizados, em cada ano, no nosso país. Uma estimativa da APF e

entidades internacionais que testemunha das dimensões de uma realidade considerada como um grave problema de saúde pública que, em Portugal, representa a segunda causa de morte materna e a primeira entre as mães adolescentes.

Na Declaração de solidariedade com as 17 mulheres res do julgamento da Maia, da Plataforma pelo Direito de Optar, lançada para subscrição, sublinha-se que o processo da Maia coloca de novo em grande evidência «os desajustamentos da actual legislação em vigor e confirmam que, afinal, a permanência de criminalização das mulheres pela prática de aborto, até três anos de prisão, não era, nem é, meramente simbólica, nem tão-pouco tão inofensiva como alguns sustentaram».

A actual penalização da prática do aborto não só é ineficaz como atenta contra a dignidade das mulheres que têm que recorrer à interrupção voluntária da gravidez, em particular das camadas mais desfavorecidas social e economicamente, pois, como lembra o documento, são elas que «têm de percorrer os atalhos do comércio clandestino, que se desenvolve em condições sanitárias insuficientes, colocando-as numa situação de risco e até de morte».

A Declaração da Plataforma pelo Direito de Optar lembra ainda que Portugal assinou a Plataforma de Acção, aprovada na Conferência de Pequim, onde se reafirmou nomeadamente que «devem ser revistas as leis que contêm medidas punitivas contra as mulheres que praticam abortos ilegais».

Assim, e porque a prática do aborto clandestino continua, a lei continua a ser hipócrita, a violentar os direitos das mulheres, a fomentar as redes de aborto clandestino e mesmo a condenar efectivamente as mulheres por prática de aborto, exige-se «que esta questão volte à Assembleia da República e que seja aprovada uma lei que despenalize a interrupção voluntária da gravidez até às 12 semanas».



Concentração por nova lei

A *Plataforma pelo Direito de Optar* promoveu na passada segunda-feira uma concentração junto ao Complexo Desportivo da Maia.

A Plataforma deixou claro o seu repúdio pela actual lei de penalização da prática de aborto e clamou pela absolvição destas mulheres, na circunstância de se tratar de uma lei injusta. Uma lista de apoios à causa de despenalização da IVG até às 12 semanas, manifestado por diversas personalidades de vários sectores sociais e políticos, foi também tornada público nessa concentração

Solidariedade internacional

Correspondendo a uma iniciativa e a diligências de Ilda Figueiredo, deputada do PCP no Parlamento Europeu, cerca de 40 deputados ao PE, pertencentes a diversos grupos políticos, já assinaram uma *Declaração de Solidariedade Internacional* com as 17 mulheres portuguesas que estão a ser julgadas no Tribunal da Maia sob a acusação de prática de aborto clandestino.

Inicialmente limitado aos deputados ao Parlamento Europeu, o âmbito desta iniciativa foi entretanto alargado através de uma carta de Ilda Figueiredo a personalidades da vida política, social e cultural de diversos países e bem assim a numerosas organizações sociais, com destaque para as organizações de defesa dos direitos das mulheres.

Declaração de solidariedade

«Profundamente chocadas(os) com a informação de que em Portugal dezassete mulheres estão a ser julgadas num Tribunal sob a acusação de prática de aborto clandestino;

Manifestando o seu sentimento profundo de que uma tal situação representa uma inadmissível provação para as 17 mulheres portuguesas acusadas neste processo, uma ofensa à dignidade das mulheres neste início do terceiro milénio e uma agressão a valores de civilização em que nos reconhecemos;

Recordando que Portugal é um dos países europeus com uma legislação mais restritiva e penalizadora em matéria de interrupção voluntária da gravidez, uma vez que o seu Código Penal, salvo para limitadas excepções, define o aborto como um crime punível com pena de prisão até 3 anos;

Desejando de todo o coração que as instâncias judiciais portuguesas, no exercício independente e soberano das suas competências, façam justiça absolvendo as acusadas;

Os signatários(as) — exprimem a sua activa e emocionada solidariedade com

as 17 mulheres acusadas em Portugal de prática de aborto clandestino;

— e apelam aos órgãos de soberania, instituições democráticas e forças políticas e sociais de Portugal para que, em nome da protecção da dignidade e da saúde as mulheres portuguesas, favoreçam medidas para uma maternidade consciente e responsável e ponham termo à dura penalização e criminalização do aborto actualmente consagrada na legislação portuguesa.»

Esta declaração já foi subscrita pelos seguintes deputados ao Parlamento Europeu:

Adeline Hazan, Partido Socialista Europeu (PSE), França, magistrada

Alain Krivine, Esquerda Unitária Europeia (EUE), França

Alima Thierry Boumediene, Verdes, França

Ana Karamanou, PSE, Grécia

Anne Van Lancker, PSE, Bélgica

Arlette Laguiller, EUE, França

Armando Cossuta, EUE, Itália

Armonie Bordes, EUE, França

Barbara Weiler, PSE, Alemanha

Béatrice Patrie, PSE, França

Camilo Nogueira Roman, Verdes, Espanha

Carlos Carnero Gonzalez, PSE, Espanha

Carmen Cerdeira Morterero, PSE, Espanha

Chantal Cauquil, EUE, França

Daniel Darras, PS, França

Dimitros Koulourianos, EUE, Grécia, economista

Efstratios Korakas, EUE, Grécia

Elena Valenciano Martinez-Orozco, PSE, Espanha

Eryl Menally, PSE, Reino Unido

Francis Wurtz, Presidente do Grupo da EUE, França

Genevieve Fraise, EUE, França,

directora de investigação do CNRS

Gilles Savary, PSE, França

Giuseppe di Lello, EUE, Itália

Helene Plautre, Verdes, França

Helle Thorning-Schmidt, PSE, Dinamarca

Herman Schmid, EUE, Suécia

Icke Van Der Burg, PSE, Holanda

Imelda Mary Read, PSE, Grã-Bretanha

Joke Swiebel, PSE, Espanha

José Maria Mendiluce Pereiro, PSE, Espanha

Luigi Vinci, EUE, Itália

Margot Kessler, PSE, Alemanha

Maria Izquierdo Rojo, PSE, Espanha,

professora universitária

Maria Sornosa Martinez, PSE, Espanha

Marianne Eriksson, EUE, Suécia,

vice-presidente da Com. dos Direitos da Mulher do PE

Martine Roure, PSE, França

Max Van Den Berg, PSE, Holanda

Michael Cashman, PSE, Grã-Bretanha

Olivier Duhamel, PSE, França, professor universitário

Patsy Sorensen, Verdes, Bélgica

Pedro Maset Campos, EUE, Espanha

Pervenche Beres, PSE, França

Roseline Vachetta, EUE, França

Sylvia -Yvonne Kaufman, EUE, Alemanha

Sylviane Ainaridi, EUE, França

No processo de alargamento de subscritores, para além do âmbito do Parlamento Europeu, conta-se muitos nomes destacados, nomeadamente Sylvie Jan, presidente da FDIM - Federação Democrática Internacional de Mulheres, Margaret Boyle, dirigente da associação «National Assembly of Women» - Inglaterra, e Nancy Burrows, dirigente da federação de Mulheres do Quebec - Canadá e da Coordenação Mundial da Marcha Mundial de Mulheres.

Afinal, tivemos ronda?

• Pedro Carvalho

Nove de Novembro de 2001. A «UNICE, a voz do patronato na Europa, convida todos os líderes políticos reunidos em Doha (Qatar), de 9 a 13 de Novembro de 2001, para a 4.ª Conferência Ministerial da Organização Mundial de Comércio (OMC), a darem o passo decisivo no lançamento de uma nova ronda abrangente de negociações de comércio multilateral». 14 de Novembro de 2001. A «UNICE (...) congratula-se com os resultados de Doha. Após uma semana cheia de discussões difíceis, o objectivo principal do patronato europeu, particularmente o lançamento de uma ronda de negociações abrangente da OMC, para ser concluída em três anos, foi acordado». O grande capital precisava de um «balão de oxigénio» internacional. Era indispensável para o capital, após o fracasso de Seattle, o lançamento de uma ronda – de uma agenda negocial – por mais minimalista que fosse, desde que consolidasse um compromisso de curto/médio prazo no objectivo fundamental de «melhorar o acesso aos mercados através de uma maior liberalização do comércio e do investimento» e garantir «a OMC como fórum único para a liberalização e regulação do comércio». Tudo se resume a novos mercados – veja-se a adesão da China – e à «governança global». O objectivo – após dificuldades, contradições e compromissos – foi conseguido. Chegou-se a um acordo sobre um programa de trabalho. Apesar de cauteloso, com adiamentos negociais, aprovou-se uma agenda de «compromissos». Aliás, como aconteceu em 1986, quando foi lançada a ronda do Uruguai que levou oito anos a concretizar, mas desta vez com um papel «activo» dos países em vias de desenvolvimento (PVD).

A agenda do capital

Mas foi a agenda minimalista? O presidente da Mesa-Redonda Europeia dos Industriais (ERT), Morris Tabaksblat, apoiava em Abril de 2001 uma agenda minimalista, onde o objectivo de «reduzir e quando apropriado eliminar direitos aduaneiros», se equilibrava com uma maior abertura dos mercados e apoio aos PVD. Segundo Tabaksblat, «a agenda não devia incluir de início assuntos como a propriedade intelectual, investimento, mercados públicos e concorrência (...) pois tentar incluí-los a todos (...) seria (...) uma receita para o falhanço». Afirmava, ainda, que o sucesso da ronda dependeria da mediação do patronato. A UNICE, em Outubro de 2001, põe na agenda todos os pontos. Ganhava o optimismo de Lamy. A estratégia alterava-se, considerava que «quanto mais alargada a agenda, maior as hipóteses de sucesso» de uma nova ronda. Todos poderiam «cantar» pequenas vitórias, enquanto o

«grosso» passava. Na declaração final de Doha, apesar do «desapontamento» da UNICE, todos os pontos foram introduzidos. Pela primeira vez era expresso «o objectivo de estabelecer um enquadramento multilateral (...) para o investimento e (...) concorrência».

Dogmas a «bordo»

Alguns falam de ronda do «desenvolvimento» ou, mais cautelosos, de «agenda de Doha para o Desenvolvimento», à semelhança de alguns conselhos europeus adjetivados do «emprego». Mas a questão não é melhor acesso aos mercados ou tratamento diferenciado, mas sim de sistema. A questão central é o capitalismo, nomeadamente o neoliberal, que se expande e impõe as suas lógicas, promovendo as exportações e a liberalização do comércio, com o objectivo de tudo ser transformado em mercadoria e criando os mecanismos de regulação que permitam uma maior apropriação de mais-valias e garantam os direitos de propriedade. Na declaração final de Doha reafirma-se o compromisso «em manter o processo de reforma e liberalização das políticas comerciais» e «o apoio aos princípios e objectivos definidos nos Acordos de Marrequexe que estabeleceram a OMC». Reconhece-se o papel da regionalização – como a integração comunitária – no acelerar do processo de liberalização.

O dogma do comércio livre, perpetuado pelo imperialismo vigente, de cuja concertação a OMC faz parte, põe em causa a capacidade dos povos de definirem as suas prioridades e estruturas económicas. É uma falácia pensar que todas as vantagens comparativas são naturais e não foram na sua grande maioria criadas pelo imperialismo. O exemplo do comércio agrícola e a aceitação da lógica da iniciativa «tudo menos armas», que se enquadra no sistema actual, falam por si. A questão não é os países menos desenvolvidos exportarem bens agrícolas, mas sim assegurarem a sua soberania alimentar, sem lhe serem impostas lógicas de divisão do trabalho contrárias aos seus interesses. É significativo que a cimeira de FAO tenha sido adiada. Mesmo a declaração sobre a protecção da saúde pública reafirma os objectivos dos acordos de propriedade intelectual (TRIPS) e as suas cláusulas de flexibilidade. A injustiça é imposta pelo imperialismo das grandes potências e das instituições por elas criadas. A OMC/GATT tem um cunho de classe. Não se pode desvalorizar as contradições, mas a agenda está aí. Afinal tivemos ronda. Como diz Lamy, «a OMC está nos carris e o comboio saiu da estação». Em que direcção? Parece que adivinhamos. Lamy sentiu-se bem acompanhado, pelos 50 empresários da comitiva da UNICE que participaram em Doha!

Luta contra o terrorismo é pretexto para supranacionalização da justiça

Liberdades em causa

Um relatório aprovado pelo Parlamento Europeu dá cobertura às propostas da Comissão com vista à adopção de um mandato de captura, definição de terrorismo e das sanções penais comuns.

As propostas de decisão-quadro da Comissão Europeia, que estranhamente contam com o apoio do governo português, surgem a pretexto da luta contra o terrorismo, mas, como notou Ilda Figueiredo, ultrapassam em muito a necessária cooperação entre os estados, visando a supranacionalização de aspectos centrais da Justiça.

A concepção de terrorismo criminaliza os que lutam pela transformação social

Dominação federalista

Entre os «perigosos aspectos negativos», a deputada do PCP frisa que a «concepção de «terrorismo» proposta pela Comissão permite «criminalizar» a acção daqueles que lutam pela libertação nacional e pela transformação social, as lutas e acções dos trabalhadores e das populações, com evidentes consequências para a plena garantia dos direitos democráticos e das liberdades fundamentais».

Do mesmo modo, a proposta de «mandato de captura europeu», que tem

como objectivo a supressão do princípio de dupla incriminação, mesmo que venha a ser limitada, é, segundo Ilda Figueiredo, «um autêntico «cavalo de Tróia», numa estratégia que exigirá mais e mais avanços, justificando-se com as necessidades dos instrumentos anteriormente criados».

Igualmente na sexta-feira, o Parlamento aprovou um outro relatório sobre o futuro da União Europeia, que teve o voto contrário dos deputados do PCP. Na sua declaração de voto, Ilda Figueiredo considerou que o documento se enquadra «na estratégia daqueles que apostam na próxima Conferência Intergovernamental para mais uma salto qualitativo na integração federalista da União Europeia, sob domínio das gran-

des potências, que, necessariamente, colocará em causa a soberania de países como Portugal».

A deputada comunista nota que o relatório «insiste na aceleração da preparação de um novo Tratado que aprofunda a integração federalista, «esquecendo» as lições e as consequências políticas da rejeição do Tratado de Nice pelo povo irlandês».

Em particular, o documento defende a criação de uma «convenção» (que alguns encaram com se de uma «assembleia constituinte» se tratasse), concebida como «instrumento de condicionamento dos exercício da competência exclusiva dos governos e parlamentos nacionais quanto à revisão dos tratados».

Ainda segundo Ilda Figueiredo, quanto à composição desta «convenção», «garante-se apenas a participação dos maiores partidos nacionais, reduzindo a participação de partidos com diferentes posições políticas quanto à Europa, pondo em causa o pluralismo e a autêntica participação independente e democrática dos parlamentos nacionais».

UE reata diálogo com Cuba

Cuba e a União Europeia iniciaram no fim-de-semana em Havana um encontro «com amplitude» e «sem condicionamentos», com vista a melhorar as relações entre as partes.

O ministro das Relações Exteriores cubano, Felipe Pérez Roque, que lidera a delegação cubana às conversações, frisou que Cuba espera desta reunião «uma maior compreensão sobre a realidade e juízos preconcebidos

que hoje prejudicam as relações entre a UE e Cuba».

Reuniões anteriores já tinham sido mantidas há algumas semanas atrás em Havana e Bruxelas por Pérez Roque com o chefe da diplomacia belga, Louis Michel, e também em Nova Iorque com representantes da União Europeia.

Segundo o representante da presidência belga do Conselho Europeu, Willy Stevens, este reatar do diálogo político poderá conduzir a «bases de cooperação muito

mais intensa». «Concordámos que este diálogo será realizado com espírito totalmente aberto e, embora saibamos que existem diferenças entre nós, vamos respeitá-las», acrescentou.

Cuba é o único país latino-americano com o qual a UE não tem um acordo de cooperação. Apesar de ser membro do Grupo ACP (África, Caraíbas e Pacífico), não beneficia da assistência de 13.500 milhões de euros que a UE destina a estes países até 2005.

Tributação das poupanças Sem acordo à vista

A tributação das poupanças aplicadas fora do país de residência continuava a dividir os ministros das Finanças dos Quinze que estiveram reunidos na terça-feira em Bruxelas no intuito de chegar a um acordo final.

Bélgica, Luxemburgo e Áustria pretendem obter garantias suplementares em como os principais países terceiros (parceiros económicos da União Europeia e paraísos fiscais) apliquem paralelamente medidas equivalentes às dos estados-membros.

Sem consenso, o pacote fis-

cal não será aplicado no início do próximo ano, como previsto na Cimeira da Feira, que encerrou a presidência portuguesa em Junho do ano passado.

O objectivo parecia simples: obrigar as entidades que fazem aplicações financeiras noutros Estados-membros ou países terceiros a pagarem o respectivo imposto sobre os lucros.

Para combater as fugas, está a ser definido um sistema de troca de informações sobre as aplicações financeiras que abrange para além

dos estados-membros os principais parceiros da UE (Estados Unidos, Suíça, entre outros).

No entanto, apesar de terem conseguido um período de transição de sete anos, durante o qual não estão sujeitos a este esquema, Bélgica, Luxemburgo e Áustria defendem que uma decisão definitiva só deverá ser tomada quando tiverem a certeza de que os países terceiros também aplicam a directiva, receando uma transferência de capitais das suas praças financeiras.

Salários em atraso

O regresso da praga

Os salários em atraso estão de volta em Portugal e já começaram a aparecer as bandeiras negras da fome que povoaram os anos oitenta. Os sindicatos estão preocupados e foram a Bruxelas dar o alerta.

Na última sessão do Parlamento Europeu, inserida na semana do emprego, uma delegação de trabalhadores e sindicalistas, a convite do Grupo Esquerda Unitária Europeia, onde se integram os deputados do PCP, deslocou-se a Bruxelas para sensibilizar o plenário para a situação anómala de salários em atraso que vive em várias empresas portuguesas.

Delfim Mendes, dirigente do Sinqüifa (Sindicato das Indústrias Química, Farmacêutica, Petróleo e Gás do Centro, Sul e Ilhas), integrou a comitiva ao lado de Mariete Mota, da empresa Mandata, de Emídio Neto, da Mortensen, e de Luís Pereira, trabalhador da Sotima e dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa.

Em declarações ao «Avante!», aquele sindicalista lembrou que o drama dos salários em atraso nunca desapareceu completamente no nosso país. Contudo, depois de uma fase de maior abrandamento, o fenómeno voltou ganhar expressão durante este

ano, de tal forma que os sindicatos receiam um aumento em espiral destes casos.

E se o sector vidreiro foi o que esteve mais representado nesta iniciativa no Parlamento Europeu (através da

Má gestão e utilização fraudulenta dos fundos deixam empresas em situação difícil

Mandata e da Mortensen), tal não diminui situações análogas que se verificam noutros ramos.

«Pela intensa luta que têm desenvolvido, os vidreiros da

Marinha Grande e os trabalhadores da Sotima (empresa de transformação de madeiras), têm hoje maior visibilidade mas também noutros sectores existem salários em atraso», refere Delfim Mendes. «Por exemplo, no sector químico, que conheço melhor, temos neste momento várias empresas que não pagam aos seus trabalhadores. A CUF Têxteis, a Dpoortre, a Unalbor e a Sonuma são empresas que hoje têm salários ou subsídios em atraso. Isto para não falar das falências da Schote ou da Rubuvile, duas pequenas empresas com cerca de 60 trabalhadores.»



Os vidreiros da Marinha Grande voltaram a sentir o drama de não receberem salários no final do mês

Governo tem responsabilidades

O objectivo da deslocação ao Parlamento Europeu foi claro: «Quisemos chamar a atenção dos deputados para o ressurgimento dos salários em atraso em Portugal e ver até que ponto este órgão, ou parte dele, poderá exercer pressão sobre o nosso Governo para que assuma as suas responsabilidades.»

Sem esperar milagres, a delegação esteve no plenário da passada quinta-feira, na qual, antes da ordem do dia, a deputada, do PCP, Ilda Figueiredo deu conta da existência de salários em atraso em Portugal, referindo a presença dos quatro representantes no hemicycle.

Seguiram-se encontros com a Comissão de Emprego e Assuntos Sociais do PE, com deputados portugueses dos diferentes grupos e, por fim, com órgãos de comunicação social e regional nacionais.

Entre os resultados, para além da repercussão nos meios de comunicação, Delfim Mendes destaca o compromisso assumido pela Comissão de Emprego do PE de elaborar um relatório sobre as situações apresentadas, o qual poderá vir a exigir explicações ao Governo português.

E se nem todos os casos decorrem de situações fraudulentas, a verdade é que cabe ao Governo garantir a correcta utilização dos fundos públicos que são concedidos às empresas para a sua modernização e formação dos trabalhadores, o que apesar das repetidas denúncias, nunca acontece.

«A actual legislação atenua os efeitos dos salários em atraso, uma vez que permite que os trabalhadores, ao fim de cerca de dois meses, possam suspender e rescindir o contrato de trabalho, com justa causa e direito a indemnizações. Mas isto é uma forma de atenuar os

efeitos sociais, o que não substitui a necessidade de atacar as causas do fenómeno.»

Além dos problemas estruturais da economia portuguesa decorrentes das políticas de sucessivos governos que têm levado à destruição progressiva do

aparelho produtivo, Delfim Mendes nota que os muitos milhões de contos vindos da comunidade europeia evaporaram-se sem deixarem rasto visível. «O Governo não pode sacudir a água do capote porque tem responsabilidades neste processo.»

20 milhões em dívida

A situação preocupante em que vivem milhares de trabalhadores vítimas da actual vaga de falências, muitas delas sem razões económicas, foi o tema de uma intervenção de deputada Ilda Figueiredo, feita antes da ordem do dia no Parlamento Europeu.

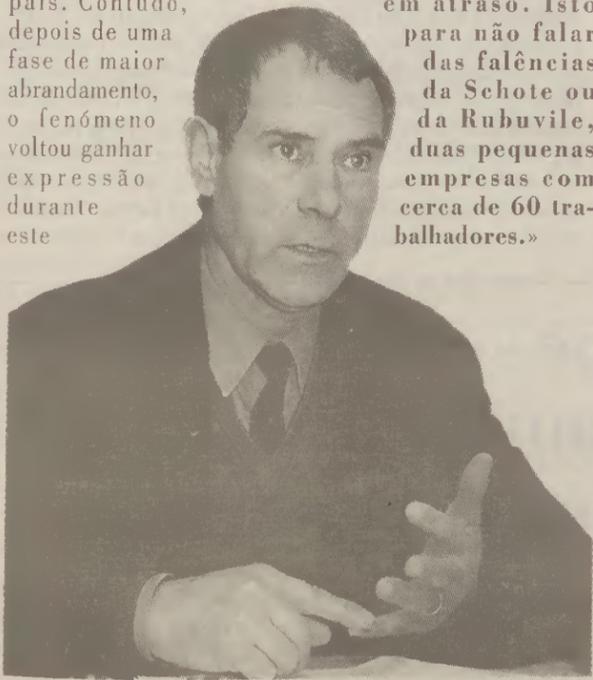
Pedindo a solidariedade dos presentes, a deputada do PCP solicitou à presidente deste órgão que sensibilize a Comissão Europeia e o Conselho para a impunidade com que se sucedem as falências em Portugal. «Ninguém é chamado à responsabilidade, mesmo quando se sabe que [as empresas] eram viáveis e dispunham de boa carteira de encomendas, como aconteceu na Molin, na Confélis e na Norporte.»

Ilda Figueiredo salientou que neste momento já há mais de 20 milhões de contos em dívida aos trabalhadores, em salários e subsídios, referindo-se em particular aos casos das empresas vidreiras Mandata e Mortensen, da Marinha Grande, na empresa de transformação de madeiras Sotima, em Proença-a-Nova, na Cuf têxteis, em Ansião, e às ameaças que pairam sobre centenas de trabalhadores da empresa têxtil Eres, no Fundão.

Já na véspera, a deputada afirmara ao plenário que «não basta enunciar e aprovar intenções. É fundamental que se crie emprego de qualidade, com direitos e que se estabeleçam objectivos concretos para o cumprimento efectivo de todos os direitos sociais».

Falando a propósito de uma resolução sobre a estratégia europeia para promover a qualidade no trabalho e na política social, Ilda Figueiredo chamou a atenção para a situação portuguesa onde, referiu, «apesar de haver uma baixa taxa oficial de desemprego, se mantêm os mais baixos salários da União Europeia, se agrava a precariedade, voltam os casos de empresas com salários em atraso e dificulta-se o desenvolvimento de zonas que entram em crise».

Como frisou «uma política orientada para a qualidade no plano social (...) implica que a União Europeia não possa continuar a insistir na prioridade absoluta às políticas monetárias do Pacto de Estabilidade, como continua a acontecer».



Delfim Mendes

Concorrência distorcida e fraudes sem punição

Para Delfim Mendes, o Estado não pode refugiar-se nas ditas leis do mercado e alegar que se trata de empresas privadas para nada fazer. Para além da sua generalidade de ter tido acesso a fundos comunitários para se modernizar, outras, que agora não pagam aos trabalhadores, passaram por processos de viabilização cuja fiscalização deveria ter sido garantida pelo Governo.

«Quando o Governo atribui fundos às empresas, fá-lo com razões e objectivos que ficam

estabelecidos nos protocolos. Mas depois não fiscaliza, mesmo quando alertado para os problemas. É o que está acontecer com a Mortensen, que nasceu da antiga Manuel Pereira Roldão. Ambas receberam fundos e, tal como antes, há salários em atraso e postos de trabalho ameaçados.»

O problema da concorrência, tantas vezes evocado para desculpar a passividade do Estado, segundo este sindicalista, pode tam-

bém ser visto na óptica dos trabalhadores. «Dissemos no Parlamento Europeu que o facto de recebermos os mais baixos salários da Europa, e de ainda por cima termos empresas que não os pagam, viola todas as regras da concorrência. Também nesse sentido, pensamos que o Governo tem de intervir e tomar medidas.»

Deixando salários em dívida, estas empresas, como explicou Delfim Mendes, igualmente «não

pagam à segurança social, nem impostos ao Estado e sempre que há programas de recuperação obtêm o perdão de dívidas, nomeadamente aos trabalhadores que perdem o seu dinheiro. Isto apesar de se saber que, enquanto abrem falência num local alguns empresários estão já a levantar unidades noutro lado. Ou seja, a falência é muitas vezes uma forma de limpar as dívidas que têm».

Um potencial ataque americano ao Iraque está a levantar dúvidas na Grã-Bretanha, Turquia, França e Alemanha

Novos alvos na mira dos EUA

O secretário de Estado norte-americano, Colin Powell, tentou acalmar os ânimos e as inquietudes da comunidade internacional quanto a um possível ataque ao Iraque.

As declarações pouco claras de George Bush na semana passada sobre o regresso dos inspectores de armamento nuclear ao Iraque provocaram reacções díspares entre os aliados da coligação anti-terrorista.

«Os comentários veiculados pelos meios de comunicação social que afirmam que alguma coisa está para acontecer não tem qualquer fundamento», assegurou entretanto o chefe da diplomacia norte-americana, Colin Powell.

Mas a verdade é que George Bush ameaçou o Iraque, de forma implícita, caso não colaborasse na inspecção do seu arsenal bélico. «Em caso de recusa, ele verá quais as consequências», realçando as especulações sobre a designação do Iraque como futuro alvo da «guerra contra o terrorismo».

Entretanto, e de acordo com o jornal *Sunday Times*, o mês de Janeiro é apontado como a altura provável para começar outros ataques. De acordo com o diário, quatro países estão na lista de espera. Além do Iraque, o Iémen, o Sudão e a Somália serão os próximos alvos a abater.

Coligação em risco

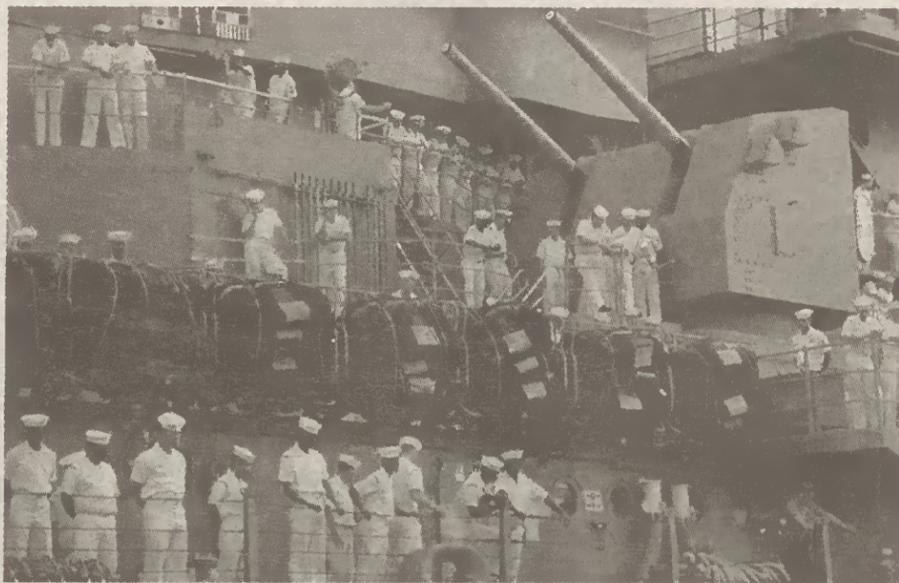
O primeiro-ministro da Inglaterra afirmou estar de acordo sobre o fundo das

declarações proferidas por George Bush, mas frisou que a «campanha internacional anti-terrorismo» deve ser «ponderada e concertada».

Por seu lado, Sabahattin Carmakogiu, ministro da defesa da Turquia, admitiu uma eventual mudança da posição do seu país frente a uma campanha contra o Iraque.

A França declarou a sua total oposição a um ataque a qualquer país árabe. Pela voz do ministro europeu, Pierre Moscovici, o governo francês alertou igualmente para o enfraquecimento da coligação, caso os Estados Unidos decidam atacar o Iraque após a campanha no Afeganistão.

**Iraque,
Iémen,
Sudão
e Somália
serão
os próximos
alvos a abater**



Os EUA exigem que o Iraque permita a fiscalização das suas armas, sob a pena de ficar sujeito à ira «antiterrorista»

O chanceler da Alemanha, Gerhard Schroeder, insurgiu-se também contra a «procura de novos alvos», em particular no Médio Oriente, ao intervir perante os deputados no Bundestag. Schroeder pediu «pru-

dência» e «reservas», enquanto o seu chefe de diplomacia, Joschka Fischer, não esconde o «cepticismo» germânico, partilhado de resto pela União Europeia, relativamente a uma intervenção no Iraque.

Bagdad não cede

Já esta semana o jornal *The Observer* revelou que os EUA pretendem bombardear as instalações militares mais importantes do Iraque, dando, simul-

taneamente, apoio a grupos da oposição espalhados pelo país.

Entretanto, o Iraque afirmou que não se inclinará perante a «arrogância» e as ameaças dos Estados Unidos. «O facto das intenções dos EUA se basearem em hipóteses infundadas e em más intenções traduz um *complot* inconfesso, visando, nomeadamente, fazer avaliar (pela ONU) um novo projecto de prolongar o embargo» imposto ao Iraque há 11 anos, lê-se no jornal do partido no poder, «As-Saura».

O secretário-geral da Liga Árabe advertiu também os Estados Unidos de que um ataque ao Iraque acabará com o consenso internacional na luta «antiterrorismo». No termo de uma reunião de políticos e intelectuais árabes no Cairo, para estudar medidas paliativas da «campanha contra a civilização islâmica» desencadeada pelo Ocidente, Amro Musa, frisou que «não será tolerado um ataque ao Iraque ou a qualquer outro país árabe».

Afegãos na Áustria defendem eleições livres

«O mais importante para o povo afegão é a liberdade e autodeterminação. Já nos defendemos e defender-nos-emos contra qualquer interferência, domínio ou ocupação.» Quem o afirma é uma plataforma de afegãos residentes na Áustria, numa declaração contra a guerra tornada pública, no final do mês passado. No documento são visadas não só as tropas norte-americanas, mas também a Aliança do Norte, acusada de ser «uma marioneta dos EUA».

«A Aliança do Norte tomou

o poder com a ajuda de bombas americanas, que mataram milhares de civis inocentes, fizeram milhões de refugiados em condições humanas indignas e atiraram o nosso povo para a miséria», afirmam os afegãos residentes na Áustria.

As acusações prosseguem, apontando factos claros: «As milícias da Aliança do Norte são responsáveis por inúmeros massacres e violações de civis, tal como aconteceu em Maio de 1997, aquando da ocupação de Mazar-e Scharif, em que mais de cinco mil paschtunen foram

mortos, por motivos raciais. Os soldados da Aliança do Norte dão continuidade a esta terrível tradição, ao ocuparem Mazar e Cabul, matando milhares de pessoas sob o pretexto de que eram talibans.»

«A Aliança do Norte afirma que pretende abrir caminho para um amplo governo de transição, que represente a totalidade do nosso povo. Porém, já entre 1992 e 1996 se mostrou incapaz de constituir um governo que representasse os interesses da maioria. Os dirigentes da Aliança do Norte

não estavam dispostos a unirem-se uns com os outros e, muito menos, a ceder o poder. Lançaram o nosso país numa cruel guerra civil que o fragmentou», recorda a plataforma.

Para os afegãos residentes na Áustria, a única solução democrática para os problemas nacionais é a imposição do direito à autodeterminação. Nesse sentido, exigem a convocação de uma *Loya Jirga*, uma grande assembleia nacional, que se baseie num grande número de pequenas *jirgas* da maioria do povo afegão, de

forma a representar democraticamente a sua vontade. O processo da *Loya Jirga* incluiria os milhões de refugiados e centenas de intelectuais que residem no estrangeiro.

«Esta constituinte obtém legitimidade através de eleições democráticas livres, segundo métodos tradicionais afegãos, em que são proibidas quaisquer interferências estrangeiras, quer seja por intermédio de grandes potências como os Estados Unidos quer através de países vizinhos», acrescentam.

Polícia chilena irrompe na sede do Partido Comunista

A polícia de choque irrompeu no passado dia 28 na sede do Partido Comunista do Chile, em Santiago, em vésperas das eleições legislativas de 16 de Dezembro.

Na operação policial foram detidas 40 pessoas, entre elas a secretária-geral do Partido Comunista, Gladys Marín, um membro do Comité Central, Lautaro Carmoña, e os candidatos a deputados Ana Maria Miranda, Claudia Pascual, Carlos Sánchez, Herman Castro e Carlos Arrué.

Segundo fontes do partido, um grupo das forças policiais (entre 200 e 300 elementos) usou canhões de água e gás lacrimogénico para entrar no edifício e obrigar os militantes do PCC a sair.

Um dirigente do partido, André Lagos, disse que o pretexto foi um antigo litígio pela propriedade do imóvel, que foi comprado através de intermediários durante a ditadura militar.

Ainda segundo Lagos, o funcionário judicial que acompanhou a polícia ao local comprometeu-se a suspender o despejo depois de ter conversado com dirigentes do partido, mas mesmo assim os agentes intervieram. O balanço do ataque policial foi de 10 feridos, entre os quais Gladys Marín.

Jorge Sutil, subsecretário do Interior, disse que as forças da autoridade não anunciaram ao governo a sua actuação e lamentou a violência com que a ordem judicial de despejo foi cumprida. «O governo está surpreendido com a actuação da polícia, que em casos idênticos sempre informou o Ministério do Interior, o que não aconteceu neste caso», esclareceu.

André Lagos garantiu, por seu lado, que esta medida é mais grave do que se pensa: «Por detrás disto está uma medida política que tem a ver com as eleições parlamentares.» Nestas eleições o PCC tem pela primeira vez a oportunidade de eleger um deputado.

No dia seguinte, o coronel Sérgio Garcia, responsável pela evacuação da sede do PCC, foi destituído pela direcção dos Carabineiros. O general Alberto Cienfuegos, director-geral desta força policial, declarou à imprensa

que não havia sido informado da operação de despejo na sede do partido.

Por seu lado, o presidente chileno Ricardo Lagos manifestou descontentamento em relação ao ataque policial e apoiou a demissão do coronel dos Carabineiros. «A opinião pública viu imagens que não são a favor do Chile. Estas imagens são imagens de outra época», declarou o chefe de Estado, aludindo à ditadura de Pinochet.

PCP indignado

O secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, condenou o assalto da sede do Partido Comunista do Chile por forças policiais e as consequentes prisões e violência exercidas sobre responsáveis partidários.

Carlos Carvalhas exprimiu o seu protesto pelo sucedido em telegramas enviados à sua homóloga do PC chileno, Gladys Marín, e ao presidente do Chile, Ricardo Lagos.

No telegrama para Lagos, o secretário-geral do PCP denunciou «a prisão e violência exercida» sobre Gladys Marín e outros membros do partido, classificando os incidentes como «inaceitáveis e intoleráveis em qualquer regime democrático».

A Gladys Marín, Carlos Carvalhas comunicou a sua «enorme indignação» pelo assalto policial. «Tal acontecimento e a brutalidade de que se revestiu, em que se incluem não podem deixar de suscitar a maior repulsa e indignação em todos os democratas», lê-se na mensagem.

O Movimento Democrático de Mulheres manifestou também «a mais viva preocupação e repúdio por esta situação, em que pela segunda vez, em período eleitoral, Gladys Marín é presa». «Esta é uma situação que enquanto lutadoras pela liberdade não podemos aceitar em circunstância alguma, num regime democrático como o actualmente existente no Chile», sustenta o MDM.



Gladys Marín

Israel bloqueia a paz

Escalada de violência no Médio Oriente

Dois atentados suicidas perpetrados pelo Hamas provocaram a escalada do conflito israel-palestino. Ariel Sharon já iniciou uma campanha contra a Autoridade Palestiniana, que chega a visar Arafat.

«Eles (o Governo israelita) atam as mãos de Arafat, vendam-lhe os olhos, empurram-no para o mar e esperam que ele seja um bom nadador.» É com estas palavras que Saeb Erakat, um dos principais dirigentes palestinianos, comenta a nova escalada no conflito entre a Autoridade Palestiniana e Israel, na sequência de dois atentados suicidas perpetrados pelo Hamas, no domingo em Haifa e Jerusalém Ocidental, e que provocaram 26 mortos e 220 feridos.

Na manhã de ontem, uma outra bomba explodiu em Jerusalém, presumivelmente quando um palestiniano procurava activar uma carga explosiva. Seis pessoas foram atingidas por estilhaços de vidros.

As reacções aos ataques suicidas não se fizeram esperar. A Autoridade Palestiniana proclamou o estado de emergência na Cisjordania e em Gaza e prendeu cerca de 110 presumíveis membros do Hamas e da Jihad Islâmica no domingo. Israel bloqueou as saídas dos territórios autónomos e proibiu o tráfego de palestinianos para fora das zonas controladas pela Autoridade Palestiniana.

Mas o Governo de Ariel Sharon não ficou por aqui. Na segunda-feira, em Gaza, helicópteros israelitas atacaram com mísseis o heliporto e dois helicópteros do presidente palestiniano, Yasser Arafat.

A Autoridade Palestiniana prendeu 110 membros do Hamas e da Jihad

Quase 20 pessoas ficaram feridas. No mesmo dia, novo raide em Jénine, visando desta vez a sede da polícia e os gabinetes de Arafat na cidade.

Na madrugada de anteontem, bulldozeres do exército começaram a destruir a pista do Aeroporto Internacional de Gaza, usado por Arafat nas suas deslocações ao estrangeiro. Inaugurado em 1998, o aeroporto está sob controlo da Autoridade Palestiniana. Horas mais tarde, Israel confirmou ter ocupado as cidades de Nablus, Ramallah e Beitounia, situadas na chamada Zona A, inteiramente controlada pela AP.

Ontem, dois helicópteros israelitas dispararam rockets contra um edifício perto dos escritórios de Arafat em Ramallah

Mas o governo israelita foi mais longe. Ainda na terça-feira declarou oficialmente a Autoridade Palestiniana como «uma organização que apoia o terrorismo» e as milícias *Tazim* do movimento *Al Fatah* e a Força 17 (a guarda presidencial de Arafat) como «grupos terroristas». Uma das possíveis consequências é a transformação destas organizações em alvos militares do Estado Hebreu.

Bloquear processo

Yasser Arafat acusa Ariel Sharon e o governo israelita de

querer bloquear o processo de paz. «Antes desta agressão começar, tínhamos sido bem sucedidos, muitos (membros do Hamas e da Jihad) foram detidos», afirmou o líder palestiniano em declarações à cadeia de televisão CNN.

«Ele (Sharon) está a intensificar as acções militares contra o nosso povo, contra as nossas cidades, contra as nossas instituições», denunciou o presidente da Autoridade Palestiniana, acrescentando que os ataques de Israel e as restrições que está a impor impedem as deslocações do próprio Arafat e a distribuição de ajuda à população.

«Coloque-se na minha posição. Neste cerco completo em que nos encontramos, estamos a ter dificuldades em distribuir comida. Nenhum palestiniano pode sair de casa para ir à escola ou à universidade», explicou.

O primeiro-ministro de Israel prepara-se para intensificar a ofensiva contra a Palestina, chegando a comparar a campanha do seu exército com os ataques dos Estados Unidos ao Afeganistão. «Nós também devemos fazê-lo, com todos os meios ao nosso dispor», especificou.

Sharon considerou Arafat directamente responsável pela situação que se vive na região. «Israel vai perseguir os responsáveis pelo terrorismo: aqueles que o executam e aqueles que assistem vão pagar por isso», afirmou, acrescentando que «Arafat é o principal empecilho à paz e estabilidade no Médio Oriente. Arafat escolheu a via do terror para tentar alcançar ganhos diplomáticos através de assassínios».

9.º Congresso do PC Sírio

Apoio aos palestinianos

Realizou-se, nos passados dias 20, 21, 22 e 23 de Novembro, na cidade de Damasco, o 9.º Congresso do Partido Comunista Sírio, no qual o PCP esteve presente através de Ângelo Alves, membro do Comité Central e da Secção Internacional.

O Congresso do PC Sírio realizou-se numa situação nacional, regional e internacional complexa e difícil. No plano internacional e regional, a discussão foi marcada pela firme condenação da escalada de violência liderada pelos Estados Unidos no Afeganistão e na constatação e chamada de atenção para os perigos emergentes das pressões de vária ordem na região do Médio Oriente por parte dos EUA e seus aliados na zona.

Os comunistas sírios reafirmaram o seu empenhamento na luta contra o imperialismo e o sionismo israelita e o seu apoio

à luta do povo palestiniano e à continuação da *Intifada*.

O Congresso enfatizou a necessidade de um fortalecimento da cooperação entre os partidos comunistas e demais forças progressistas de todo o mundo com especial, atenção ao mundo árabe, na busca de uma resposta às pressões do imperialismo e do sionismo na região do Médio Oriente, pressões essas que representam objectivamente graves ameaças à integridade territorial, soberania, independência e segurança dos povos desta zona do globo.

Também sempre presente na discussão do Congresso esteve a questão da ocupação por parte de Israel dos montes Golã e a defesa da integridade territorial e independência da Síria.

No plano nacional, a discussão centrou-se sobretudo no papel do Partido Comunista

Sírio no quadro da Frente Progressista Nacional (maioritária na Assembleia Nacional suportando o governo sírio), liderada pelo Partido Baas Árabe Socialista e na análise das reformas económicas e políticas em curso ou a realizar pelo executivo sírio.

Segundo os comunistas sírios, tais reformas devem encerrar como objectivo central a melhoria das condições de vida do povo, a resolução do desemprego, o incremento da participação dos cidadãos e partidos políticos na vida nacional e a resolução dos problemas económicos que o país atravessa.

Durante a sua estadia em Damasco, o representante do PCP realizou vários contactos com partidos comunistas e forças progressistas e de libertação nacional da região, entre eles o Comando Nacional do Partido Baas.

O petróleo em nome de Deus

• Domingos Lopes

Em torno da guerra contra o Afeganistão têm estado em cima da mesa com particular acutilância as suas justificações, sendo certo que duas delas relevam: valores e princípios religiosos.

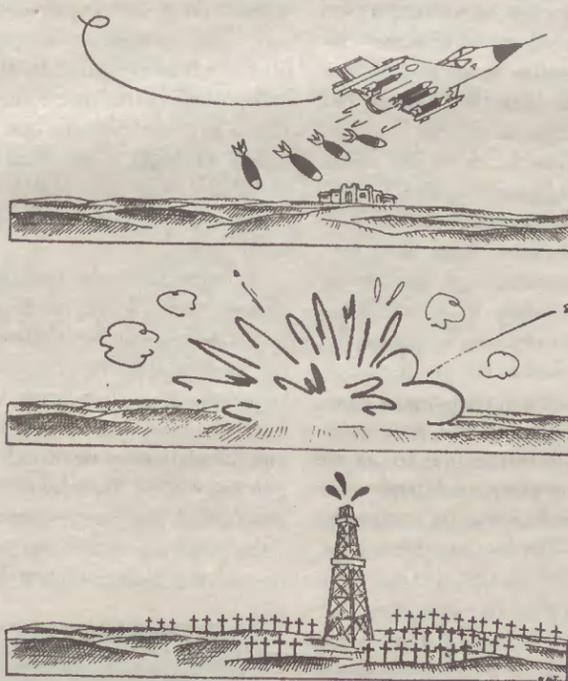
Na opinião de Bush, Tony Blair e C.^a esta é uma guerra de valores da civilização contra a barbárie e o fundamentalismo islâmico. Acontece, porém, que esta guerra é como o pecado original. De um lado os todo-poderosos senhores de todas as armas e do mundo e do outro as criaturas nascidas do seu piscar de olhos, fascistas clericais travestidos de estudantes de teologia. De um lado, os valores de um homem que é o chefe de Estado dos EUA e que usa a mais vulgar linguagem dos

desgraça dos bombardeamentos. É pelo menos de dez milhões o número de refugiados segundo as palavras do secretário de Estado da Cooperação, Luís Amado. Quantos morrerão em nome da vingança dos quase seis mil mortos nas Torres Gémeas e no Pentágono?

Objectivos de guerra

Era à ONU a quem cabia e a quem cabe dirigir o combate contra o terrorismo. Não há quem a possa substituir. Nenhum país, nem grupo de países representa a humanidade. Os EUA representam-se a si próprios e lutam pelos seus próprios interesses e foi um mesmo desses interesses que em tempos idos se ligaram a Ben Laden e

hoje se ligam a regimes obscurantistas e fundamentalistas como o da própria Arábia Saudita ou do Kuwait. Aliás, a Arábia Saudita sempre pretendeu ter Ben Laden no Afeganistão como forma de o controlar face ao seu poderoso arqu-rival, o Irão. Os valores da América nesta guerra têm a ver com dinheiro, petróleo, gás, droga e armas nucleares. Os profetas da guerra, sabendo e conhecendo o vazio dos valores que esta guerra encerra, proclamam, à moda dos cruzados medievais, combater em nome de Deus e da civilização. E mudam os cavalos por aviões, as espadas por bombas, para atingir o



pistoleiros do *Far West* e, do outro, os tais estudantes especialistas em castrar e executar em nome de Deus e do Bem contra o grande Satã.

De um lado, um homem que falando da luta do Bem contra o Mal, do outro o *mullah* Omar anunciando a revelação da destruição da América. De um lado, um homem falando de Deus e lançando sobre um país destruído com uma população famélica brutalidades de bombas, do outro um poder em fuga falando de vinganças terríveis. De um lado, Bush e Blair alimentando a cruzada de à bomba liquidar a Al-Kaeda e Ben Laden, e, do outro, Ben Laden dizendo que arrasará a América em nome do Islão.

Que valores?

Assim se pode concluir que, de ambos os lados, nunca o nome de Deus foi tantas vezes invocado em vão, como afirmou D. José Policarpo ao *Diabo*, de 20.11.01. Como podem invocar valores aqueles que à partida vêm na guerra um valor? É esta guerra uma guerra de valores, do género das guerras de libertação nacional ou de guerras de legítima defesa?

A guerra visa, segundo os seus autores, liquidar o terrorismo. Mas todos sabem que esta não é a forma de o combater, pois ela acirra o terrorismo na medida em que mostra aos deserdados da Terra, aos humilhados, aos pobres do 3.º Mundo toda a brutalidade, toda a destruição de que é capaz os EUA contra um país indefeso e destruído pelos próprios governantes talibãs. A desgraça dos talibãs junta-se agora a

mesmo objectivo, o domínio.

Em nome de Deus querem negócios. Em nome de Deus querem novas encomendas de armas. Em nome de Deus querem pôr o pé numa zona apinhada de conflitos e rodeada de estados com armas nucleares.

Novos vencedores

Os terroristas estão em todo o lado, como se viu no 11 de Setembro, e muitos no Ocidente, onde se puderam movimentar para combater em países que os ocidentais não se importavam. Os terroristas e as suas organizações falam de Deus para impor a mais brutal acumulação de capital e o Ocidente fecha os olhos quando no Paquistão as crianças de quatro e cinco anos cosem as bolas *Adidas*, entre outras. E ainda os fecham quando o ditador Musharraf, saído de um golpe de Estado, para ganhar «credibilidade» resolve colocar o seu país ao serviço da estratégia dos EUA.

É também, por isso, que as notícias que nos chegam dos novos vencedores a todos deixam inquietos. Quem manda no Afeganistão? Os EUA? A Aliança do Norte? O Paquistão? A ONU? E quando é dada a palavra ao povo? Quantos novos terroristas vão substituir os velhos terroristas? Ou não foram quase todos os senhores do Afeganistão soldados na velha escola do terrorismo, em que contra o progresso social tudo é válido?

Os princípios religiosos que são invocados em torno desta guerra são um biombo para impedir que o cheiro a gás e a petróleo seja mais sentido.

● Pedro Tavares

O drama dos esquecidos

«A tolerância crescente em relação às injustiças e às desigualdades, a nível mundial, faz-se acompanhar de uma aceitação também crescente da injustiça e das desigualdades nos nossos países, de que a marginalização e a xenofobia são duas das manifestações principais.»

Sylvie Brunel
in «Os que vão morrer de fome»

Há alguns anos, sigo o percurso de mulheres e homens indocumentados no nosso país. As suas vidas, sacrificadas e silenciadas, são exemplos de uma exclusão social que poderia facilmente acabar. Porém, não há lei que os reconheça nem vontade política para resolver a situação.

Geralmente são africanos ou asiáticos, oriundos de países que enfrentam crises humanitárias, se encontram em guerra civil ou sofrem sistemáticas violações dos direitos humanos. Muitos nunca tiveram identificação ou, por necessidade, fugiram sem ela.

Diga-se que em muitas regiões destes continentes as populações não são registadas e, portanto, a integração dos indivíduos nas sociedades locais não depende da sua documentação, ao contrário do que sucede nos países industrializados.

Quase todos chegaram à Europa, por mar, escondidos entre contentores, arriscando a vida a um ponto inimaginável. Muitos andaram centenas de quilómetros e atravessaram fronteiras até chegarem a um porto, onde pudessem clandestinamente embarcar a um rumo desconhecido. Deixaram para trás o lar, a família ou aquilo que restava dela, sonhando com o dia do reencontro. Procuram a sobrevivência e uma vida que os permita sustentar aqueles que precisam de si. Dos que empreendem esta viagem, bastantes não a terminam. Não aguentam a sua dureza, ou são descobertos pelas tripulações e atirados borda fora, ou entregues às autoridades do primeiro porto, que os recambiam, sob detenção. São verdadeiros heróis os que ultrapassam tais obstáculos e chegam ao seu destino, aí pedindo asilo ou protecção às autoridades.

Pedidos de asilo

Os sobreviventes, imediatamente, pedem asilo, procurando o apoio do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), que em África, Ásia e América Latina goza de grande notoriedade e é responsável pelo auxílio a milhões de refugiados. Esse papel activo contrasta com o desempenhado na Europa ocidental, de funções meramente diplomáticas.

Em Portugal, são mesmo surpreendidos por nem essa representação existir, apesar de na Lei de Asilo 15/98 estar previsto que esta organização, a par do Conselho Português para os Refugiados (CPR), tem importantes poderes consultivos, no processo de asilo.

Maior parte dos pedidos, contudo, são chumbados pelas autoridades por falta de prova da nacionalidade e identidade. O que está em causa não é tanto o conteúdo das alegações dos requerentes, mas a prova documental exigida para a admissão do pedido. O ACNUR e o CPR têm alertado para a necessidade de ser concedido aos requerentes, inexistindo elementos probatórios que fundamentem certas declarações, o benefício da dúvida, sempre que tenham feito um esforço genuíno para substanciar o seu

depoimento. Porém, raramente tal princípio de Direito de Asilo é aplicado.

O primeiro impacto

A chegada a um novo mundo é um embate sem precedentes. O choque cultural e linguístico vai repercutir-se nas relações sociais. A integração no mercado informal é relativamente fácil, embora conflituosa. Trabalho, alojamento, compra e venda de bens de consumo, quase tudo se sucede por canais marginais. Empregador, senhorio e comerciante vêem no indocumentado um lucro, conscientes que a sua sobrevivência depende muito do que lhe oferecerem. O ilegal, compreendendo esta realidade, sente, no entanto, que estes são os únicos a proporcionarem-lhe trabalho e pão.

Os indocumentados contam essencialmente com a ajuda das organizações humanitárias, que se debatem com inúmeras dificuldades na resolução dos seus problemas. Elas fazem, contudo, a ligação ao sistema social, de saúde e judiciário e muitas lutam pela sua legalização. Com o trabalho desenvolvido junto destas pessoas, passam a conhecê-las a ponto de se tornarem peça fundamental num futuro projecto de legalização.

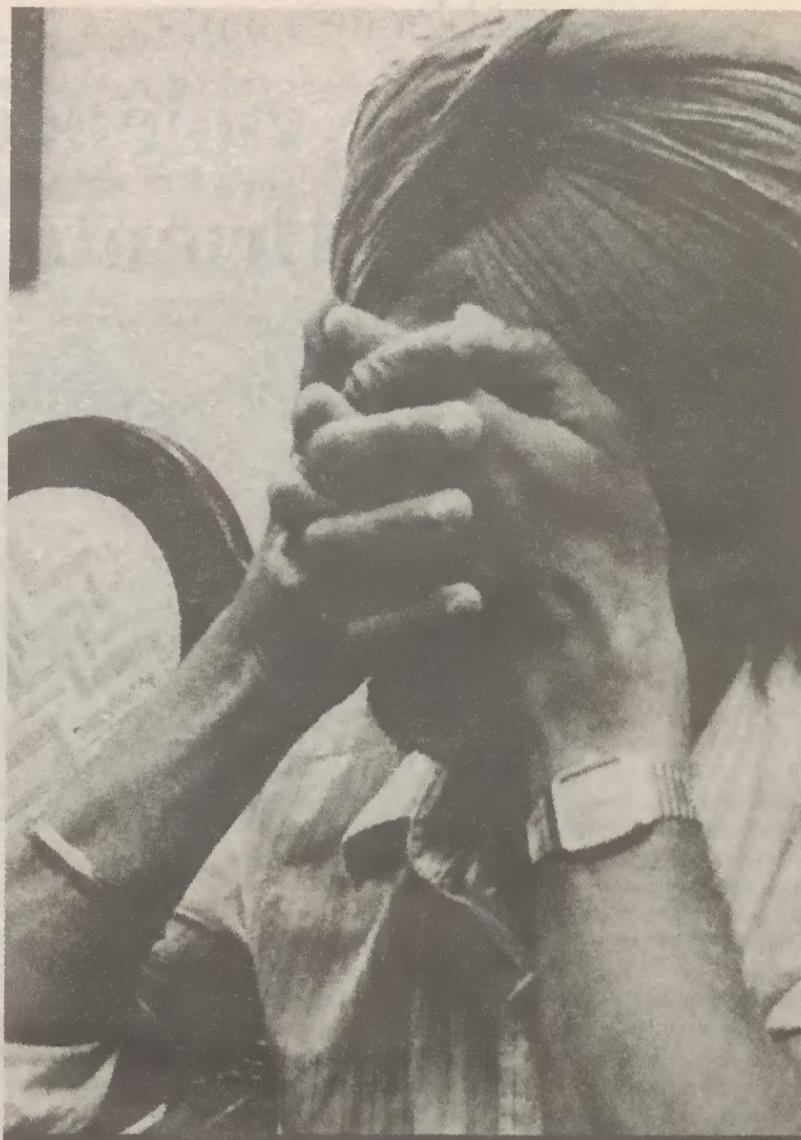
Riscos

Grande parte destes homens e mulheres está há vários anos em Portugal. Trabalham, como tantos outros, em obras públicas, sujeitos a exploração. Devido à Lei de Estrangeiros, actualizada pelo DL 4/2001, que iniciou um novo processo de legalização de mão-de-obra estrangeira documentada, passou a haver um maior controlo por parte do Instituto de Desenvolvimento da Inspeção das Condições de Trabalho (IDICT) nos locais de laboração com eventual presença estrangeira. Tal constituiu o início da total marginalização dos indocumentados, que agora vagueiam à procura de trabalho.

Como ninguém se arrisca a empregá-los, por receio de eventuais sanções, as carências surgem imediatamente. Deixam de poder pagar o aluguer do quarto e de alimentar-se. Ficam reduzidos à busca da satisfação das necessidades mais básicas. Chegados a este ponto, recorrem às organizações humanitárias, únicas portas abertas que encontram. Mas estas, limitadas financeiramente, em pouco podem ajudar. Tudo se encaixinha para que, desesperados e esquecidos, caiam na marginalidade, nos esquemas da droga e da prostituição. Conheço muitos que obstinadamente resistem a tudo isto (e esses são a maioria), mas não condeno os que vacilam. Como os julga, porém, a sociedade?

Conclusões

É urgente uma solução. As autoridades receiam atribuir documentos a quem nunca os teve. Não querem tomar essa responsabilidade, nem abrir prece-



dentos. Mas também não tomam qualquer outra posição em relação aos indocumentados. Preferem ignorar o problema e com isso fechar os olhos ao flagelo social que isso representa. Até num sentido prático e egoístico de defesa dos interesses do Estado, com o novo quadro mundial, apostado na luta ao crime organizado e ao terrorismo, mais que nunca faz sentido que este conheça os cidadãos residentes nas suas fronteiras.

Por outro lado, este problema não afecta só os adultos mas também os menores. Há um contingente de menores desacompanhados que vivem sem qualquer tipo de protecção, ao arripio da legislação em vigor e há, também, os filhos nascidos em território português de muitos destes indocumentados, que estão na mesma situação dos pais, uma

vez que o nosso sistema jurídico não reconhece o *ius soli*, ou seja, não é atribuída automaticamente a cidadania portuguesa a quem nasce em solo nacional, pois a sua nacionalidade está na dependência da dos seus progenitores (*ius sanguini*).

A legalização é uma forma de reconhecê-los como cidadãos de direito, torná-los novamente activos e menos dependentes do apoio social, que nunca é suficiente para as dificuldades que enfrentam. Com esse acto está-se a prevenir a exclusão e a combater a marginalidade.

Julgamos chegado o momento certo para terminar com uma das grandes injustiças do nosso tempo, incompatível com um Estado Social de Direito Democrático.

Segurança Social

• Jerónimo de Sousa

Uma causa Uma luta

O processo e o desfecho que se verificou em sede de concertação social em torno de alguns aspectos da regulamentação da Lei de Bases da Segurança Social revelou que a direita e o capital persistem tenazmente na sua ofensiva, a par de um penoso e ilusório exercício de alguns colonistas que, sacralizando aspectos positivos aí alcançados (logo devem ser valorizados), calam os perigos que ainda decorrem para o sistema.

Num processo em que o Governo praticou um só jogo em dois tabuleiros, perante dois acordos distintos e a súbita demarcação da CIP, eram naturais e legítimas algumas interrogações e dúvidas quanto aos conteúdos, consequências e desenvolvimentos desses acordos.

A demorada e complexa negociação teve, por parte da CGTP, dois parâmetros fundamentais:

1.º Recusa frontal de qualquer entendimento quer tivesse como objectivo a inclusão e regulamentação de um tecto

Entretanto, numa autêntica obra de engenharia negocial, o Governo fez um outro acordo noutra mesa com a CIP (a que juntou «os paus para toda a obra» UGT, CCP e CAP), recolocando o plafonamento na ordem do dia, contra declarações do então ministro do Trabalho e Segurança Social.

Posto que estava «o pé na porta», já que o tal acordo marginal prevê um tecto contributivo de 12 salários mínimos nacionais, embora «no prazo máximo de um ano», o Governo tenha de apresentar a uma comissão uma proposta sustentada num estudo demonstrativo que o plafonamento serve para reforçar a sustentabilidade do sistema, a CIP resolve dobrar a parada junto de Guterres e exigir a baixa da taxa social única, a gestão privada do Fundo de Reserva e a celeridade do plafonamento.

Não se tratou de um «roer de corda» da confederação patronal e muito menos um acto precipitado de auto-exclusão. Trata-se de um habilidoso exercício de negociação em que, garantido o mínimo para abrir uma fenda no princípio da universa-

só não se decidiu pela assinatura de cruz de um acordo que, na forma de cálculo, garante no essencial direitos adquiridos e em formação para as pensões e reformas, como declarou a sua disposição para esclarecer e mobilizar os trabalhadores, visando o combate à ameaça do plafonamento. E lembrou outra coisa importante. O acordo que subscreveu é uma base que potencia a efectivação do que foi adquirido e não o alfa e o ómega de um processo que terá o seu momento decisório na fase legislativa que se vai seguir. De fora ficaram ainda 16 ou 17 matérias por regulamentar, atrasadas por responsabilidade do Governo.

Embora sem valor de lei, este acordo naturalmente influenciará o legislador. Mas com este PS nunca se sabe, na medida que a sua história está cheia de faltas à palavra dada e aos compromissos assumidos, especialmente quando se trata de confrontar o capital.

Este compromisso fixado no acordo subscrito pela CGTP-IN limita-se a garantir que todos os beneficiários com o período de garantia formado (15 anos) podem sempre escolher a melhor das

três pensões, entre as quais a actual e a antiga. Esta mesma possibilidade existe para todos os que se reformarem entre 2002 e o final de 2017. Existe ainda um período de transição que vai até 2017 mas que na prática se pode estender até 2040. A CGTP-IN bateu-se e alcançou o compromisso da melhoria da revalorização dos salários com a consideração da inflação e de uma parte do aumento dos salários descontados para a Segurança Social. A taxa de formação anual da pensão foi melhorada para os beneficiários com 20 e mais anos de contribui-

ções com benefícios para quem tem os salários mais baixos.

Sobra uma questão. É sabida a manipulação que alguns fazem da carreira contributiva concentrando descontos significativos tão-só na fase final da carreira. Se não há dúvidas quanto à necessidade de moralizar estas situações, podem no entanto alguns trabalhadores sofrer por tabela os efeitos desta medida. Numa questão em que se exige a fiscalização e o combate à fraude, não era descabida, em sede de legislação, uma cláusula de garantia que salvaguardasse expectativas legítimas no plano dos direitos em formação.

Rabo escondido com gato de fora

Surpreendentemente, a direita, pela voz do PSD, escondendo mal o que de verdadeiro lhe vai na alma sobre a visão privatizadora e mercantilista que tem do sistema de Segurança Social, atira-se à forma de cálculo vertida no acordo.

A hipocrisia tem limites! No princípio da década de 90, durante o consulado cavaquista (com Durão Barroso no cargo de ministro) foi aplicado o maior golpe até hoje verificado na Segurança Social contra os trabalhadores e, em particular, contra as mulheres trabalhadoras: a forma de cálculo passou dos melhores 5 anos dos últimos 10 para os melhores 10 dos últimos 15; a taxa social única baixou de 23% para 22,75% (que deu ganhos de milhões ao patronato); a taxa de formação foi diminuída para 2%; a idade de reforma das mulheres passou dos 62 para os 65 anos; foram criados dois regimes diferentes na Administração Pública entre os que entraram antes e depois de 1993.

O PSD não tem nem moral nem razão quando se atira a um compromisso feito em sede de concertação social sobre a forma de cálculo. Mas está mais perto da verdade quando defende a privatização da Caixa Geral de Depósitos para «investir» na Segurança Social que por sua vez seria, segundo a sua proposta, privatizada na área dos fundos de reserva, nesse bolo imenso de muitas centenas de milhões de contos, a ser colocado nas mãos dos mercados financeiros.

Está mais próximo da verdade quando defende o plafonamento, que numa primeira fase seria instrumento para facilitar a gestão privada dos fundos e, mais à frente, seria medida estruturante para transformar a Segurança Social pública, universal e solidária, numa Segurança Social assistencialista com fins caritativos.

Esclarecer, mobilizar e lutar

É disto que se trata! Vai o PS, que ao longo da sua história recente já abriu fendas na legislação laboral quando criou o regime dos contratos a prazo; quando alterou a Constituição e promoveu leis que abriram as primeiras fendas para a destruição da Reforma Agrária do Sector Público Empresarial; quando abriu a fenda no Serviço Nacional de Saúde universal e gratuito, substituindo-o por «tendencialmente» gratuito; abrir agora a fenda para a direita socavar no sistema de Segurança Social?

Deu esse sinal no acordo que estabeleceu com a CIP e contra a CGTP-IN. Sinal que alguns colonistas de fresca data não viram, não leram nem querem saber. Apressados em transformar um simples acordo no «leite e no mel» da Lei de Bases da Segurança Social, esqueceram-se que a fase decisiva de regulamentação residirá na feitura das leis, que matérias tão sensíveis como o financiamento, a fiscalização, a participação, estão com grandes atrasos na sua regulamentação e, pior que isso, «assobiaram para o ar» perante o perigo do plafonamento que pode comprometer irremediavelmente os conteúdos positivos do acordo alcançado em matéria de forma de cálculo. Fossem os trabalhadores nesta conversa e não ganhariam a energia necessária para travar os combates que aí vêm.

Combates que precisam do PCP, das suas propostas, da sua intervenção política e legislativa, do seu estímulo e dos seus alertas aos trabalhadores para um processo que começou na aprovação da Lei de Bases da Segurança Social, que teve um momento na concertação social, mas que vai ter outras batalhas mais importantes e mais duras no tempo que aí vem.



contributivo – o denominado plafonamento.

2.º Concretizar o princípio da garantia dos direitos adquiridos e em formação dos trabalhadores, conforme a norma consagrada na Lei de Bases.

Perante uma má proposta inicial do Governo, tanto em relação à inclusão do plafonamento como mesmo em relação à forma de cálculo, a CGTP-IN, sustentada nas suas posições de princípio, aprovadas em Plenário Nacional de Sindicatos, acabou por subscrever um acordo expurgado do plafonamento e com melhorias significativas na forma do cálculo por resultado da sua persistência e das suas propostas.

lidade e solidariedade do sistema de Segurança Social pela via do plafonamento, fica em condições de no futuro manter a pressão sobre o Governo e a Assembleia da República, credibilizando mais as propostas retrógradas da direita.

Sentido da medida

Não terá a CGTP-IN entendido o objectivo táctico e estratégico do capital e o refinado método de negociação do Governo?

A resolução do seu Conselho Nacional demonstra que num quadro apertado não

Viva o mercado!

• Maria Eduarda Castro

Tanta mistificação, tanto abuso na distorção de conceitos à custa da ignorância e da falta de informação, ambas fomentadas pelo sistema, já doem. Haverá alguém que possa ser contra o mercado? Com o dinheiro como intermediário ou por troca directa, o mercado é essencial para a sobrevivência. Fazem-se, por vezes, com base em museus ou escolas, reconstituições de feiras medievais. As feiras eram, são ainda, lugares de convivialidade, aferição de valores, de necessidades. E há os mercados. Caracterizados pela venda essencial de produtos alimentares, existem em todas as localidades. É claro, sabe-se que a miséria existia na Idade Média em índices assustadores e que pobres, mendigos e vagabundos, oriundos das classes mais desfavorecidas, deambulavam pelas feiras e mercados em busca das migalhas.

E o que é que está à vista neste início do terceiro milénio, a par da enorme evolução tecnológica e das grandes conquistas da humanidade nos campos da salubridade e da saúde, do conhecimento e da investigação?

Será uma correspondente evolução positiva da caminhada humana no sentido da qualidade de vida como seria de esperar se a humanidade fosse digna desse nome?

Que estranhas malformações nos permitem viver com uma distorção a que deram o nome de economia de mercado e que justifica, supranacionalmente, os incentivos à construção e à destruição através de guerras e terrorismos que ninguém entende, os incentivos às culturas e à destruição das mesmas, a par do exercício social institucionalizado da «caridadezinha» (bancos alimentares) por cima da dignidade humana e da justiça expressa na Declaração dos Direitos Humanos, já com mais de meio século de existência e logo no seu artigo primeiro, caridadezinha que, como sempre aconteceu, não resolve nada mas adormece consciências? O mercado não tem qualquer responsabilidade nisto. Mercado são as reais necessidades das pessoas no sentido do seu bem-estar e felicidade. Para obter este bem-estar, os seres humanos, natural e essencialmente sociáveis, procurarão satisfazer as suas necessidades. Ora se consigo entender que se se tem uma casa para habitar se procure o maior conforto e bom gosto nesse espaço e, a seguir se procure outro espaço para passar tempos livres, se entendo que se precise de um automóvel para se deslocar numa sociedade cada vez mais desenvolvida, não consigo entender que se acumulem casas, automóveis e bens absolutamente sumptuários e se coabite tranquilamente com a miséria sem se colocar a si próprio a questão sobre o que pode estar na origem de uma situação como a que hoje se vive, hoje que o mundo já poderia ser bem diferente e melhor, e procurar, consequentemente, enfrentar um mundo doente de distorção que já afecta dramaticamente o ambiente, procurando as causas no sentido de combater os efeitos.

Este texto visa reabilitar o mercado, as efectivas necessidades humanas de que o convívio, o afecto, a cultura não podem ser distanciados, contra a maquiavélica invenção de uma suposta economia de mercado assente essencialmente no mercado de capitais e jogos financeiros que estão a destruir cancerosamente a humanidade.

Rejeição unânime

• Miguel Urbano Rodrigues

do ALCA no encontro de Havana

De 13 a 16 de Novembro, em Havana, 800 delegados de 34 países – representando movimentos sociais, organizações sindicais, camponesas, estudantis, religiosas e de indígenas, bem como parlamentares, intelectuais, e grupos de defesa dos direitos humanos – reuniram-se num Encontro Hemisférico de Luta contra a chamada Área de Livre Comércio das Américas (ALCA).

A Declaração final, aprovada por aclamação após quatro dias de debates, tornou transparente a unanimidade do repúdio a um projecto imperial definido como recolonizador e ameaça à soberania dos povos da América Latina e do Caribe.

O Plano de Acção integrado no Consenso de Havana sintetiza em 13 pontos a determinação de mobilizar os povos do Hemisfério para o combate permanente e eficaz contra o ALCA.

Fidel Castro, ao encerrar o Encontro numa atmosfera de entusiasmo e confiança, expressou bem o seu significado ao sublinhar que raras vezes em iniciativas similares o debate colectivo de grandes problemas do Continente atingiu tamanha profundidade, com intervenções de uma riqueza e seriedade incomuns.

O cubano Osvaldo Martinez, director do Centro de Investigações da Economia Mundial, procedeu, logo na abertura, a uma desmontagem dos mecanismos de um ambicioso plano estratégico dos EUA que, a concretizar-se, faria da América Latina uma gigantesca colónia de novo tipo, totalmente colocada ao serviço dos interesses das transnacionais norte-americanas.

Uma massa impressionante de informações muito diversificadas foi apresentada no Plenário, em mais de uma centena de intervenções, nas quais a análise histórica, sociológica e económica foi o complemento do discurso político que visa a consciencializar os povos da tremenda ameaça configurada pelo ALCA e da necessidade de criar condições para um combate eficaz ao projecto concebido em Washington.

A agressividade crescente dos EUA na área dos países do chamado *triângulo radical* – Equador (massas indígenas), Colômbia (guerrilhas) e Venezuela (desafio bolivariano de Chavez) – é, aliás, esclarecedora do temor de que a resistência desses povos destrua o mito da hegemonia perpétua e invencível do império norte-americano.

Gradualmente ao longo dessa maratona anti-ALCA foi adquirindo nitidez o quadro do catástrofe económica e social que resultaria da imposição da vontade dos EUA aos povos da América Latina, com a cumplicidade da quase totalidade de governos submissos.

Foi posta ênfase, para iluminar aspectos da estratégia de dominação planetária de Washington, nos objectivos e no funcionamento da Organização Mundial do Comércio (OMC), hegemonizada pelos EUA. Segundo Fidel, a OMC como instrumento da imposição das devastadoras políticas neoliberais ao conjunto dos países subdesenvolvidos, permite avaliar o que seria o ALCA, como colónia de novo tipo do gigante do Norte.

Foro de Porto Alegre

O brasileiro Emir Sader, numa intervenção importante, alertou o plenário para o significado que assume no actual contexto de crise o próximo Fórum Social Mundial a realizar-se em Porto Alegre de 31 de Janeiro a 5 de Fevereiro. No momento em que a ameaça de um neofascismo está presente nas restrições às liberdades impostas nos países desenvolvidos, sobretudo nos EUA, a luta pelo progresso e pela democracia torna-se mais difícil pelo aumento da repressão e pela tendência a identificar como terroristas potenciais quantos protestam contra a globalização neoliberal e proclamam a necessidade de uma alternativa ao sistema de poder que encaminha a humanidade para o abismo. Nesse sentido, o Foro de Porto Alegre assume um significado particular. Emir Sader convidou, aliás, Fidel Castro a estar presente e intervir ali como convidado



especial do governador do estado do Rio Grande do Sul.

Outro brasileiro, João Pedro Stédile, dirigente do Movimento dos Sem Terra, fez um apelo vibrante a iniciativas capazes de mobili-

zar para a acção os povos do Continente e defendeu a ideia de um plebiscito – como canal de intervenção – que possa expressar o repúdio dos povos ao ALCA.

O plano de acção

O Plano de Acção incluído na Declaração Final contém 13 pontos. O texto expressa o consenso possível numa reunião em que os participantes tinham como denominador comum o repúdio ao ALCA, mas deixa naturalmente transparecer mundividades diferentes pela multiplicidade das opções ideológicas e das origens sociais e formações culturais dos participantes.

Entre as iniciativas imediatas a serem levadas adiante figuram as seguintes:

- Mobilizar os povos, organizações e movimentos sociais nos momentos em que se efectuam as reuniões dos grupos de negociação. Nesse sentido estão previstas grandes manifestações de protesto em Quito e Buenos Aires, quando ali se reunirem os presidentes para discutir a agenda e o calendário da ALCA.
- Preparar o processo de consultas populares e o plebiscito sobre o ALCA como forma de consciencializar e mobilizar os povos e pressionar os governos.
- Promover jornadas de luta contra o ALCA, continentais, regionais, nacionais e sectoriais.
- Denunciar e condenar os enormes perigos de uma antecipação dos prazos para implantação do ALCA, adiada para 2005 por oposição do Brasil e da Venezuela à data de 2003, defendida pelos EUA.
- Apoiar o trabalho para alargamento das redes sectoriais da Aliança Social Continental como um elemento básico para aplicação do Plano de Acção aprovado.
- Participar activamente na preparação do Segundo Foro Social Mundial, em Porto Alegre.
- Realizar o I Encontro Hemisférico de Luta contra o ALCA e divulgar amplamente as resoluções adoptadas no primeiro Encontro.

★★★

A intervenção de Fidel no final confirmou, pelo ambiente que a envolveu, que, na América Latina, as forças progressistas – muito bem representadas no plenário – se mobilizam para organizar a luta dos movimentos sociais em defesa da sua soberania e identidade cultural e dos seus recursos naturais e do direito a construir o próprio futuro. Não obstante as políticas neoliberais de cariz repressivo aplicadas por Washington, a combatividade dos povos aumenta em todo o continente.

Ciência & Tecnologia

• Francisco Silva

Em 2001, comemorou-se o quadragésimo aniversário da primeira expedição de um homem - Iuri Gagarine -, ao espaço exterior à Terra, para além da atmosfera, a bordo da Vostok1. Quatro anos antes, a 4 de Outubro 1957, tinha sido a vez da União Soviética colocar em órbita à volta da Terra o primeiro satélite artificial - o Sputnik1.

A precedência da União Soviética relativamente aos EUA na empresa da exploração espacial, mesmo que por um período curto do ponto de vista histórico, dá que pensar! A União Soviética, que acabou por desmoronar-se, bem como o seu regime socialista, no início da década de 1990. A União Soviética que tinha sido criada como o primeiro Estado Operário e Camponês do Mundo. A União Soviética, herdeira de um país atrasado, de um país que saiu muito enfraquecido da Primeira Guerra Mundial. A mesma União Soviética que, quase logo de seguida, teve que enfrentar uma guerra civil apoiada pelas maiores potências do Mundo. A União Soviética, ainda, que, nas suas frentes oeste e leste, aguentou e derrotou, na Segunda Guerra Mundial, as potências do Eixo, antes de tudo a força militar da Alemanha nazi que não esteve longe de chegar a



O «enigma» da astronáutica soviética

Moscovo. A União Soviética que não só viu devastada grande parte da sua área europeia, inclusivamente a própria localidade onde Iuri Gagarine, então uma criança, vivia, como sofreu a perda de 22 milhões de pessoas.

Uma União Soviética que, ao contrário dos EUA, não beneficiou do ponto de vista científico e tecnológico da derrota de uma Alemanha que tinha desenvolvido muito trabalho e avançado significativamente na área dos foguetões.

Foguetões que, incarnados em mísseis, foram utilizados com grande largueza pelos nazis em operações de represália - armas de represálias, chamou-lhes Joseph Goebbels - contra alvos indiscriminados. Pois, mais que não fosse, os dirigentes nazis ainda não podiam reclamar uma «precisão cirúrgica» para estas armas, nem, de facto, se preocuparam, antes pelo contrário, com os seus indesejáveis «efeitos colaterais».

O mito

Tal é afirmado e descrito por Michel Rival no seu livro «Os aprendizes de feiticeiro» (1) ao traçar a trajectória de Wernher von Braun, conhecido e incensado pelos *media* como o pai da astronáutica alemã - no período que terminou no final da Segunda Guerra Mundial - e dos EUA, no período que se lhe seguiu. Com efeito: «Em matéria de investigadores qualificados, os norte-americanos tiveram apenas, por seu lado, a dificuldade da escolha. Acabaram por escolher 127 especialistas [do seu grupo de 400], com von Braun na primeira fila e propuseram-lhes um contrato de trabalho de um ano por conta do exército norte-americano.» Mais: os arquivos completos de Peenemünde, localidade onde os trabalhos tinham sido desenvolvidos, contendo «desenhos, exposições científicas, relatórios de voos e de ensaios, de estudos supersónicos em túnel aerodinâmico [...], foram capturados a 21 de Maio de 1945 pelos

norte-americanos, perto da aldeia de Dörten, e logo remetidos para os EUA.

Os soviéticos, escreve Michel Rival, «por seu lado, entraram em Peenemünde em Maio de 1945, mas apenas encontraram os poucos técnicos que ali se haviam mantido voluntariamente. Embora tivessem encontrado várias centenas de V-2 (2) em diversos locais de armazenagem dispersos pela Alemanha, a sua presa foi muito pobre. Só um engenheiro importante (Helmut Gröttrup) se rendeu voluntariamente aos soviéticos; estes capturaram (...) umas 3500 pessoas (empregados subalternos de Peenemünde e suas famílias. Gröttrup e cerca de 200 técnicos alemães foram, por fim, evacuados para a União Soviética em Outubro de 1946».

São extensas mas ilustrativas citações. E não julguem que a tonalidade do livro é a de um partidário soviético, o que dá mais valor a afirmações que fazem cair por terra o mito de que os soviéticos fizeram o que fizeram à custa da massa cinzenta alemã. Por exemplo, Michel Rival escreve no livro a propósito do lançamento do Sputnik1: «um acontecimento que espantara e inquietara o mundo» - a parte soviética, e dos seus apoiantes, parece não fazer parte do mundo, para Michel Rival!

Com efeito, o programa aeroespacial foi estabelecido na União Soviética logo na década de 20, inspirado por Konstantin Tsiolkovski, e logrou êxitos imensos, sem necessitar de utilizar os imensos recursos, quer científicos e tecnológicos, quer financeiros, das grandes potências capitalistas. Foi obra!

(1) O lançamento de uma versão portuguesa deste livro (Prémio Roberval em 1996) está previsto para o primeiro semestre de 2002.

(2) Bombas «voadoras» que foram lançadas no fim da segunda guerra mundial sobre Londres e muitas outras cidades inglesas e europeias, «inaugurando sinistramente a era espacial».

Pontos Naturais

• Mário Castrim

Operário

A arte de abrir
na parede
uma janela
já conforta.

Embora
ao vir
da sede
melhor fora
em vez de
abrirmos uma porta.

O poeta pedreiro e marceneiro
é o poeta inteiro.

Autocrítica

Deixaram para o pobre o pesadelo.
Nada mais tem
alguns, nem
um apelo.

Ah, sorte suprema
então
este poema
ser a manteiga de barrar o pão!

(A imagem é um bocado amanteigada
pobre poeta, sorte danada!)

Cristo

Disseste: a felicidade
não é deste mundo.
O grito de revolta.

Basta olhar em volta
para darmos fé
de que, de facto, não é
tantos são os lobos a sair das tocas.

Vamos por isso fazer outro. Topas?

Actual

despedida
o Natal quase já

a boneca prometida
continuará
na montra, a ver
o vaivém
da rua, a estender
os braços para a mãe
que traz em si

ai

a ginástica que vai
ser preciso fazer
para não vir por ali

Vigília

Enquanto os homens não forem deuses
a poesia não vai cruzar os braços
nem investir no fabrico de nuvens
nem ser mais um ingénuo cometa no céu
enquanto os homens não forem deuses.

Enquanto os homens não forem deuses
a poesia há-de ferir os pés nas pedras
descer às minas
e usar nas suas fundas os diamantes
enquanto os homens não forem deuses.

Enquanto os homens não forem deuses
a poesia não vai dormir
nem alugar um castelo na Escócia
nem dedilhar fios de luar
enquanto os homens não forem deuses.

E quando os homens forem deuses, a poesia
«não pensem que vou acreditá-los», diz ela.

Cartoon

• Monginho

ANTÓNIO GUTERRES
ANDA CHOCADO,
EMBARAÇADO,
INJUSTIÇADO,
VITIMIZADO, ... ANDA...

... ANDA FINALMENTE
A SENTIR O EFEITO
DE ESTAR A CONTRATO
A TERMO CERTO!!!



Religiões

• Jorge Messias

Até mesmo uma simples comparação entre o que acontecia na Europa e na Igreja, em 1946, e o que acontece na Europa e na Igreja, em 2001, revela patentes afinidades. Em 1946, a hierarquia católica desenvolvia esforços desesperados para pisar terrenos mais firmes. A Igreja tinha feito uma aposta perdida nos estados do Eixo fascista e na sua Nova Ordem. Celebrara concordatas com os ditadores, encheira de ouro os cofres dos seus bancos e estava empenhada em promover a fuga dos criminosos de guerra nazis. Mas os tempos iam negros de preocupações: queda de prestígio junto das massas, incapacidade para prolongar o colonialismo na sua forma clássica, desemprego, fome e destruição por todo o mundo. E até os cardeais começaram a descrever daquela igreja.

Em 2001, os quadros dominantes diferem na forma, necessariamente, mas menos talvez no conteúdo. Os car-

Paz, concórdia e tolerância

Na actualidade, cerca de dez anos após a destruição dos sistemas socialistas do Leste europeu, a Igreja mantém e reforça as suas organizações anticomunistas. Que significado e que importância vital terão, portanto, para o Vaticano, políticas deste tipo? Os comunistas de 1946, empenhados na luta pela transformação da sociedade portuguesa num quadro de liberdades, direitos e garantias, já referiam este aspecto da obsessão anticomunista das hierarquias religiosas. «Só quem queira fechar os olhos à realidade pode ver na presente situação portuguesa a perspectiva de uma revolução comunista. O Partido Comunista luta para que seja dada voz ao nosso povo e para que ele escolha livremente o seu destino. Não é a revolução comunista que os fascistas temem e contrariam, mas sim a instauração de uma ordem democrática. Simplesmente, à democracia chamam comunismo, com a ideia de criarem fantasmas para assustar as almas ingénuas e justificar medidas de terror.»

Este duplo princípio – tolerância e unidade – está sempre presente nas conclusões do IV Congresso. Os camaradas da direcção de então declaram explicitamente: «Somos nós (comunistas) que erguemos o estandarte

O Partido Comunista, os Católicos e a Igreja (3) Reflexões sobre um texto menos recordado



deais continuam fundamentalistas e angustiados quanto ao futuro. Fizeram pactos de sangue com o capitalismo e vêem-se a braços com uma crise que não sabem como ultrapassar. O afastamento popular da Igreja é abismal. As massas distanciam-se do Vaticano pelas mais diferentes razões: porque perderam a fé na Igreja, porque se converteram ao consumismo para onde a nova Igreja os empurrou, porque são em caudal os escândalos eclesiásticos, porque o racionalismo contemporâneo faz parte do pensamento comum e afasta os homens da religião, porque o unanimismo católico se fragmenta num número crescente de seitas. Até os cardeais descrevem desta Igreja.

uma acção política dominante... Excomunga os seus adversários ideológicos, procura cortar-lhes a possibilidade de ganharem o pão, tenta nos discursos dos templos e na imprensa, isolar e condenar a uma vida de miséria os que não aceitam a autoridade do clero. Em relação aos democratas de hoje, o clero reaccionário segue a máxima de S. Tomás em relação aos heréticos: não só se pode excomungá-los como matá-los... Quando eu sou o mais fraco, peço-vos a liberdade, porque esse é o vosso ideal; mas quando sou o mais forte, tiro-vos a liberdade, porque este é o meu ideal.»

Não se pode exigir maior transparência.

da tolerância, da concórdia e da unidade... Porque se opõem a esta concórdia e unidade os altos dignitários da Igreja, os sacerdotes fascistas e a imprensa católica? Por que afirma o Cardeal que “tudo separa o comunista do cristão”? Porquê esta oposição à unidade dos católicos com os portugueses democratas e progressistas? No documento declara-se sem meias palavras: «A pregação da tolerância só a faz a Igreja católica naqueles países onde uma efectiva separação entre o Estado e a Igreja não lhe permite regalias em prejuízo do povo e

Palavras Cruzadas

HORIZONTAIS: 1 – Coloração da face; antigo sacerdote de Gália e da Britânia; red. de maior. 2 – A parte mais alta do telhado; molusco marítimo cefalópode, de tentáculos retrácteis. 3 – Assembleia literária ou recreativa; nome de uma planta labiada, vivaz com base lenhosa; dar à luz filhos. 4 – Nome vulgar de um insecto ortóptero, semelhante ao grilo; quarto interior de dormir. 5 – Inflamação nas articulações; reduzir a fio (os filamentos ou fibras têxteis). 6 – Elemento de formação de palavras, de origem grega, que exprime a ideia de novo; dar sanção a. 7 – Nome de letra I (pl.); poeira; a tua pessoa; moliibdénio (s.q.). 8 – Diz-se do médico que cura pela homeopatia; estrela. 8 – Porco (pop.); qualidade do que é largo. 10 – Fita estreita de algodão, linho, etc.; discursar. 11 – Junção; anuência; magrizela (fam.). 12 – Pecíolo carnudo de algumas plantas; nota escolar que não atinge metade do valor da nota máxima que se pode atribuir. 13 – Declamo; combro; espécie de sapo da região do Amazonas.

VERTICAIS: 1 – Falta de crânio (total ou parcial); meneio de cabeça em sinal de aprovação ou consentimento. 2 – Deuses protectores do lar e da família, entre os antigos Romanos; roubar (gr.). 3 – Escondido; armazém em forma de torre para substâncias sólidas. 4 – Vermelhidão local; porta grande. 5 – A mim; que é formado de partes semelhantes. 6 – Prep. que designa diferentes relações, como posse, matéria, lugar, providência, etc.; Base aérea portuguesa; repercussão; contr. da prep. em com o art. def. o. 7 – Monarca; náusea; prep. designativa de falta, exclusão, ausência, condição, excepção. 8 – Grito prolongado e lamentoso do cão; amuleto. 9 – Cólera; desfecho; grande massa e extensão de água salgada. 10 – Contr. da prep. de com o art. def. a; escudeiro; semelhante; interj. utilizada para chamar ou afastar animais. 11 – Cultivar; terceira nota da escala musical. 12 – Escorpião; leito de corrente, fundo e estreito (pop.). 13 – Parede; maltratar com pancada. 14 – Azeitona; residir. 15 – Pouco espessa; grudaram.

HORIZONTAIS: 1 – Corridor; 2 – Camareira; 3 – Clube; 4 – Rato; 5 – Alcega; 6 – Neot; 7 – Ite; 8 – Homem-pau; 9 – Rector; 10 – Nastro; 11 – Urtiga; 12 – Talo; 13 – Oco; 14 – Oco; 15 – Rato; 16 – Lactar; 17 – Muro; 18 – Muro; 19 – Muro; 20 – Muro; 21 – Muro; 22 – Muro; 23 – Muro; 24 – Muro; 25 – Muro; 26 – Muro; 27 – Muro; 28 – Muro; 29 – Muro; 30 – Muro; 31 – Muro; 32 – Muro; 33 – Muro; 34 – Muro; 35 – Muro; 36 – Muro; 37 – Muro; 38 – Muro; 39 – Muro; 40 – Muro; 41 – Muro; 42 – Muro; 43 – Muro; 44 – Muro; 45 – Muro; 46 – Muro; 47 – Muro; 48 – Muro; 49 – Muro; 50 – Muro; 51 – Muro; 52 – Muro; 53 – Muro; 54 – Muro; 55 – Muro; 56 – Muro; 57 – Muro; 58 – Muro; 59 – Muro; 60 – Muro; 61 – Muro; 62 – Muro; 63 – Muro; 64 – Muro; 65 – Muro; 66 – Muro; 67 – Muro; 68 – Muro; 69 – Muro; 70 – Muro; 71 – Muro; 72 – Muro; 73 – Muro; 74 – Muro; 75 – Muro; 76 – Muro; 77 – Muro; 78 – Muro; 79 – Muro; 80 – Muro; 81 – Muro; 82 – Muro; 83 – Muro; 84 – Muro; 85 – Muro; 86 – Muro; 87 – Muro; 88 – Muro; 89 – Muro; 90 – Muro; 91 – Muro; 92 – Muro; 93 – Muro; 94 – Muro; 95 – Muro; 96 – Muro; 97 – Muro; 98 – Muro; 99 – Muro; 100 – Muro; 101 – Muro; 102 – Muro; 103 – Muro; 104 – Muro; 105 – Muro; 106 – Muro; 107 – Muro; 108 – Muro; 109 – Muro; 110 – Muro; 111 – Muro; 112 – Muro; 113 – Muro; 114 – Muro; 115 – Muro; 116 – Muro; 117 – Muro; 118 – Muro; 119 – Muro; 120 – Muro; 121 – Muro; 122 – Muro; 123 – Muro; 124 – Muro; 125 – Muro; 126 – Muro; 127 – Muro; 128 – Muro; 129 – Muro; 130 – Muro; 131 – Muro; 132 – Muro; 133 – Muro; 134 – Muro; 135 – Muro; 136 – Muro; 137 – Muro; 138 – Muro; 139 – Muro; 140 – Muro; 141 – Muro; 142 – Muro; 143 – Muro; 144 – Muro; 145 – Muro; 146 – Muro; 147 – Muro; 148 – Muro; 149 – Muro; 150 – Muro; 151 – Muro; 152 – Muro; 153 – Muro; 154 – Muro; 155 – Muro; 156 – Muro; 157 – Muro; 158 – Muro; 159 – Muro; 160 – Muro; 161 – Muro; 162 – Muro; 163 – Muro; 164 – Muro; 165 – Muro; 166 – Muro; 167 – Muro; 168 – Muro; 169 – Muro; 170 – Muro; 171 – Muro; 172 – Muro; 173 – Muro; 174 – Muro; 175 – Muro; 176 – Muro; 177 – Muro; 178 – Muro; 179 – Muro; 180 – Muro; 181 – Muro; 182 – Muro; 183 – Muro; 184 – Muro; 185 – Muro; 186 – Muro; 187 – Muro; 188 – Muro; 189 – Muro; 190 – Muro; 191 – Muro; 192 – Muro; 193 – Muro; 194 – Muro; 195 – Muro; 196 – Muro; 197 – Muro; 198 – Muro; 199 – Muro; 200 – Muro; 201 – Muro; 202 – Muro; 203 – Muro; 204 – Muro; 205 – Muro; 206 – Muro; 207 – Muro; 208 – Muro; 209 – Muro; 210 – Muro; 211 – Muro; 212 – Muro; 213 – Muro; 214 – Muro; 215 – Muro; 216 – Muro; 217 – Muro; 218 – Muro; 219 – Muro; 220 – Muro; 221 – Muro; 222 – Muro; 223 – Muro; 224 – Muro; 225 – Muro; 226 – Muro; 227 – Muro; 228 – Muro; 229 – Muro; 230 – Muro; 231 – Muro; 232 – Muro; 233 – Muro; 234 – Muro; 235 – Muro; 236 – Muro; 237 – Muro; 238 – Muro; 239 – Muro; 240 – Muro; 241 – Muro; 242 – Muro; 243 – Muro; 244 – Muro; 245 – Muro; 246 – Muro; 247 – Muro; 248 – Muro; 249 – Muro; 250 – Muro; 251 – Muro; 252 – Muro; 253 – Muro; 254 – Muro; 255 – Muro; 256 – Muro; 257 – Muro; 258 – Muro; 259 – Muro; 260 – Muro; 261 – Muro; 262 – Muro; 263 – Muro; 264 – Muro; 265 – Muro; 266 – Muro; 267 – Muro; 268 – Muro; 269 – Muro; 270 – Muro; 271 – Muro; 272 – Muro; 273 – Muro; 274 – Muro; 275 – Muro; 276 – Muro; 277 – Muro; 278 – Muro; 279 – Muro; 280 – Muro; 281 – Muro; 282 – Muro; 283 – Muro; 284 – Muro; 285 – Muro; 286 – Muro; 287 – Muro; 288 – Muro; 289 – Muro; 290 – Muro; 291 – Muro; 292 – Muro; 293 – Muro; 294 – Muro; 295 – Muro; 296 – Muro; 297 – Muro; 298 – Muro; 299 – Muro; 300 – Muro; 301 – Muro; 302 – Muro; 303 – Muro; 304 – Muro; 305 – Muro; 306 – Muro; 307 – Muro; 308 – Muro; 309 – Muro; 310 – Muro; 311 – Muro; 312 – Muro; 313 – Muro; 314 – Muro; 315 – Muro; 316 – Muro; 317 – Muro; 318 – Muro; 319 – Muro; 320 – Muro; 321 – Muro; 322 – Muro; 323 – Muro; 324 – Muro; 325 – Muro; 326 – Muro; 327 – Muro; 328 – Muro; 329 – Muro; 330 – Muro; 331 – Muro; 332 – Muro; 333 – Muro; 334 – Muro; 335 – Muro; 336 – Muro; 337 – Muro; 338 – Muro; 339 – Muro; 340 – Muro; 341 – Muro; 342 – Muro; 343 – Muro; 344 – Muro; 345 – Muro; 346 – Muro; 347 – Muro; 348 – Muro; 349 – Muro; 350 – Muro; 351 – Muro; 352 – Muro; 353 – Muro; 354 – Muro; 355 – Muro; 356 – Muro; 357 – Muro; 358 – Muro; 359 – Muro; 360 – Muro; 361 – Muro; 362 – Muro; 363 – Muro; 364 – Muro; 365 – Muro; 366 – Muro; 367 – Muro; 368 – Muro; 369 – Muro; 370 – Muro; 371 – Muro; 372 – Muro; 373 – Muro; 374 – Muro; 375 – Muro; 376 – Muro; 377 – Muro; 378 – Muro; 379 – Muro; 380 – Muro; 381 – Muro; 382 – Muro; 383 – Muro; 384 – Muro; 385 – Muro; 386 – Muro; 387 – Muro; 388 – Muro; 389 – Muro; 390 – Muro; 391 – Muro; 392 – Muro; 393 – Muro; 394 – Muro; 395 – Muro; 396 – Muro; 397 – Muro; 398 – Muro; 399 – Muro; 400 – Muro; 401 – Muro; 402 – Muro; 403 – Muro; 404 – Muro; 405 – Muro; 406 – Muro; 407 – Muro; 408 – Muro; 409 – Muro; 410 – Muro; 411 – Muro; 412 – Muro; 413 – Muro; 414 – Muro; 415 – Muro; 416 – Muro; 417 – Muro; 418 – Muro; 419 – Muro; 420 – Muro; 421 – Muro; 422 – Muro; 423 – Muro; 424 – Muro; 425 – Muro; 426 – Muro; 427 – Muro; 428 – Muro; 429 – Muro; 430 – Muro; 431 – Muro; 432 – Muro; 433 – Muro; 434 – Muro; 435 – Muro; 436 – Muro; 437 – Muro; 438 – Muro; 439 – Muro; 440 – Muro; 441 – Muro; 442 – Muro; 443 – Muro; 444 – Muro; 445 – Muro; 446 – Muro; 447 – Muro; 448 – Muro; 449 – Muro; 450 – Muro; 451 – Muro; 452 – Muro; 453 – Muro; 454 – Muro; 455 – Muro; 456 – Muro; 457 – Muro; 458 – Muro; 459 – Muro; 460 – Muro; 461 – Muro; 462 – Muro; 463 – Muro; 464 – Muro; 465 – Muro; 466 – Muro; 467 – Muro; 468 – Muro; 469 – Muro; 470 – Muro; 471 – Muro; 472 – Muro; 473 – Muro; 474 – Muro; 475 – Muro; 476 – Muro; 477 – Muro; 478 – Muro; 479 – Muro; 480 – Muro; 481 – Muro; 482 – Muro; 483 – Muro; 484 – Muro; 485 – Muro; 486 – Muro; 487 – Muro; 488 – Muro; 489 – Muro; 490 – Muro; 491 – Muro; 492 – Muro; 493 – Muro; 494 – Muro; 495 – Muro; 496 – Muro; 497 – Muro; 498 – Muro; 499 – Muro; 500 – Muro; 501 – Muro; 502 – Muro; 503 – Muro; 504 – Muro; 505 – Muro; 506 – Muro; 507 – Muro; 508 – Muro; 509 – Muro; 510 – Muro; 511 – Muro; 512 – Muro; 513 – Muro; 514 – Muro; 515 – Muro; 516 – Muro; 517 – Muro; 518 – Muro; 519 – Muro; 520 – Muro; 521 – Muro; 522 – Muro; 523 – Muro; 524 – Muro; 525 – Muro; 526 – Muro; 527 – Muro; 528 – Muro; 529 – Muro; 530 – Muro; 531 – Muro; 532 – Muro; 533 – Muro; 534 – Muro; 535 – Muro; 536 – Muro; 537 – Muro; 538 – Muro; 539 – Muro; 540 – Muro; 541 – Muro; 542 – Muro; 543 – Muro; 544 – Muro; 545 – Muro; 546 – Muro; 547 – Muro; 548 – Muro; 549 – Muro; 550 – Muro; 551 – Muro; 552 – Muro; 553 – Muro; 554 – Muro; 555 – Muro; 556 – Muro; 557 – Muro; 558 – Muro; 559 – Muro; 560 – Muro; 561 – Muro; 562 – Muro; 563 – Muro; 564 – Muro; 565 – Muro; 566 – Muro; 567 – Muro; 568 – Muro; 569 – Muro; 570 – Muro; 571 – Muro; 572 – Muro; 573 – Muro; 574 – Muro; 575 – Muro; 576 – Muro; 577 – Muro; 578 – Muro; 579 – Muro; 580 – Muro; 581 – Muro; 582 – Muro; 583 – Muro; 584 – Muro; 585 – Muro; 586 – Muro; 587 – Muro; 588 – Muro; 589 – Muro; 590 – Muro; 591 – Muro; 592 – Muro; 593 – Muro; 594 – Muro; 595 – Muro; 596 – Muro; 597 – Muro; 598 – Muro; 599 – Muro; 600 – Muro; 601 – Muro; 602 – Muro; 603 – Muro; 604 – Muro; 605 – Muro; 606 – Muro; 607 – Muro; 608 – Muro; 609 – Muro; 610 – Muro; 611 – Muro; 612 – Muro; 613 – Muro; 614 – Muro; 615 – Muro; 616 – Muro; 617 – Muro; 618 – Muro; 619 – Muro; 620 – Muro; 621 – Muro; 622 – Muro; 623 – Muro; 624 – Muro; 625 – Muro; 626 – Muro; 627 – Muro; 628 – Muro; 629 – Muro; 630 – Muro; 631 – Muro; 632 – Muro; 633 – Muro; 634 – Muro; 635 – Muro; 636 – Muro; 637 – Muro; 638 – Muro; 639 – Muro; 640 – Muro; 641 – Muro; 642 – Muro; 643 – Muro; 644 – Muro; 645 – Muro; 646 – Muro; 647 – Muro; 648 – Muro; 649 – Muro; 650 – Muro; 651 – Muro; 652 – Muro; 653 – Muro; 654 – Muro; 655 – Muro; 656 – Muro; 657 – Muro; 658 – Muro; 659 – Muro; 660 – Muro; 661 – Muro; 662 – Muro; 663 – Muro; 664 – Muro; 665 – Muro; 666 – Muro; 667 – Muro; 668 – Muro; 669 – Muro; 670 – Muro; 671 – Muro; 672 – Muro; 673 – Muro; 674 – Muro; 675 – Muro; 676 – Muro; 677 – Muro; 678 – Muro; 679 – Muro; 680 – Muro; 681 – Muro; 682 – Muro; 683 – Muro; 684 – Muro; 685 – Muro; 686 – Muro; 687 – Muro; 688 – Muro; 689 – Muro; 690 – Muro; 691 – Muro; 692 – Muro; 693 – Muro; 694 – Muro; 695 – Muro; 696 – Muro; 697 – Muro; 698 – Muro; 699 – Muro; 700 – Muro; 701 – Muro; 702 – Muro; 703 – Muro; 704 – Muro; 705 – Muro; 706 – Muro; 707 – Muro; 708 – Muro; 709 – Muro; 710 – Muro; 711 – Muro; 712 – Muro; 713 – Muro; 714 – Muro; 715 – Muro; 716 – Muro; 717 – Muro; 718 – Muro; 719 – Muro; 720 – Muro; 721 – Muro; 722 – Muro; 723 – Muro; 724 – Muro; 725 – Muro; 726 – Muro; 727 – Muro; 728 – Muro; 729 – Muro; 730 – Muro; 731 – Muro; 732 – Muro; 733 – Muro; 734 – Muro; 735 – Muro; 736 – Muro; 737 – Muro; 738 – Muro; 739 – Muro; 740 – Muro; 741 – Muro; 742 – Muro; 743 – Muro; 744 – Muro; 745 – Muro; 746 – Muro; 747 – Muro; 748 – Muro; 749 – Muro; 750 – Muro; 751 – Muro; 752 – Muro; 753 – Muro; 754 – Muro; 755 – Muro; 756 – Muro; 757 – Muro; 758 – Muro; 759 – Muro; 760 – Muro; 761 – Muro; 762 – Muro; 763 – Muro; 764 – Muro; 765 – Muro; 766 – Muro; 767 – Muro; 768 – Muro; 769 – Muro; 770 – Muro; 771 – Muro; 772 – Muro; 773 – Muro; 774 – Muro; 775 – Muro; 776 – Muro; 777 – Muro; 778 – Muro; 779 – Muro; 780 – Muro; 781 – Muro; 782 – Muro; 783 – Muro; 784 – Muro; 785 – Muro; 786 – Muro; 787 – Muro; 788 – Muro; 789 – Muro; 790 – Muro; 791 – Muro; 792 – Muro; 793 – Muro; 794 – Muro; 795 – Muro; 796 – Muro; 797 – Muro; 798 – Muro; 799 – Muro; 800 – Muro; 801 – Muro; 802 – Muro; 803 – Muro; 804 – Muro; 805 – Muro; 806 – Muro; 807 – Muro; 808 – Muro; 809 – Muro; 810 – Muro; 811 – Muro; 812 – Muro; 813 – Muro; 814 – Muro; 815 – Muro; 816 – Muro; 817 – Muro; 818 – Muro; 819 – Muro; 820 – Muro; 821 – Muro; 822 – Muro; 823 – Muro; 824 – Muro; 825 – Muro; 826 – Muro; 827 – Muro; 828 – Muro; 829 – Muro; 830 – Muro; 831 – Muro; 832 – Muro; 833 – Muro; 834 – Muro; 835 – Muro; 836 – Muro; 837 – Muro; 838 – Muro; 839 – Muro; 840 – Muro; 841 – Muro; 842 – Muro; 843 – Muro; 844 – Muro; 845 – Muro; 846 – Muro; 847 – Muro; 848 – Muro; 849 – Muro; 850 – Muro; 851 – Muro; 852 – Muro; 853 – Muro; 854 – Muro; 855 – Muro; 856 – Muro; 857 – Muro; 858 – Muro; 859 – Muro; 860 – Muro; 861 – Muro; 862 – Muro; 863 – Muro; 864 – Muro; 865 – Muro; 866 – Muro; 867 – Muro; 868 – Muro; 869 – Muro; 870 – Muro; 871 – Muro; 872 – Muro; 873 – Muro; 874 – Muro; 875 – Muro; 876 – Muro; 877 – Muro; 878 – Muro; 879 – Muro; 880 – Muro; 881 – Muro; 882 – Muro; 883 – Muro; 884 – Muro; 885 – Muro; 886 – Muro; 887 – Muro; 888 – Muro; 889 – Muro; 890 – Muro; 891 – Muro; 892 – Muro; 893 – Muro; 894 – Muro; 895 – Muro; 896 – Muro; 897 – Muro; 898 – Muro; 899 – Muro; 900 – Muro; 901 – Muro; 902 – Muro; 903 – Muro; 904 – Muro; 905 – Muro; 906 – Muro; 907 – Muro; 908 – Muro; 909 – Muro; 910 – Muro; 911 – Muro; 912 – Muro; 913 – Muro; 914 – Muro; 915 – Muro; 916 – Muro; 917 – Muro; 918 – Muro; 919 – Muro; 920 – Muro; 921 – Muro; 922 – Muro; 923 – Muro; 924 – Muro; 925 – Muro; 926 – Muro; 927 – Muro; 928 – Muro; 929 – Muro; 930 – Muro; 931 – Muro; 932 – Muro; 933 – Muro; 934 – Muro; 935 – Muro; 936 – Muro; 937 – Muro; 938 – Muro; 939 – Muro; 940 – Muro; 941 – Muro; 942 – Muro; 943 – Muro; 944 – Muro; 945 – Muro; 946 – Muro; 947 – Muro; 948 – Muro; 949 – Muro; 950 – Muro; 951 – Muro; 952 – Muro; 953 – Muro; 954 – Muro; 955 – Muro; 956 – Muro; 957 – Muro; 958 – Muro; 959 – Muro; 960 – Muro; 961 – Muro; 962 – Muro; 963 – Muro; 964 – Muro; 965 – Muro; 966 – Muro; 967 – Muro; 968 – Muro; 969 – Muro; 970 – Muro; 971 – Muro; 972 – Muro; 973 – Muro; 974 – Muro; 975 – Muro; 976 – Muro; 977 – Muro; 978 – Muro; 979 – Muro; 980 – Muro; 981 – Muro; 982 – Muro; 983 – Muro; 984 – Muro; 985 – Muro; 986 – Muro; 987 – Muro; 988 – Muro; 989 – Muro; 990 – Muro; 991 – Muro; 992 – Muro; 993 – Muro; 994 – Muro; 995 – Muro; 996 – Muro; 997 – Muro; 998 – Muro; 999 – Muro; 1000 – Muro; 1001 – Muro; 1002 – Muro; 1003 – Muro; 1004 – Muro; 1005 – Muro; 1006 – Muro; 1007 – Muro; 1008 – Muro; 1009 – Muro; 1010 – Muro; 1011 – Muro; 1012 – Muro; 1013 – Muro; 1014 – Muro; 1015 – Muro; 1016 – Muro; 1017 – Muro; 1018 – Muro; 1019 – Muro; 1020 – Muro; 1021 – Muro; 1022 – Muro; 1023 – Muro; 1024 – Muro; 1025 – Muro; 1026 – Muro; 1027 – Muro; 1028 – Muro; 1029 – Muro; 1030 – Muro; 1031 – Muro; 1032 – Muro; 1033 – Muro; 1034 – Muro; 1035 – Muro; 1036 – Muro; 1037 – Muro; 1038 – Muro; 1039 – Muro; 1040 – Muro; 1041 – Muro; 1042 – Muro; 1043 – Muro; 1044 – Muro; 1045 – Muro; 1046 – Muro; 1047 – Muro; 1048 – Muro; 1049 – Muro; 1050 – Muro; 1051 – Muro; 1052 – Muro; 1053 – Muro; 1054 – Muro; 1055 – Muro; 1056 – Muro; 1057 – Muro; 1058 – Muro; 1059 – Muro; 1060 – Muro; 1061 – Muro; 1062 – Muro; 1063 – Muro; 1064 – Muro; 1065 – Muro; 1066 – Muro; 1067 – Muro; 1068 – Muro; 1069 – Muro; 1070 – Muro; 1071 – Muro; 1072 – Muro; 1073 – Muro; 1074 – Muro; 1075 – Muro; 1076 – Muro; 1077 – Muro; 1078 – Muro; 1079 – Muro; 1080 – Muro; 1081 – Muro; 1082 – Muro; 1083 – Muro; 1084 – Muro; 1085 – Muro; 1086 – Muro; 1087 – Muro; 1088 – Muro; 1089 – Muro; 1090 – Muro; 1091 – Muro; 1092 – Muro; 1093 – Muro; 1094 – Muro; 1095 – Muro; 1096 – Muro; 1097 – Muro; 1098 – Muro; 1099 – Muro; 1100 – Muro; 1101 – Muro; 1102 – Muro; 1103 – Muro; 1104 – Muro; 1105 – Muro; 1106 – Muro; 1107 – Muro; 1108 – Muro; 1109 – Muro; 1110 – Muro; 1111 – Muro; 1112 – Muro; 1113 – Muro; 1114 – Muro; 1115 – Muro; 1116 – Muro; 1117 – Muro; 1118 – Muro; 1119 – Muro; 1120 – Muro; 1121 – Muro; 1122 – Muro; 1123 – Muro; 1124 – Muro; 1125 – Muro; 1126 – Muro; 1127 – Muro; 1128 – Muro; 1129 – Muro; 1130 – Muro; 1131 – Muro; 1132 – Muro; 1133 – Muro; 1134 – Muro; 1135 – Muro; 1136 – Muro; 1137 – Muro; 1138 – Muro; 1139 – Muro; 1140 – Muro; 1141 – Muro; 1142 – Muro; 1143 – Muro; 1144 – Muro; 1145 – Muro; 1146 – Muro; 1147 – Muro; 1148 – Muro; 1149 – Muro; 1150 – Muro; 1151 – Muro; 1152 – Muro; 1153 – Muro; 1154 – Muro; 1155 – Muro; 1156 – Muro; 1157 – Muro; 1158 – Muro; 1159 – Muro; 1160 – Muro; 1161 – Muro; 1162 – Muro; 1163 – Muro; 1164 – Muro; 1165 – Muro; 1166 – Muro; 1167 – Muro; 1168 – Muro; 1169 – Muro; 1170 – Muro; 1171 – Muro; 1172 – Muro; 1173 – Muro; 1174 – Muro; 1175 – Muro; 1176 – Muro; 1177 – Muro; 1178 – Muro; 1179 – Muro; 1180 – Muro; 1181 – Muro; 1182 – Muro; 1183 – Muro; 1184 – Muro; 1185 – Muro; 1186 – Muro; 1187 – Muro; 1188 – Muro; 1189 – Muro; 1190 – Muro; 1191 – Muro; 1192 – Muro; 1193 – Muro; 1194 – Muro; 1195 – Muro; 1196 – Muro; 1197 – Muro; 1198 – Muro; 1199 – Muro; 1200 – Muro; 1201 – Muro; 1202 – Muro; 1203 – Muro; 1204 – Muro; 1205 – Muro; 1206 – Muro; 1207 – Muro; 1208 – Muro; 1209 – Muro; 1210 – Muro; 1211 – Muro; 1212 – Muro; 1213 – Muro; 1214 – Muro; 1215 – Muro; 1216 – Muro; 1217 – Muro; 1218 – Muro; 1219 – Muro; 1220 – Muro; 1221 – Muro; 1222 – Muro; 1223 – Muro; 1224 – Muro; 1225 – Muro; 1226 – Muro; 1227 – Muro; 1228 – Muro; 1229 – Muro; 1230 – Muro; 1231

CDU apresenta candidatos

BEJA

«As Mulheres com a CDU» - jantar de apoiantes da CDU: dia 7, 20h, «Restaurante Alentejano», junto ao armazém da antiga «Sagres». (Inscrições até dia 7 às 12h - tel. 284325126)
Sessões de esclarecimento com Reformados com a participação de candidatos - Em **Marmelar** (dia 6, 15h, Centro de Dia), **Trigaches** (dia 6, 15h), **S. Brissos** (dia 6, 15h, Esc. Prim.), **Alcaria** (Centro de Dia, dia 7, 15h), **S. Matias** (dia 7, Casa do Povo, 16h), **Penedo Gordo** (dia 7, Casa do Povo, 15h).

BENAVENTE

Sessão pública-debate na Freguesia de Stº Estevão, com a presença de **António José Ganhão** e **Prazeres Gancinho**: dia 8, 21h, Casa do Povo.

CADAVAL

Convívio CDU no antigo Café Janeiro na Corujeira, com a participação de **João Vieira**: dia 8, 20h.

Contactos com a população na **Feira dos Pinhões**, com a participação dos candidatos e do actor **Morais e Castro**: dia 8 a partir das 15.

Desporto com desfile na cidade do Cartaxo, promovido pela **Juventude CDU**: dia 9, 14h30, Quinta das Pratas (junto às Piscinas).

CORUCHE

Conívio-festa no Auditório da Câmara Municipal, com intervenções dos 1.º candidatos à CM e AM, **Manuel Brandão** e **José Casanova**, e actuação do grupo «Os Navegantes»: dia 8 às 21h.

ÉVORA

Leilão de Arte na sede da Candidatura CDU na cidade de Évora: dia 7, 21h.

Jantar da Juventude CDU: dia, 19h30, também na sede da candidatura.

Porta-a-porta e distribuição de propaganda em todas as freguesias dos concelhos do distrito de Évora.

Plenários de Reformados em **Azurara** (dia 6, 15h), **Vimieiro** (dia 7, 15h30), **Graça Divor** (dia 7, 15h).

GLÓRIA DO RIBATEJO

Debate com **José Casanova** e convívio musical, iniciativa da Juventude CDU: dia 7, 21h, Casa do Povo.

GRÂNDOLA

Sessões de esclarecimento em **Carvalho** e **Silva do Pascoal** (dia 6, 20h30), em **Aldeia da Justa** (dia 11, 20h30), **Vale de Figueira** e **Água Derranada** (dia 12, 20h30), **Cadoços** e **Aldeia do Futuro** (dia 13, 20h30).

Debate sobre o programa eleitoral em **Lousal** (dia 11, 20h30).

LOURES

Encontro com reformados: no Centro de Dia de **Loures** (dia 7, 14h30).

Caravanas concelhias - dia 8 (em Sacavém às 9h e Loures, de manhã; Sto. António dos Cavaleiros, Loures/infantado e Loures/Feira Nova à tarde) e dia 9 (partida às 9h das Piscinas Municipais), com passagem por Bucelas, S.J. do Tojal e Zambujal, de manhã; S. João da Talha, Bobadela, CC Vasco da Gama à tarde.

Desfile com animação de rua: dia 13, **Moscavide**.

Sta. Iria da Azóia - Sessão com **Adão Barata**: dia 7, 21h30, Soc. 1.º de Agosto.

Moscavide - Noite de Fados: dia 7, 21h, Clube Familiar Moscavicense.

Portela - Apresentação do programa eleitoral às Associações da freguesia: dia 7, 21h, Café «Karne & Ca.».

S. Julião do Tojal - Encontro com Assoc. e Comissões de moradores: dia 8, 15h.

Prior Velho - Noite de Fados: dia 8, 21h.

Almoços CDU no dia 9, todos às 13h: em **Sta. Iria da Azóia**, **Apeiação** (Coop. Moinho do Vento) e **Sto. Ant. dos Cavaleiros** (Assoc. Moradores).

Festa CDU em **Sacavém** - dia 13, 21h30, na Academia.

Porta-a-porta, bancas e distribuições de propaganda em todas as freguesias (todos os dias, de 7 a 14).

MOITA

Sessões de esclarecimento eleitoral: na **Baixa da Banheira** (Chinquilho Banheirense, dia 6, 21h), **Brejos Faria** (dia 7, 21h, Centro de Convívio), **Vale da Amoreira** (dia 8, Biblioteca Municipal), **Sarilhos Pequenos** (dia 8, 21h, CT do PCP), **Fonte da Prata** (dia 9, 15h, na Escola), **Carvalhinho** (dia 11, 21h, Centro de Convívio), **Bº Francisco Pires** (Colectividade, dia 11, 21h), **Rosário** (Centro de Reformados, dia 11, 21h), **Baixa da Banheira** (dia 11, 21h, nos Alentejanos); dia 12 às 21h no Clube Portugal do **Vale da Amoreira**, no Beira-Mar FC do **Gaio**, na colectividade da **Baixa da Serra Baixa da Banheira**; dia 13 na Escola do **Chão Duro**, 21h.

Mini-comícios com **Carlos Carvalhas**: hoje, dia 6, às 18h na **Baixa da Banheira**, e no Largo da República, na **Moita**, dia 13 às 18h.

Comício-festa no Ginásio Atlético Clube da **Baixa da Banheira**: sexta-feira, 14, 21h.

ODEMIRA

Sessões de esclarecimento e espetáculos com **Jorge Lomba**: dia 7 em **Vila Nova de Milfontes** e dia 8 em **Santo António**.

Sessões de esclarecimento em **Martinho das Amoreiras** (dia 6, 21h) e em **Bicos** (dia 8, 18h).

PALMELA

Festa popular em **Cajados** (sede dos Leões de Cajados), com intervenções de **Ana Teresa Vicente** e **Francisco Atalaia** e espectáculo com **Toy**: dia 7, 21h30.

Convívio em **Águas de Moura**, no restaurante «Cantinho do Céu», com **Ana Vicente** e **Francisco Atalaia**: dia 8, 20h.

Noite de Fados na sede do Clube Desp. De **Rio Frio**: dia, 21h30.

Debate sobre o programa para a freguesia de **Quinta do Anjo**, com **Ana Vicente** e **Sérgio Almeida**: dia 9, 21h, sede do Cabanense.

Espectáculo de **Música Popular** na Soc. do **Bairro Alentejano**, com a presença de **Ana Teresa Vicente** e outros candidatos: dia 12, 21h30.

Festa Popular em **Pinhal Novo**, com intervenções dos candidatos: dia 12, 21h30, na SFUA.

Festa de encerramento da **Campanha da CDU em Palmela**: dia 14, no Cine-Teatro São João, com a presença dos candidatos, música e animação.

PORTO

Jantar com apoiantes **Bancários** no restaurante «Abadia»: dia 6, 20h. Estarão presentes **Rui Sá** e outros candidatos.

Apresentação dos candidatos à Freguesia de **Stº Ildelfonso**: dia 8, 18h, na Junta de Freguesia.

Rui Sá participa (dia 7, 10h) num debate na **Universidade Católica**, e em visitas a freguesias e instituições do concelho nos dias 6, 7, 8, e 9.

SANTARÉM

Alcanhões - Almoço-convívio na Assoc. Popular de Alcanhões, com **Luísa Mesquita**: dia 9 às 13.

SANTIAGO DO CACÉM

Almoço-convívio em **Relvas Verdes**: dia 9 às 13h.

Porta-a-porta: de 7 a 14 nas freguesias do concelho, com a presença dos candidatos.

SEIXAL

Visitas dos candidatos a **Associações de Reformados** - dia 6, às 13h em **Seixal**, **Paio Pires**, **Pinhal de Frades**, **Fernão Ferro**, **Torre da Marinha** e **Arrentela**; dia 11, às 11h30, em **Seixal**, **Paio Pires**, **Arrentela**, **Fernão Ferro**; dia 14, às 11h30, em **Mirajejo**, **Corroios**, **Amora**, **Fogueteiro** e **ARIFA**.

Almoço-convívio no **Seixal**, dia 13 às 12h, de candidatos e activistas participantes na caravana distrital que nesse dia se realiza.

Contactos com os **trabalhadores das empresas** (**Vestur**, **Indelma**, **Delphi**, **Pionner**): dia 10.

Contactos com a **população** nas **Estações**, **Mercados** e **Hipermercados** nos dias 6, 7, 8 e 9.

SETÚBAL

Distribuição de propaganda e contactos com a população, com a participação dos candidatos - no dia 7 no Centro Histórico, de manhã, e na **Baixa Comercial** a partir das 15h, dia 8 em **S. Sebastião** e **S. Lourenço** (esta com **Carlos Carvalhas**, que participa também no lanche a realizar às 17h na Freguesia de **São Simão** e no jantar no **Pavilhão do Vitória**, com início às 20h), dia 9 no Mercado do Livro (de manhã) e na freguesia de **Anunciada** (a partir das 15h).

Desfile **Motard pela Cidade**, a partir das 10h30, com a participação de **Carlos de Sousa**, seguindo-se almoço na sede da Candidatura CDU.

Encontro-debate com a população do **Alto da Guerra**: dia 9, 21h30, na Escola Básica.

SINTRA

Distribuição de propaganda e contactos com a população nas **Estações Ferroviárias**, com a presença dos candidatos: hoje, dia 6, às 7h30, nas **Mercês**, **Rio de Mouro**, **Agualva/Cacém** e **Monte Abraão**. Nos dias 6 e 7, também noutros locais das várias freguesias. **Queluz Massamá** - Jantar de homenagem ao Real, promovido pela CDU: dia 7.

Agualva - Contacto com os comerciantes da freguesia, com a participação dos candidatos: dia 6.

VILA FRANCA DE XIRA

Debate sobre os problemas da **Juventude** no concelho, com a participação de **José Neves**: dia 8 às 21h30, na sede da candidatura. **Café-concerto nas Cachoeiras** (instalações da Escola), promovido pela Juventude CDU: dia 9 às 16h.

Contactos dos candidatos com a população nas freguesias de todo o concelho: de 6 a 14 de Dezembro.



Carlos Carvalhas em iniciativas da CDU

Hoje, dia 6

Na Torre da Marinha, Seixal

às 10h45 • Arruada no Centro, Rua do MFA, frente ao Clube Independente Torrense

Alcochete

às 12h30 • Almoço de apoiantes da candidatura CDU no Restaurante «A Taberna» (junto à Câmara Municipal)

Montijo

às 16h30 • Visita à zona comercial e contacto com a população

Baixa da Banheira

às 18h00 • Arruada no Centro (concentração na Rua 1.º de Maio junto à passagem de nível)

Pinhal Novo, Palmela

às 21h00 • Sessão Pública de apoio à candidatura CDU no Pavilhão dos Bombeiros Voluntários

Sexta-feira, dia 7, Coimbra

às 11h00 • Arruada na Baixa Coimbrã (ponto de encontro no CT do PCP)

Chamusca

às 19h00 • Contacto com a população junto ao Coreto

Santarém

às 20h30 • Jantar de apoiantes da candidatura CDU no Restaurante «ADIAFA», no Campo da Feira

Samora Correia

às 21h30 • Sessão-festa de apoio à candidatura CDU, no Salão da Sociedade Filarmónica União Samorense

Sábado, dia 8, Alhos Vedros

às 09h30 • Contacto com a população, na Av. da Bela Rosa

Barreiro

às 10h30 • Arruada no Centro da Cidade (entre os Paços do Concelho e o Parque Catarina Eufémia)

Quinta do Conde, Sesimbra

às 13h00 • Almoço de apoiantes da candidatura CDU no CT do PCP, Rua Ana de Castro Osório

Setúbal

às 15h30 • Contacto com a população das freguesias de S. Lourenço e S. Simão

às 20h00 • Megajantar de apoio à candidatura CDU no Pavilhão do Vitória de Setúbal

Corroios, Seixal

às 21h30 • Comício de apoio à candidatura CDU no Ginásio Clube de Corroios

Domingo, dia 9, Mértola

às 11h00 • Encontro com a população no Largo da Feira

Ourique

às 13h00 • Almoço de apoiantes à candidatura CDU no Refeitório da Escola C+S de Ourique

Vidigueira, Vila de Frades

às 16h00 • Visita às VI VITIFRADES

Beja

às 18h00 • Comício de apoio à candidatura CDU na Casa da Cultura

Moura

às 19h30 • Jantar de apoiantes da candidatura CDU no Mercado Municipal

Segunda-feira, dia 10, Queluz

às 10h30 • Visita ao Centro de Saúde de Queluz (extensão da R. dos Lusitades)

seguida de contacto com a população no centro de Queluz (Quatro Caminhos)

Alcácer do Sal

às 16h00 • Minicomício de apoio à candidatura da CDU em Acougue, na Praça

Grândola

às 17h00 • Minicomício de apoio à candidatura CDU na Sede de Campanha da CDU

Odemira

às 18h30 • Minicomício de apoio à candidatura CDU no Largo da Rodoviária

Sines

às 20h00 • Jantar de apoiantes da candidatura CDU no Salão do Povo

Santiago do Cacém

às 21h00 • Festa-comício de apoio à candidatura CDU no Pavilhão da Feira

Terça-feira, dia 11, Montemor-o-Novo

às 13h00 • Almoço de apoiantes da candidatura CDU, na Sede de Campanha da CDU, Av. Gago Coutinho

Arraiolos

às 15h30 • Encontro com a população na Praça junto à Câmara Municipal

Estremoz

às 17h00 • Encontro com a população

Alandroal

às 18h30 • Encontro com a população no Salão dos Bombeiros Voluntários

Evora

às 20h30 • Comício de apoio à candidatura CDU no Teatro Garcia de Resende

Quarta-feira, dia 12, Loures

às 12h00 • Encontro com jovens candidatos na Biblioteca José Saramago

Fafe

às 17h30 • Contacto com a população da cidade (concentração na Central Rodoviária, Av. do Brasil)

às 19h30 • Jantar de apoiantes da candidatura CDU no Restaurante D. João (junto ao Estádio Municipal)

Guimarães

às 22h00 • Intervenção de **Carlos Carvalhas** no encerramento do Jantar-festa de apoio à CDU no Restaurante «Jordão», Av. D. João

Quinta-feira, dia 13, Almada

às 10h30 • Arruada no centro de Almada (concentração no CT do PCP, Rua Capitão Leitão)

Seixal

às 12h30 • Almoço de apoiantes da candidatura CDU na União Seixalense

Moita

às 18h00 • Encontro com a população junto à Câmara Municipal, Largo da República

Setúbal

às 21h30 • Comício de apoio à candidatura CDU no Fórum Luisa Todi

Barreiro

às 21h30 • Comício de apoio à candidatura CDU na Casa da Cultura dos Trabalhadores da Adubos de Portugal (intervenção de **Carlos Carvalhas** cerca das 23h00)

Sexta-feira, dia 14, Vila Franca de Xira

às 09h30 • Arruada no centro da cidade (concentração na Sede de Campanha da CDU, Rua Serpa Pinto)

Amadora

às 16h00 • Arruada no centro da cidade (concentração na Sede de Campanha da CDU, Av. da República, 20)

Odivelas

às 19h30 • Jantar concelhio de apoio à candidatura CDU

Loures

às 21h30 • Comício de encerramento da Campanha, no Pavilhão Paz e Amizade

«Os media e a guerra»

Debate promovido pelo Sector da Comunicação Social do S.I. da ORL com a participação de

Fernando Correia - José Rebelo - Luís Miguel Viana
Carlos Santos Pereira - Ruben de Carvalho

Lisboa - Quinta-feira, 13, às 18h30,
no Auditório 2 da Fac. de Ciências Sociais e Humanas da UNI.

Banca de Natal

no Centro de Trabalho Vitória
Artesanato - Queijos - Enchidos
e muitos outros produtos regionais
de qualidade

De 2.ª a 6.ª das 11 às 21h
Sábados das 11 às 19h

ATVer

Adepto Fanático,
um thriller com
«doentes da bola»
à americana



Adepto Fanático

(Domingo, 9.12.01, RTP-1)

Realizado por **Tony Scott**, um estilista no tratamento da imagem, e superiormente interpretado por **Robert De Niro** e **Wesley Snipes**, **Adepto Fanático** é um thriller psicológico que nos apresenta um adepto fanático de baseball (De Niro) a perseguir o seu jogador de

obra pioneira do neo-realismo no cinema português, contando uma fábula infantil sobre os garotos pobres do Porto ribeirinho, com os seus sonhos, encantos e desencantos num quadro de vida de grande dureza. Tudo isto servido por uma notável fluidez narrativa, uma bela construção visual e um admirável trabalho de actores. Passados 60 anos, é uma verdadeira obra-prima do cinema português.

A Divina Comédia

(Terça-feira, 11.12.01, RTP-2)

Num asilo de loucos, um grupo de doentes troca ideias e confronta-se com as suas obsessões quotidianas. Cada qual age à sua maneira: uns tomam-se por figuras bíblicas, outros julgam-se personagens literárias e há ainda quem pense encarnar o Filósofo do Anti-Cristo ou o Profeta da Salvação do Mundo. Este é o ponto de partida de **A Divina Comédia**, que ganhou o Grande Prémio Especial do Júri do Festival de Veneza em

1991 e que o seu realizador, mestre **Manoel de Oliveira**, definiu como «uma parábola sobre a actualidade e sobre a sociedade ocidental». Nomeadamente, trata-se de um complexo e rico discurso sobre o Espiritual e o Material, que se funde num jogo de vastas referências literárias e filosóficas. Com **Maria de Medeiros**, **Miguel Guilherme**, **Luís Miguel Cintra**, **Mário Viegas** e **Leonor Silveira**, entre outros.

Poder Total

(Terça-feira, 11.12.01, RTP-1)

Este filme de 1997 ganhou uma inesperada credibilidade com o «caso Clinton» ao ficcionar uma trama amorosa de crime e mistério envolvendo um suposto presidente dos EUA. Vejam só: o tal presidente envolve-se numa relação amorosa com uma das suas colaboradoras na Casa Branca e, na sequência de uma quente relação sexual a rapariga morre em plena Sala Oval! Com relutância, um agente dos serviços secretos encarrega-se de fazer desaparecer o corpo da rapariga, tudo parece ficar aparente-

mente arrumado mas... três anos depois - a semanas de novas eleições para a presidência - um dos antigos colaboradores do presidente morre, aparentemente devido a suicídio, o que conduz à suspeita de que todos os que ajudaram o presidente a abafar a morte da jovem correm, agora, perigo de vida. Um típico filme sobre a inquietante «teoria da conspiração» nas altas esferas do poder norte-americano, a que o caso Clinton/Monica Levinski deu inesperada actualidade.

A Raiva

(Quarta-feira, 12.12.01, RTP-1)

Trepidante filme de acção realizado pelo veterano **Sidney J. Furie** e feito à medida das ginasticadas deambulações de **Lorenzo Lamas**, no caso encarnando um obsessivo agente do FBI a enfrentar um demencial *serial killer*. Para os apreciadores do género.



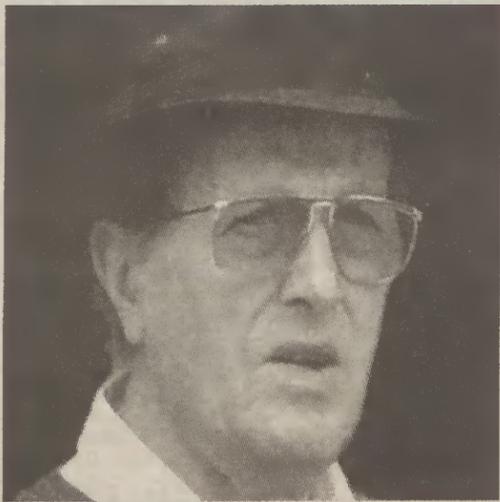
Al Pacino dirige e interpreta superiormente **A Procura de Ricardo III**

eleição (Snipes), primeiro no que supõe ser um «apoio» à estrela, depois numa espécie de vingança onde cabe tudo: assassínio, rapto e chantagem, tudo para ver a sua equipa ganhar. O desporto como pano de fundo numa história psicótica sobre o culto da celebridade, que nos EUA pode atingir níveis perfeitamente desconcertantes e perversos.

À Procura de Ricardo III

(Domingo, 9.12.01, TVI)

Dirigido e interpretado por Al Pacino, **A Procura de Ricardo III** é um festival de representação com vários registos, dado que o autor encena, literalmente, perante nós a peça de Shakespeare **Ricardo III**, numa simulação de tal ordem que até «parece» estarmos mesmo a assistir a um ensaio e às preparações de bastidor, com o pormenor de a peça ser, ao mesmo tempo, devidamente representada também perante nós! Um filme de mão cheia onde, ao lado de Pacino, brilham igualmente **Penelope Allen**, **Gordon McDonald**, **Alec Baldwin**, **Kevin Spacey** e **Winona Rider**. De ver... e gravar!



Mestre **Manoel de Oliveira**

As Aventuras de Huck Finn

(Domingo, 9.12.01, SIC)

Esta mais recente adaptação feita por **Stephen Sommers** do clássico juvenil do escritor norte-americano Mark Twain, tantas vezes levada ao cinema e à televisão, promete-nos uma versão «cheia de ritmo, acção, bonitas paisagens, humor, ternura e suspense», a par de uma boa interpretação do jovem aventureiro Huckleberry Finn, a cargo do também jovem actor **Elijah Wood**. A confirmar.

Aniki Bóbo

(Segunda-feira, 10.12.01, RTP-2)

Curiosamente, **Aniki Bóbo** foi pateado no dia da estreia, a 18 de Dezembro de 1942. Mas não foi esquecido: 20 anos depois fazia sensação em Cannes, nos Encontros Internacionais do Filme para a Juventude e, pouco a pouco, consolidar-se-ia no que realmente é: uma genuína

Quinta, 6

▼ RTP 1

07.30 Hora Viva
09.30 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Vila Faia
14.30 Emoções Fortes
16.00 Vidas de Sal
17.20 Pedra sobre Pedra
18.20 Senhora das Águas
19.30 Regiões
20.00 Telejornal
21.00 Grande Informação
22.00 «Feliz Natal, Mr. Lawrence» (de Nagisa Oshima, Jap-N.Zel-G.Bret./1982, com David Bowie, Tom Conti, Ryuichi Sakamoto. *Drama*)
00.15 24 Horas
00.35 «O Guerreiro Yakuza» (de Eichi Kudo, Jap/1997, com Kiyoshi Nakajo, Nagare Hagiwara. *Policia*)

▼ RTP 2

07.00 Espaço Infantil-Juvenil
13.00 Serviço Público
14.00 Euronews
17.00 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa
19.00 Horizontes da Memória
19.30 Clube da Europa
20.00 Quem Sai ao Seus
20.30 Nikki
20.55 Then Came You
21.30 Jornal 2
22.30 Acontece
23.00 Jack and Jill
24.00 «Madagascar» (de Fernando Peres, Cuba/1994, com Zaida Castellanos, Laura de la Uz, Elena Bolaños. *Drama*)
02.30 Livres e Iguais (Repetição)

▼ SIC

08.00 Buêréé
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 A Próxima Vítima
16.15 Malhação
17.30 New Wave
17.30 A Padroeira
19.00 Filhas da Mãe
20.00 Jornal da Noite
21.00 O Clone
23.00 Irmãos de Armas
23.00 A Espera da Justiça



Ana Nave, uma das actrizes de «Filha do Mar» (TVI)

24.00 Noites Marcianas
02.25 Jerry Springer Show

▼ RTP 2

08.30 Animação Infantil
11.30 Big Brother
13.00 TVI Jornal
15.00 Chiquititas
16.15 Animação Juvenil
18.00 Filha do Mar
19.00 Anjo Selvagem
20.00 Jornal Nacional
21.00 Anjo Selvagem
21.30 Filha do Mar
22.45 Nunca Digas Adeus
23.00 Big Brother
00.40 Ally McBeal
02.50 «Sedução Indecente» (de Alan Metzger, EUA/1996, com Gary Cole, Nichole Tom. *Drama*)
04.45 Que Loucura de Família

Sexta, 7

▼ RTP 1

07.30 Hora Viva
09.30 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Vila Faia
14.30 Emoções Fortes
16.00 Vidas de Sal
17.20 Pedra sobre Pedra
18.20 Senhora das Águas
19.30 Regiões
20.00 Telejornal
21.00 Histórias da Noite
22.45 Sessão Especial (Longa-metragem)



«Adriana», uma nova personagem de «Os Sopranos»

00.15 Paraíso Filmes
00.45 Serviço de Urgência
01.45 24 Horas
02.45 «Segredos» (de Philip Saville, R.Unido/1971, com Jacqueline Bisset, Per Oscarsson, Shirley Knight. *Drama*)

▼ RTP 2

07.00 Espaço Infantil-Juvenil
13.00 Retratos: «Raul Lino»
14.00 Euronews
17.00 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa
19.00 Pontos de Fuga
19.30 Nós e os Animais
20.00 Quem Sai aos Seus
20.30 Nikki
20.55 Then Came You
21.30 Jornal 2
22.30 Acontece
23.00 História do Jazz (12.º e Últ.º)
24.00 «O Isco» (de Marianne Eyle, Peru-Alem.-Bélg./1999, com Monica Sanchez, Gabriela Velasquez. *Drama*)
02.35 Livres e Iguais

▼ SIC

08.00 Buêréé
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 A Próxima Vítima
16.15 Malhação
17.30 New Wave
17.30 A Padroeira
19.00 Filhas da Mãe
20.00 Jornal da Noite
21.00 O Clone
23.00 Irmãos de Armas
23.00 A Espera da Justiça
24.00 Noites Marcianas
02.30 Jerry Springer Show
03.30 «Dúvida Mortal» (Longa-metragem)

▼ TVI

08.30 Animação Infantil
11.30 Big Brother
13.00 TVI Jornal
15.10 Chiquititas
16.15 Animação Juvenil
18.00 Filha do Mar
19.00 Anjo Selvagem
20.00 Jornal Nacional
21.00 Anjo Selvagem
21.30 Filha do Mar
22.45 Nunca Digas Adeus
23.30 Big Brother
01.30 «Ester, Rainha da Pérsia» (de Raffel Mertes, EUA/1999, com Frank Baker, John Hollis)
06.15 Pensacola II

Sábado, 8

▼ RTP 1

07.30 Infantil/Juvenil
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Top +
15.15 «Bigodes» (de Kim Kaufman, Can/1997, com Steve Adams, Gouchy Boy, Mark Bromilow *Comédia*)
17.10 Jardim Cinema (Longa-metragem)
20.00 Telejornal
20.55 Futebol: Paços de Ferreira-Benfica
23.00 Sábado à Noite

24.00 Teatro («Aqui Há Fantasmagoras»)
01.40 24 Horas
00.40 «Frente a Frente com o Inimigo» (de Robert Malenfant, EUA/2000, com Linden Ashby, Maxwell Caulfield, Alexandra Paul. *Policia*)

▼ RTP 2

07.00 Euronews
09.00 Universidade Aberta
12.00 Iniciativa
14.00 Parlamento
15.00 Desporto 2
19.00 Horizontes da Memória
19.30 Bombordo
20.00 Verdadeiramente Insólito
20.30 Por Outro Lado
21.30 Jornal 2
22.30 O Lugar da História
23.30 Britcom
00.30 Artes de Palco - Ópera: «Baile de Máscaras», de Verdi
02.00 Noites Curtas do Onda Curta (Curtas-metragens)

▼ SIC

08.00 Sic a Abrir
12.00 O Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
13.40 Mundo VIP
14.30 Walter, o Ranger do Texas
15.30 «As Aventuras de Huck Finn» (de Stephen Sommers, 1993, com Elijah Wood. *Ver Destaque*)
18.00 «Rocketman, o Astro Nabo» (de Stuart Gillard, EUA/1997, com Harland Williams. *Comédia*)
20.00 Jornal da Noite
21.00 Anedotas do Herman
21.50 Malucos do Riso
22.15 Rex, o Cão Policia
23.30 O Espírito da Lei
00.15 Miss Mundo 2001



O ciclo Verdi de ópera continua esta semana com «Baile de Máscaras», com direcção de Ricardo Mutti (sábado, 0h30 na RTP2)

02.30 «O Silêncio dos Acusados» (de Mick Jackson, EUA/1995, com James Woods, Mercedes Ruehl, Lolita Davidovich. *Drama*)

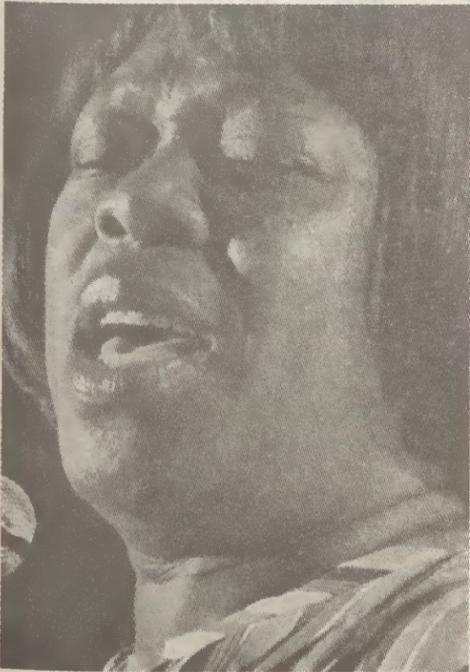
▼ TVI

08.30 Top Rock
12.15 Big Brother
13.00 TVI Jornal
14.00 Contra-Ataque
15.00 Futebol Feminino
17.00 Super Pai
18.00 Anjo Selvagem
20.00 Jornal Nacional
21.00 Filha do Mar
22.00 Survivor
23.45 «Um Passio nas Nuvens» (de Alfonso Arau, EUA, com Keatu Reeves, Aitana Sanchez Gijon. *Comédia*)
01.45 «Tango Feroz» (de Marcelo Peneyro, Arg/1996, com Ferman Miras, Cecilia Dopato. *Drama*)
03.30 Pensacola II

Domingo, 9

▶ RTP1

07.30 Infantil/Juvenil
11.30 Planeta Azul
12.00 Futebol de Praia:
Brasil-Portugal (Taça Latina)
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Made in Portugal



Termina esta semana com o 12.º episódio (sexta à noite na RTP2) uma série notável: «História do Jazz»

15.30 Danza Café
16.30 «Pirata Negro»
(de Vincent Thomas, EUA/1971, com Terence Hill, Bud Spencer. *Aventuras*)
19.50 Contra-Infomção
20.00 Telejornal
21.00 Domingo Desportivo
22.30 «Magnólia» (de Paul Thomas Anderson, EUA/1999, com Tom Cruise, Julianne Moore, Jason Robards. *Drama*)
01.50 24 Horas
02.10 «Massacre no Texas»
(«Thriller»)

▶ RTP2

07.00 Euronews
09.00 Programa Religioso
10.30 Missa
11.30 Palácio de Cristal
12.00 Desporto 2
18.00 Amazônia, Último Aviso
19.00 Onda Curta
19.50 Artes e Letras
20.50 Serviço Público
21.30 Jornal 2
22.30 Travessa do Cotovelo
23.34 Sinais do Tempo
00.45 2010

▶ SIC

08.00 SIC a Abrir
12.00 BBC - Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
14.00 «Nem Oito nem Oitenta» (de Penelope Sheeris, 1998, com Marlon Waynas, David Spade. *Comédia*)
16.00 «Os Malucos da TV»
(de Peter Hyams, EUA/1992, com John Ritter, Pam Dawber. *Comédia*)
18.00 «Fantasma» (de Simon Wincer, 1996, com Billy Zane, Catherine Zeta-Jones. *Fantástico*)
20.00 Jornal da Noite
21.00 Malucos do Riso
21.30 A Minha Família É uma Animação
22.30 Herman SIC
00.15 «Só para Adultos»
(de Alan Pakula, EUA/1992, com Kevin Kline, Mary Elizabeth Mastrantonio, Kevin Spacey. *Drama*)
03.45 Jerry Springer Show

▶ TVI

08.30 Animação
10.00 Cerimónias Religiosas
13.00 TVI Jornal
13.45 Lux
15.00 «Golos e Diabruas»
(*Comédia*)
17.00 «Perdidos no Espaço»
(EUA/1998, com William Hurt, Mini Rodgers. *Ficção Científica*)
19.15 Anjo Selvagem
20.00 Jornal Nacional
21.00 Super Pai
22.00 Nunca Digas Adeus
23.00 Big Brother
00.30 «A Procura de Ricardo III» (de Al Pacino, EUA/1996, com Al Pacino, Penelope Allen, Alec Baldwin, Kevin Spacey, Winona Rider. *Ver Destaque*)
02.30 Os Médicos

Segunda, 10

▶ RTP1

07.30 Hora Viva
09.30 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Vila Faia
14.30 Emoções Fortes
16.00 Vidas de Sal



Termina esta semana com o 12.º episódio (sexta à noite na RTP2) uma série notável: «História do Jazz»

17.20 Pedra sobre Pedra
18.20 Senhora das Águas
19.30 Regiões
20.00 Telejornal
21.00 Sorte Grande
22.15 Lá em Casa Tudo Bem (Rep.)
23.00 Jogo Falado
00.45 Bull
01.45 24 Horas
00.50 «A Sétima Mulher de Henrique VIII» (de Gerald Thomas, R.Unido/1971. *Comédia*)

▶ RTP2

07.00 Espaço Infantil-Juvenil
13.00 O Lugar da História
14.30 Euronews
17.00 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa
19.00 Planeta Azul (Rep.)
19.30 Erta' Ale
20.00 Quem Sai aos Seus
20.30 Nikki
21.00 A Descoberta do Amor
21.30 Jornal 2
22.30 Acontece
23.00 Os Sopranos
24.00 «Aniki Bóbo»
(de Manoel de Oliveira, Port/1942, com Nascimento Fernandes, Vital dos Santos, Fernanda Matos. *Ver Destaque*)
01.45 Livres e Iguais

▶ SIC

08.00 Buéréré
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 A Próxima Vítima
16.15 Malhação
17.30 New Wave
17.30 A Padroeira
19.00 Filhas da Mãe
20.00 Jornal da Noite
21.00 O Clone
23.00 Irmãos de Armas
23.00 A Espera da Justiça
24.00 Noites Marcianas
02.15 Jerry Springer Show

▶ TVI

08.30 Animação Infantil
11.30 Big Brother
12.00 Nunca Digas Adeus
13.00 TVI Jornal
14.00 Big Brother
16.00 Batatoon
18.00 Filha do Mar
19.00 Anjo Selvagem
20.00 Jornal Nacional
21.00 Anjo Selvagem
21.45 Filha do Mar
22.45 Nunca Digas Adeus
23.50 Big Brother
00.45 Ficheiros Secretos
02.40 «Vidas Secretas»
(de Steven Schachter, EUA/1996)

Terça, 11

▶ RTP1

07.30 Hora Viva
09.30 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Vila Faia
14.30 Emoções Fortes
16.00 Vidas de Sal
17.20 Pedra sobre Pedra
18.20 Senhora das Águas
19.30 Regiões
20.00 Telejornal
21.15 Debates Regionais Antárquicas - No Porto
22.15 Lá em Casa Tudo Bem
00.30 Segredo de Justiça
01.45 24 Horas
00.05 «Ela Balcou Andy Warhol» (de Mary Harron, EUA/1996, com Lili Taylor, Jared Harris. *Drama*)

▶ RTP2

07.00 Espaço Infantil-Juvenil
13.00 2010
13.50 Euronews
17.00 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa
19.00 Onda Curta
19.30 Turma das Ciências
20.00 Quem Sai aos Seus
20.30 Nikki
21.00 A Descoberta do Amor
21.30 Jornal 2
22.30 Acontece
23.00 O Legado
24.00 «A Divina Comédia»
(de Manoel de Oliveira, Port/1991, com Maria de Medeiros, Miguel Guilherme, Luís Miguel Cintra. *Ver Destaque*)
01.50 Livres e Iguais

▶ SIC

08.00 Buéréré
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.15 A Próxima Vítima
16.15 Malhação
17.30 A Padroeira
18.15 New Wave
19.00 As Filhas da Mãe
20.00 Jornal da Noite
21.00 O Clone
23.00 Irmãos de Armas
24.00 Noites Marcianas
02.15 TV Turbo

▶ TVI

08.30 Animação Infantil
11.30 Big Brother
12.00 Nunca Digas Adeus
13.00 TVI Jornal
14.00 Big Brother
16.00 Batatoon
18.00 Filha do Mar
19.00 Anjo Selvagem
20.00 Jornal Nacional
21.15 Anjo Selvagem
21.45 Filha do Mar
22.45 Big Brother
02.10 A Juíza
03.10 «O Amante da Minha Mulher» (de Paul Schneider, EUA/1995, com Judith Light.)

Baião «a la Féria»
todos os sábados na
RTP1



Quarta, 12

▶ RTP1

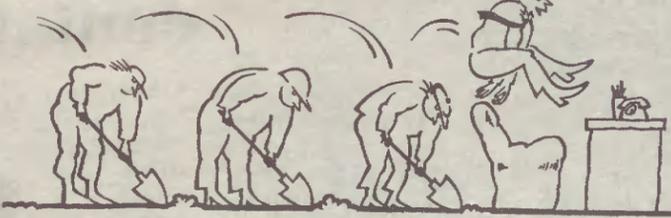
07.30 Hora Viva
09.30 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Vila Faia
14.30 Emoções Fortes
16.00 Vidas de Sal
17.20 Pedra sobre Pedra
18.20 Senhora das Águas
19.30 Regiões
20.00 Telejornal
21.15 Especial Informação
22.15 Lá em Casa Tudo Bem
23.00 «A Raiva» (de Sidney J. Furie, EUA/1997, com Kristen Cloke, Lorenzo Lamas. *Ver Destaque*)
00.45 Andrómeda
01.45 24 Horas
02.05 «Selva, Mulheres e Macacos» (de Gerald Thomas, R. Unido/1970, Sidney James, Frankie Howard. *Comédia*)

▶ RTP2

07.00 Espaço Infantil-Juvenil
13.00 Por Outro Lado
14.00 Euronews
17.00 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa
19.00 Bombordo
19.30 EXD Magazine
20.00 Quem Sai aos Seus
20.30 Nikki
21.00 A Descoberta do Amor
21.30 Jornal 2
22.30 Acontece
23.00 Na Terra da Abundância
24.00 «Viagem ao Princípio do Mundo» (de Manoel de Oliveira, Port/1997, com Marcello Mastroianni, Jean-Yves Gautier. *Drama*)
02.45 Livres e Iguais

▶ SIC

08.00 Buéréré
10.00 SIC 10 Horas



ALTIUS? CITIUS? FORTIUS?

13.00 Primeiro Jornal
14.00 A Próxima Vítima
16.15 Malhação
17.30 New Wave
17.30 A Padroeira
19.00 Filhas da Mãe
20.00 Jornal da Noite
21.00 O Clone
23.00 Irmãos de Armas
23.00 A Espera da Justiça
24.00 Noites Marcianas
02.15 Jerry Springer Show

▶ TVI

08.30 Animação Infantil
11.30 Big Brother
12.00 Nunca Digas Adeus
13.00 TVI Jornal
14.00 Big Brother
16.00 Batatoon
18.00 Filha do Mar
19.00 Anjo Selvagem
20.00 Jornal Nacional
21.00 Anjo Selvagem
21.30 Filha do Mar
22.30 Nunca Digas Adeus
23.30 Big Brother
00.45 Causa Justa
02.40 «Vítima da Sombra»
(de Larry Shaw, EUA/1996, com Sharon Lawrence, Beau Bridges. *Ver Destaque*)

Nota:
A Redação não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição

Twisto

Correia da Fonseca

Um testemunho australiano

Ao longo da década de 90, a ex-URSS foi esvaziada de 200 a 500 biliões de dólares. Desse valor astronómico, cerca de metade entrou directamente nos Estados Unidos da América. A Rússia tornou-se um dos países em que a evasão maciça de capitais se situa muito acima do investimento estrangeiro, o que os torna financiadores líquidos das economias mais desenvolvidas, com destaque para a dos *United States*, e os coloca na impossibilidade de desenvolvimento interno por penúria de capitais. Os bancos russos foram tomados por diversas facções do crime organizado enquanto os pequenos depositantes iam verificando que o seu dinheiro desaparecia.

mais, ver esse telefilme na televisão portuguesa, não à hora porventura mais prudente que seria as quatro ou cinco da madrugada mas sim por volta da meia-noite, isto é, muito cedo no quadro dos critérios geralmente adoptados para a transmissão de programas de qualidade.

As invisíveis ventosas

Embora com algum receio de que, como frequentemente aconteceu no passado, a referência crítica e o implícito aplauso à transmissão de um programa esclarecedor possa funcionar como involuntária denúncia de um trabalho que, por ser bom e útil, pode ser olhado como inconveniente, confessa-se que este telefilme, intitulado «o saque da economia russa», foi transmitido no passado sábado na rubrica «Sinais do Tempo», que de resto não tem sido baudente na transmissão de documentos de mérito sequer semelhante. Uma segunda parte do telefilme demorava-se, também muito utilmente, em informar acerca da multiplicidade de bancos ditos virtuais que, à escala de centenas, foram o veículo para o esvaziamento financeiro da Rússia como uma espécie de ventosas informáticas invisíveis, excepto nos visores dos computadores, mas prodigiosamente eficazes e sempre muito, muito discretas. Como se disse, apenas uma parte, embora uma muito significativa parte, dos meios financeiros russos foi parar aos Estados Unidos: outros povos tiveram o seu quinhão. Tudo decorreu, e continua a decorrer, por intermédio dos bancos virtuais sem sede edificada visível ou sediados em pouco mais que barracas muitas vezes instaladas em minúsculos estados do chamado Terceiro Mundo. Uma obscura empresa financeira sediada no ignoto estado de Nauru e confiada a um gestor indígena visivelmente irresponsável representativa cerca de 400 bancos de fachada. Russos. É sem dúvida, o que se chama comércio por grosso.

De um modo geral, nada disto é surpresa para a generalidade das gentes, que tinha pelo menos uma vaga ideia de como decorreu o processo de libertação da URSS das velhas peias comunistas, terríveis para o desenvolvimento da chamada economia de mercado e suas naturais consequências. Alguns, embora menos, tinham de tudo isto mesmo mais que uma ideia vaga. Porém, uma coisa é esse maior ou menos conhecimento, proveniente de fontes várias e acumulado ao longo de mais de uma dezena de anos, e outra coisa é ter ouvido todas as informações acima arroladas, e mais algumas que me dispense de repetir aqui, ao longo de um só telefilme feito por australianos e vindo da Austrália, terra que não consta estar minada por infiltrações de saudosistas do regime soviético ou por radicalíssimos agitadores. E, para

De tudo isto, porventura o mais impressionante é que quanto ali foi revelado contraria frontal e dramaticamente a imagem optimista, se não idílica, que os *media* constantemente nos propõem da globalização. Contudo, ali se ouviu da boca de um especialista do mundo capitalista e neoliberal que se trata do «lado sombrio da globalização», e também, numa fórmula mais explícita, que «o crime financeiro é uma autêntica especificidade deste século». Crime financeiro que, contudo, não só compensa imensamente como está fadado para ficar impune. Crime financeiro que só poderá terminar quando a tirania globalizada do poder económico-financeiro for derrubada pela recusa activa dos exploradores de todo o mundo que, mais uma vez, terão de unir-se e dizer «não!».

A talhe de foice

• Henrique Custódio

Promessas

Chamou-se «viagem experimental» e todos os canais de televisão a mostraram. Uma carruagem novinha em folha, cheia de ministros, presidentes de câmara, altas individualidades e notáveis das mais variadas extracções avançava por entre estaleiros e ferragens, vagarosa e triunfante, aplaudida aqui e ali por pequenas multidões que se comprimiam por trás das vedações. As câmaras de televisão, atentas ao pormenor, vigilantes da notícia fresca, iam colhendo depoimentos e emoções, registavam sorrisos e cumprimentos, ouviam de viva voz os populares e os notáveis, o público anónimo e os ministros. A alegria era geral: com aquela «viagem experimental» estava inaugurado o metropolitano do Porto. É verdade que a inauguração só teve três quilómetros de linha para «experimentar», faltando pelo menos 57 quilómetros dos primeiros 60 previstos mas, como dizia um notável, «podem dizer o que quiserem, mas o metropolitano do Porto já existe.» Existe em três quilómetros de linha entre estaleiros, não está ao serviço, não transporta ninguém, não significa nada, mas existe. E foi «inaugurado» numa «viagem experimental» cheia de ministros e outras individualidades, todos muito radiantes com a novidade. «O metropolitano do Porto já existe.» Tem três quilómetros de linha em construção. É curto mas, em contrapartida, a desvergonha desta gente não tem fim. António Guterres não esteve presente nesta inauguração de três quilómetros de um metropolitano a haver mas presidiu à «viagem experimental» de 15 quilómetros de uma nova auto-estrada também a construir. «Faz parte de um plano nacional de 500 quilómetros de uma auto-estrada pelo interior», afirmou, solene, o primeiro-ministro. Coisa a estar pronta lá para 2007, o que corresponde a «um avanço muito significativo» pois, «ao ritmo anterior», só estaria concluída em 2030. Entretanto, já só falta construir 485 quilómetros. E o que não vai ser em inaugurações: à média de uma por cada 15 quilómetros, vamos ter para cima de uma dúzia delas. Para já, fica inaugurado este primeiro troço de 15 quilómetros, embora não esteja aberto ao público nem sirva rigorosamente para nada, além de objecto de inauguração. Portanto, o Governo de António Guterres entrou numa nova fase: à falta de obra feita, inaugura promessas. Com a pressão das autárquicas, já não se preocupa em apresentar coisas que, pelo menos, funcionem, basta-lhe inaugurar a ideia de que hão-de funcionar. A promessa deixou de ser um aliciante para o futuro, constituiu-se, ela própria, a afirmação do presente e a confirmação do passado. Estamos num país à beira-promessa plantado. Em contrapartida, nas negociações salariais com os trabalhadores da Função Pública o Governo nada promete e tudo recusa. Chegou mesmo ao ponto de regressar à mesa das negociações — após uma greve nacional — com as mesmas propostas apresentadas anteriormente. Esquecido, por exemplo, de que no ano passado até prometera aos sindicatos que este ano seria reposto o poder de compra perdido nessa altura, desde que estes aceitassem as restrições então propostas. Igualmente longe das promessas feitas a situação no Ensino, onde as prometidas verbas para o seu funcionamento voltaram a desaparecer no éter, levando já os alunos da Universidade de Coimbra a encerrar as portas em protesto desesperado. O mesmo se poderá dizer no sector da Saúde e da Segurança Social, para nos atermos às questões centrais, enquanto os grandes beneficiários da política governamental continuam a esfregar as mãos com as prebendas permanentes que escorrem do executivo. De promessa em promessa, este Governo caminha para o descrédito total.

Escalada militar no Médio Oriente

Pôr cobro à brutalidade de Israel

Numa nota divulgada na terça-feira, a Comissão Política do PCP manifesta «particular preocupação» pelo agravamento da situação no Médio Oriente face à escalada de guerra desencadeada nos últimos dias por Israel.

Condenando firmemente as acções terroristas que, no passado fim-de-semana, abalaram Israel, o PCP considera que «tais atentados só servem os objectivos das forças que os seus autores dizem combater».

«A brutal ofensiva militar desencadeada por Israel, país que diariamente viola

inúmeras resoluções da ONU, atacando a Autoridade Palestiniana e declarando guerra ao seu presidente, constitui uma nova escalada no conflito que pode conduzir a região à guerra.»

«O problema israelo-palestiniano», considera o texto, «resulta em linha recta do incumprimento por Israel

das resoluções da ONU 242 e 338, entre outras, e do seu não reconhecimento do Estado Palestiniano livre e independente, com capital em Jerusalém Leste, e da constante protecção que Israel tem encontrado nas diversas Administrações dos EUA.»

«É, por isso, necessário parar este brutal ataque contra os Acordos de Oslo e contra a Autoridade Palestiniana e o povo palestino.»

«Cabe ao governo português exigir que Israel pare esta escalada militar e intervir junto da União Europeia para que esta se movimente no mesmo sentido.»

A Comissão Política do PCP reafirma a sua solidariedade à justa causa do povo palestino

«Manifestando a sua solidariedade à justa causa de libertação nacional do povo palestino, o PCP continuará a lutar pelo fim da escalada em curso e para que seja reconhecido ao povo palestino o direito ao seu Estado independente.»

Julgamento da Maia

Manifesto recolhe centenas de apoios

A revolta que o julgamento de 17 mulheres, acusadas de prática de aborto, está a provocar na opinião pública é bem patente na adesão de centenas de homens e mulheres ao manifesto lançado pela Plataforma pelo Direito de Opção, que exige à Assembleia da República a despenalização da interrupção voluntária da gravidez (ver página 19).

Entre os subscritores encontram-se os nomes dos deputados, do PCP, João Amaral, Honório Novo,

Odete Santos, Ilda Figueiredo, Margarida Botelho e Joaquim Miranda; do Bloco de Esquerda, Francisco Louçã e Fernando Rosas; do Partido Socialista, Sérgio Sousa Pinto, Elisa Damião e Helena Torres.

Apoiam o manifesto os médicos Manuel Strech, director da Maternidade Júlio Diniz, Miguel Miranda, director do Centro de Saúde Soares dos Reis, Carlos Jorge Neves, José Manuel Sapage, Joaquim Judas, Jorge Sequeiros e Maria José

Alves; os jornalistas Diana Andringa, Fernanda Mestrinho, Paula Joyce, Paula Moura Pinheiro, Nuno Corvacho e Anabela Fino; os juristas Corregedor da Fonseca, Armanda Fonseca, Madalena Santos, José Suceana, Alcina Fernandes e Mário Brochado Coelho; os professores Óscar Lopes e Nuno Grande.

Na longa lista de personalidades das mais diferentes áreas da vida nacional incluem-se igualmente Lígia Amâncio, Alexandre Quinta-

nilha, Teresa Salselas, Alice Vieira, José Barata-Moura, José Saramago, José Luís Peixoto, Milice Ribeiro dos Santos, Luís Fazenda, Teresa Horta, Catarina Furtado, Diogo Infante, Catarina Portas, Isabel Cruz, Maria Sameiro Araújo, José Luís Borges Coelho, Alfredo Barroso, Pedro Abrunhosa, Laura Soutinho, Carvalho da Silva, João Torres, Maria Emília Reis, José Carlos Martins, vários dirigentes associativos juvenis, dirigentes políticos do PCP, da JCP, da JS e do BE.

Trabalhadores reclamam apenas o que é seu

Os trabalhadores das obras do porto de Sines estão hoje em greve pela reposição de direitos e a actualização dos salários.

Em comunicado de imprensa, a União dos Sindicatos de Setúbal denuncia o desrespeito dos direitos dos trabalhadores por parte de vários empreiteiros e subempreiteiros, que contratam os trabalhadores à hora, com valores de 1996, e lhes

negam todos os direitos legais e contratuais, nomeadamente o gozo de férias e respectivo subsídio, o subsídio de Natal, o pagamento pelas faltas por nascimento de filhos ou morte de familiares. Acresce que o trabalho suplementar é pago a percentagens inferiores ao do contrato, não há descanso compensatório e não são feitos exames médicos no acto de admissão.

No próximo dia 13, uma delegação representativa dos trabalhadores da ex-Quimigal vai reclamar, junto do primeiro ministro, apenas aquilo que é dos trabalhadores — o respeito pelos seus direitos.

A Fequimetal — Federação Intersindical da Metalurgia Metalomecânica Minas Química Farmacêutica Petróleo e Gás, lembra que o processo de privatização da ex-Quimigal se traduziu na supressão

de milhares de postos de trabalho e no desrespeito pelos direitos e garantias dos trabalhadores.

Em causa está o desrespeito, por parte dos patrões (os Melos), dos direitos dos trabalhadores, recorrendo ao artifício de considerar extinto o Acordo Colectivo da Quimigal.

Entretanto, o Supremo Tribunal de Justiça emitiu um acórdão em que claramente refere que o Acordo se mantém até ser substituído por outro, logo os direitos nele consagrados são para respeitar.

Nesse sentido decidiu também o Tribunal de Oliveira de Azeméis, decisão que a administração da Quimigal continua a não cumprir, utilizando o expediente do recurso.

Plenários mobilizam pré-reformados da PT

Para os dias de hoje e ontem, em Lisboa e Porto respectivamente, as estruturas representativas dos trabalhadores da Portugal Telecom convocaram plenários de trabalhadores para exigir a reposição do regime fiscal que considerava o rendimento dos pré-reformados como pensões da categoria H do IRS.

As estruturas sindicais sublinham que «os trabalhadores precisam de estabilidade também em matéria fiscal e não podem estar sujeitos aos ziguezagues constantes» do Governo.

Desta forma, reclamam que nenhum dos trabalhadores que saíram do activo seja prejudicado em rela-

ção às perspectivas criadas pela empresa à data da pré-reforma ou da suspensão de contrato, o que deixou de acontecer com a entrada em vigor do novo regime que passou a considerar, em sede de IRS, os seus rendimentos na categoria A (trabalho dependente) e não na H (pensões).

